



---

# **RELATÓRIO ANUAL 2021**

## **Tribunal de Justiça do Maranhão**



<b>ASSESSORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA</b>	<b>5</b>
<b>CEMULHER Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar</b>	<b>7</b>
<b>COORDENADORIA DE PRECATÓRIOS</b>	<b>15</b>
<b>DIRETORIA ADMINISTRATIVA</b>	<b>19</b>
<b>DIRETORIA FINANCEIRA</b>	<b>31</b>
<b>FERJ - Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Poder Judiciário</b>	<b>45</b>
<b>ASSESSORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E MODERNIZAÇÃO</b>	<b>53</b>
<b>CERIMONIAL</b>	<b>63</b>
<b>COORDENADORIA DE BIBLIOTECA E JURISPRUDÊNCIA</b>	<b>77</b>
<b>COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE</b>	<b>83</b>
<b>DIRETORIA DE ENGENHARIA</b>	<b>93</b>
<b>DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS</b>	<b>99</b>
<b>DIRETORIA DE INFORMÁTICA</b>	<b>115</b>
<b>COMITÊ DE DIVERSIDADE</b>	<b>121</b>
<b>DIRETORIA JUDICIÁRIA</b>	<b>131</b>
<b>NÚCLEO DE CONCILIAÇÃO</b>	<b>135</b>
<b>COORDENADORIA DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES E SINDICÂNCIAS</b>	<b>139</b>
<b>ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA</b>	<b>141</b>



# ASSESSORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

A Assessoria Jurídica da Presidência atua, diretamente, em processos judiciais de competência do Presidente desta Corte, com trâmite nos sistemas THEMIS e PJE, em sua grande maioria, conclusos para decisões de admissibilidade de recursos especiais e extraordinários, decisões de suspensões de segurança e decisões monocráticas e/ou colegiadas em agravos internos e embargos de declaração.

Atua, também, no âmbito administrativo, com a análise de processos, em sua grande maioria, envolvendo interesses de servidores ou cuja finalidade seja a realização de contratações por este eg. Tribunal de Justiça.

Sendo assim, no período de 01 de janeiro de 2021 a 02 de dezembro de 2021, entre despachos, decisões monocráticas e colegiadas em feitos judiciais em trâmite nos Sistemas Themis e PJE, esta Assessoria Jurídica movimentou 5874 (cinco mil oitocentos e setenta e quatro) processos judiciais.

Quanto aos feitos em trâmite no sistema DIGIDOC (administrativos), entre despachos, pareceres, decisões monocráticas e colegiadas, foram movimentados 3526 (três mil quinhentos e vinte e seis) processos administrativos.

Dessa forma, com base nos números apresentados, verifica-se que, durante o período solicitado por meio do OFC-ACP-212021, tramitou junto à Assessoria Jurídica da Presidência mais de 9400 (nove mil e quatrocentos) processos.

AGRAVO INTERNO CÍVEL	1
APELAÇÃO/REMESSA NECESSÁRIA	193
APELAÇÃO CÍVEL	3529
APELAÇÃO CRIMINAL	213
CONFLITO DE COMPETÊNCIA CÍVEL	1
CONFLITO DE JURISDIÇÃO	1
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	5
DESAFORAMENTO DE JULGAMENTO	3
DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE	4
HABEAS CORPUS CÍVEL	2
HABEAS CORPUS CRIMINAL	270
INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA	1
INCIDENTE DE IMPEDIMENTO CÍVEL	9
INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS	2
INCIDENTE DE SUSPEIÇÃO CÍVEL	3
MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL	68
MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO	2
MANDADO DE SEGURANÇA CRIMINAL	2
OPOSIÇÃO	1
PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO À APELAÇÃO	7
PETIÇÃO CÍVEL	15
PETIÇÃO CRIMINAL	4
RECLAMAÇÃO	10
RECURSO EM SENTIDO ESTRITO	19
REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL	57
REVISÃO CRIMINAL	15
SUSPENSÃO DE EXECUÇÃO DE SENTENÇA	1
SUSPENSÃO DE LIMINAR E DE SENTENÇA	16
SUSPENSÃO DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA	66
SUSPENSÃO DE SEGURANÇA CÍVEL	10
DECISÕES THEMIS SG	193
DESPACHOS THEMIS SG	19
JULGAMENTOS THEMIS SG	29
<b>Total</b>	<b>5874</b>

Fonte: PJE 2º Grau e Themis SG

# CEMULHER

## Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar

Em cumprimento à Resolução 254/2018 do Conselho Nacional de Justiça, que consolida a Política Judiciária Nacional de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres no Poder Judiciário, a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar destaca como inovações, no ano de 2021, o lançamento do Programa Homem Consciente e do I Concurso Literário Maria Firmina dos Reis.

### ***Desperta, Maria!***

Instituído pelo Ato da Presidência-GP -Nº 72019, objetiva incentivar servidoras, colaboradoras das empresas terceirizadas e magistradas a denunciarem situações de violência doméstica e familiar que vivenciem ou tenham conhecimento.

### ***Aprendendo com Maria da Penha no Cotidiano***

Objetiva difundir a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) em todo o estado do Maranhão, com foco especial para os autores e potenciais autores de violência doméstica e familiar contra a mulher, conforme dados levantados pelas Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, visando contribuir para a mudança de atitudes e comportamentos sexistas, enfatizando a responsabilidade de autores de violência e de mulheres em situação de violência, na erradicação desse fenômeno.

### ***Valoriza Mulher***

Visa promover reconhecimento às empresas que investem em ações e projetos de prevenção à violência doméstica e familiar, garantia dos direitos das mulheres, bem como do empoderamento feminino no ambiente de trabalho.

### ***Prevenção Sustentável***

Intenta integrar órgãos públicos e empresas privadas que disponham de plataformas digitais de comunicação com seus clientes para a disseminação de boletins mensais discorrendo acerca de conteúdos preventivos à violência doméstica e familiar contra a mulher.

### ***Homem Consciente***

Com o objetivo de sensibilizar e divulgar conteúdos sobre masculinidades e grupos reflexivos para homens autores de violência contra a mulher, visando a prevenção de atos violentos nas relações íntimas de afeto, domésticas e familiares.

### ***Banco de Boas Práticas***

Possui o objetivo de reconhecer e disseminar iniciativas exitosas de enfrentamento à violência doméstica e familiar desenvolvidas por magistradas, magistrados, servidoras e servidores do Poder Judiciário do Maranhão.

As iniciativas aprovadas são divulgadas no hotsite da CEMULHER e, a cada trimestre, é produzido um informativo das boas práticas para divulgação das ações nas mídias sociais do TJMA. Servidoras, servidores, magistradas e magistrados que tiverem suas ações publicadas recebem certificado de reconhecimento pelas suas contribuições no enfrentamento à violência doméstica e consequente alcance social.

### ***I Concurso Literário “Maria Firmina dos Reis”***

Com o objetivo de incentivar a produção literária acerca da temática da violência doméstica e familiar contra a mulher, a CEMULHER realizou o I Concurso Literário “Maria Firmina dos Reis”, premiando contos, crônicas e poemas acerca do tema nas categorias adolescente e adulta.

### ***Justiça Pela Paz em Casa***

O Programa Nacional “Justiça pela Paz em Casa” objetiva aprimorar e tornar mais célere a prestação jurisdicional em casos de violência doméstica e familiar contra a mulher por meio de esforços concentrados de julgamento e instrução de processos, bem como de ações multidisciplinares com enfoque no enfrentamento à violência contra as mulheres.

### ***Medida Protetiva On-Line***

Visa facilitar o acesso de mulheres com dificuldades de locomoção, em cárcere ou residentes em áreas distantes às medidas protetivas, vez que a requisição é feita de maneira integralmente virtual, viabilizando o acesso das vítimas.

### ***Novos Olhares, Novos Valores***

Almeja difundir conteúdo educativo acerca da temática da violência doméstica a discentes do Ensino Médio das redes pública e privada, com enfoque em palestras, rodas de diálogo e divulgação de material educativo.

## ATIVIDADES 2021

DATA	ATIVIDADE
29/01/2021	Envio do 2º boletim mensal referente ao Programa “Prevenção Sustentável”.
17/02/2021	Lançamento do E-Book Violência De Gênero - Contextos e Reflexões
26/02/2021	Envio do 3º boletim mensal referente ao Programa “Prevenção Sustentável”.
<del>08 a 12/03/2021</del>	Coordenação do Programa Nacional “Justiça Pela Paz Em Casa”, em todo o Estado do Maranhão, nos termos do Art. 7º, da Resolução Nº 254/2018 - CNJ
09/03/2021	Palestra do Programa Aprendendo com Maria da Penha no Cotidiano (CE Cidade Operária II)
09 e 11/03/2021	Palestra virtual alusiva ao Dia Internacional Da Mulher, dando continuidade ao Programa Desperta, Maria!
10/03/2021	Inscrições e triagem do I Concurso Literário “Maria Firmina Dos Reis”
18/03/2021	Reuniões para a implementação do Termo de Adesão do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão ao Protocolo de Intenções 011/2018, celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Federal de Psicologia na Faculdade Pitágoras
24/03/2021	Lançamento do Banco de Boas Práticas de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher
25/03/2021	Reuniões para a implementação do Termo de Adesão do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão ao Protocolo de Intenções 011/2018, celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Federal de Psicologia na Universidade Ceuma
26/03/2021	Lançamento do Programa Homem Consciente com foco no público masculino
31/03/2021	Envio do 4º boletim mensal referente ao Programa “Prevenção Sustentável”
22/04/2021	Programa Aprendendo com Maria da Penha no Cotidiano, palestra para a Faculdade Vale do Aço – FAVALE
30/04/2021	Envio do 5º boletim mensal referente ao Programa “Prevenção Sustentável”
<del>04 a 07/05/2021</del>	Capacitação para Atendimento às Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar: Uma Abordagem Multidisciplinar em Rede para universidades
07/05/2021	Inauguração do novo prédio da Coordenadoria Estadual da Mulher

<b>DATA</b>	<b>ATIVIDADE</b>
31/05/2021	Envio do 6º boletim mensal referente ao Programa “Prevenção Sustentável”
04 a 25/06/2021	Curso sobre a Aplicabilidade do Formulário Nacional de Avaliação de Risco e Seus Impactos na Proteção Integral da Mulher.
10 e 11/06/2021	VI Seminário Estadual de Valorização da Mulher “Diversidade e Gênero: Novos Olhares Para o Sistema de Justiça”
30/06/2021	Envio do 7º boletim mensal referente ao Programa “Prevenção Sustentável”
24/06 a 11/07/2021	Curso de formação continuada para juízas e juizes com o tema “Direitos Fundamentais e Gênero”
21/07/2021	Palestra para servidoras e servidores, dando continuidade ao programa “Aprendendo Com Maria Da Penha No Cotidiano”.
30/07/2021	Primeira roda de diálogo do programa Homem Consciente
31/07/2021	Envio do 8º boletim mensal referente ao Programa “Prevenção Sustentável”
07/08/2021	Pedal da Família
13/08/2021	Evento alusivo aos 10 anos da CEMULHER
16/08 a 20/08/2021	Coordenar o programa nacional “Justiça Pela Paz Em Casa”, em todo o Estado do Maranhão, nos termos do Art. 7º, da Resolução N° 254/2018 - CNJ
17/08/2021	Aprendendo com Maria da Penha no Cotidiano no centro de formação de vigilantes (CNJ)
18/08/2021	Aprendendo com Maria da Penha no Cotidiano no Fórum Desembargador Sarney Costa (CNJ)
19/08/2021	Roda de diálogo do Programa Homem Consciente, Realizada No Creas – Turu (CNJ)
24/08/2021	Palestras “Aprendendo com Maria da Penha no Cotidiano” no canteiro de obras Al Mare (CNJ)
30/08/2021	Envio do 9º boletim mensal referente ao Programa “Prevenção Sustentável”
<del>27 a 30/09/2021</del>	Semana do Júri
30/09/2021	Palestra sobre violência doméstica e familiar contra a mulher na Faculdade Edufor
30/09/2021	Envio do 10º boletim mensal referente ao Programa “Prevenção Sustentável”
07 a 31/10/2021	Curso de formação continuada para juízas e juizes com o tema “Questões controvertidas na Lei Maria da Penha”

<b>DATA</b>	<b>ATIVIDADE</b>
07/10/2021	Roda de diálogos do Programa “Homem Consciente”
08/10/ 2021	Visita a barbearias em decorrência do Programa “Homem Consciente”
13/10/2021	Lançamento do Projeto “Novos Olhares, Novos Valores” nas escolas públicas do estado do Maranhão
14/10/2021	Blitz educativa do Programa Desperta, Maria!
<del>15/10/2021</del>	Visita a barbearias em decorrência do Programa “Homem Consciente”
<del>26/10/2021</del>	Blitz educativa do Programa Desperta, Maria!
31/10/2021	Envio do 11º boletim mensal referente ao Programa “Prevenção Sustentável”
<del>09/11/2021</del>	Palestra sobre a Lei Maria da Penha em canteiro de obras da Canopus, em São Luís
<del>16/11/2021</del>	Lançamento da 2ª Edição do Guia para Elaboração de Projetos
<del>22 a 26/11/2021</del>	Coordenação do Programa Nacional “Justiça Pela Paz em Casa”, em todo o Estado do Maranhão, nos termos do Art. 7º, da Resolução Nº 254/2018 – CNJ.
22/11/2021	Palestra do programa “Aprendendo com Maria da Penha no Cotidiano” em canteiro de obras
23/11/2021	Roda de diálogo no Fórum Desembargador Sarney Costa
25/11/2021	Roda de diálogo do Programa Homem Consciente realizado no bairro do Anjo Da Guarda, em parceria com a EMAP
30/11/2021	Envio do 12º boletim mensal referente ao Programa “Prevenção Sustentável”
<del>29/11 a 02/12/2021</del>	Participação no XIII Fonavid (Fórum Nacional de Juízas e Juízes de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher) em Teresina/PI.
01/12/2021	Lançamento de plataforma para requisição Medida Protetiva de Urgência Online
06/12/2021	Premiação das empresas parceiras do Programa Valoriza Mulher na sede da CEMULHER
07/12/2021	Culminância do Programa Homem Consciente no Fórum Desembargador Sarney Costa
07/12/2021	Lançamento do E-Book Maria Firmina dos Reis

## RESUMO PROJETOS E PROGRAMAS DA CEMULHER 2021

<b>PROJETOS</b>	<b>ATIVIDADES</b>
Aprendendo com Maria da Penha no Cotidiano	Palestras, Rodas de Diálogos, orientações à comunidade, distribuição de cartilhas e folders.
Valoriza Mulher!	Mobilizar empresas, estimular ações que promovam a igualdade de gênero no ambiente organizacional, promover o enfrentamento à violência doméstica, contribuir para o empoderamento feminino no ambiente de trabalho
Novos Olhares, Novos Valores	Palestras, rodas de diálogo e divulgação de material educativo em escolas, direcionado a discentes
<b>PROGRAMAS</b>	<b>ATIVIDADES</b>
Desperta, Maria!	Capacitação de equipes do Tribunal, palestras, blitz educativas nas unidades e rodas de diálogo para servidoras e servidores e equipe terceirizada.
Justiça Pela Paz em Casa (CNJ)	Semanas de esforço concentrado para julgamento, audiências, palestras e rodas de diálogo.
Homem Consciente	Grupos reflexivos voltados ao público masculino para divulgação de conteúdo, entrega de material educativo e diálogo acerca de masculinidades.
Medida Protetiva On-Line	Viabilizar às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar uma plataforma virtual para requisição de medidas protetivas de urgência

## CAPACITAÇÕES E CURSOS

Capacitação para atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar: Uma abordagem multidisciplinar em rede
Curso sobre a aplicabilidade do formulário nacional de avaliação de risco e seus impactos na proteção integral da mulher
VI Seminário Estadual de valorização da mulher “Diversidade e gênero: Novos olhares para o sistema de justiça”
Curso de formação continuada para juízas e juizes com o tema “direitos fundamentais e gênero”

	AUDIÊNCIAS			SENTENÇAS			TOTAL DE SENTENÇAS	MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA	DESPACHOS EXPEDIDOS
	Audiências Preliminares, de Acolhimento e de Justificação	Audiências do Art. 16 da Lei Maria da Penha	Audiências de Instrução	TOTAL DE AUDIÊNCIAS	COM DECISÃO DE MÉRITO	SEM DECISÃO DE MÉRITO			
17ª SEMANA 8 a 12 de MARÇO	15	9	14	38	172	412	582	395	495
18ª SEMANA 16 A 20 de AGOSTO	8	1	173	182	302	258	560	363	583
19ª SEMANA 22 a 26 de NOVEMBRO	2	23	162	187	208	251	459	234	448
<b>TOTAL</b>	<b>25</b>	<b>33</b>	<b>349</b>	<b>407</b>	<b>681</b>	<b>921</b>	<b>1601</b>	<b>992</b>	<b>1526</b>



# COORDENADORIA DE PRECATÓRIOS

A Coordenadoria de Precatórios, vinculada ao Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão, tem como escopo o gerenciamento (processamento e liquidação) dos pagamentos das condenações judiciais impostas à Fazenda Pública, por meio de Precatórios, primando pela rigorosa observância da ordem cronológica constitucional de pagamentos, transparência, eficiência, celeridade e probidade administrativa.

O controle da gestão se dá em toda extensão do fluxo de trabalho, desde a recepção dos Ofícios de Requisição até final pagamento.

## **2. Produtividade e retorno financeiro aos cofres públicos advindos do labor realizado no setor de Precatórios do TJMA**

O trabalho desenvolvido na Coordenadoria de Precatórios tem alcançado resultados significativos no campo da probidade administrativa e do melhor interesse público, com reflexos positivos para os cofres públicos da União (INSS), Estado e municípios.

No período assinalado (janeiro/2021 a novembro/2021), destaca-se:

### **(a) Pagamentos de Precatórios:**

Valor total pago: **R\$ 310.100.249,86 (trezentos e dez milhões, cem mil, duzentos e quarenta e nove reais e oitenta e seis centavos).**

**Valor de precatórios pagos, devidos pelo Estado do Maranhão (Administração Direta e Indireta)**, entre alimentares e comuns, superpreferenciais, preferenciais e não-preferenciais: **R\$ 273.106.835,13 (duzentos e setenta e três milhões, cento e seis mil, oitocentos e trinta e cinco reais e treze centavos).**

**Valor de precatórios pagos, devidos pelo Município de São Luís (Administração Direta e Indireta)**, entre alimentares e comuns, superpreferenciais, preferenciais e não-preferenciais: **R\$ 18.657.828,33 (dezoito milhões, seiscentos e cinquenta e sete mil, oitocentos e vinte e oito reais e trinta e três centavos).**

**Valor de precatórios pagos, devidos pelos demais municípios (Administrações Direta e Indireta) e INSS**, entre alimentares e comuns, superpreferenciais, preferenciais e não-preferenciais: **R\$ 18.335.586,40 (dezoito milhões, trezentos e trinta e cinco mil, quinhentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos).**

### **(b) Ofícios de Requisição:**

Rotinas estabelecidas por diretrizes de *compliance* e de *accountability* foram

*incorporadas e sendo aperfeiçoadas ao longo do tempo, a serviço da segurança contábil e jurídica, como forma de garantir a exata satisfação dos títulos executivos judiciais.*

*A análise dos Ofícios de Requisição se dá de forma individualizada, cuidando-se para que toda documentação essencial á formação do precatório se faça presente. A par da análise jurídica e documental, procede-se com a análise contábil, de forma a serem excluídos erros nos cálculos de atualização das dívidas, a exemplo de anatocismos e índices incabíveis, de forma a fazer respeitar os parâmetros legais estabelecidos no título judicial.*

Total de Ofícios de Requisição analisados para o orçamento do ano de 2022 (ofícios de requisição protocolados até 01/07/2021): **784 (setecentos e oitenta e quatro).**

**Total de Ofícios de Requisição aceitos para o orçamento do ano de 2022: 586 (quinhentos e oitenta e seis).**

**Total de Ofícios de Requisição recusados para o orçamento do ano de 2022: 198 (cento e noventa e oito).**

Cada Ofício de Requisição é submetido a assessoria jurídica, contadoria e secretaria/tramitação, com revisões intercaladas e ao fim (antes do pagamento) pelo Juiz Gestor de Precatórios do Tribunal de Justiça.

**(c) Revisão de Cálculos dos Precatórios e Cancelamento por Duplicidade:**

Na gestão de pagamento dos requisitórios, o setor de Precatórios realiza de ofício (independente de requerimento das partes), antes do pagamento ao credor, a revisão de todas as contas elaboradas para expedição e atualização dos precatórios, com base, principalmente, na previsão contida no art. 1.º-E da Lei nº 9.494/1997.

***A Coordenadoria de Precatórios também realiza sistematicamente auditoria sobre os processos visando identificar eventuais ocorrências de multiplicidade de requisições idênticas. Para tanto, se utiliza de variados padrões de análise, inclusive empregando ferramenta eletrônica desenvolvida na própria Coordenadoria de Precatórios, que cruza dados das partes.***

***Identificada a identidade indevida, o precatório é cancelado e excluído da ordem cronológica, bem como ainda comunicado ao respectivo Juízo da execução.***

Valor total que deixou de ser pago indevidamente (janeiro/2021 a dezembro/2021): **R\$ 7.639.212,46 (sete milhões, seiscentos e trinta e nove mil, duzentos e doze reais e quarenta e seis centavos).**

As irregularidades mais recorrentes foram: erros de cálculo (27%), anatocismo (27%), duplicidade (13%), ofício de requisição com planilha incorreta ou ausente (33%).

OBS: Não foi contabilizado o mês de dezembro de 2021, que tende a ser concluído com aproximadamente 600 (seiscentos) precatórios pagos.

**(d) Apuração, controle, retenção e destinação rigorosos de custas processuais devidas ao FERJ, imposto de renda e contribuições previdenciárias referentes aos**

**valores pagos a título de precatórios:**

Compõe igualmente o conjunto do desempenho do setor a apuração dos valores devidos a título de custas judiciais (FERJ), imposto de renda e contribuição previdenciária.

Total do valor apurado e recolhido ao FERJ, de janeiro a novembro de 2021: **R\$ 163.697,01 (cento e sessenta e três mil, seiscentos e noventa e sete reais e um centavo).**

Total do valor apurado e recolhido a título de imposto de renda retido na fonte e transferido ao Estado do Maranhão (art. 157, I da CF)<sup>1</sup>: **R\$ 3.077.553,02 (três milhões, setenta e sete mil, quinhentos e cinquenta e três reais e dois centavos).**

**Total do valor apurado e recolhido ao FEPA (Fundo de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão): R\$ 6.296.094,15 (seis milhões, duzentos e noventa e seis mil, noventa e quatro reais e quinze centavos).**

**(e) Valores cobrados, sequestrados e/ou transferidos em favor do Estado, enquanto credor de precatórios de entes municipais diversos:**

Total do valor pago ao Estado do Maranhão: **R\$ 157.440,71 (cento e cinquenta e sete mil, quatrocentos e quarenta reais e setenta e um centavos).**

**(f) O quantitativo de decisões judiciais prolatadas em sede de precatórios no período de 01/01 a 30/11/2021 foi de 5.856**, dentre as quais: decisões de pedidos de pagamento de superpreferências constitucionais (em razão de doença grave, idade ou deficiência), pareceres e decisões de sequestro de valores dos entes devedores, despachos de regularidade dos ofícios requisitórios para inclusão em orçamento do ente devedor, despachos de intimação para manifestação de valor atualizado e retenções tributárias, decisões de cessão de crédito em precatórios, dentre outros. Com relação aos trâmites administrativos dos precatórios, estes totalizaram um quantitativo de **47.125** movimentações processuais no mesmo período.

**(g) Atendimento ao público. Devido à pandemia do Coronavírus, a Coordenadoria de Precatórios incrementou as ferramentas de atendimento remoto, proporcionando mais comodidade e segurança aos usuários. A título de exemplo, no período de julho a novembro de 2021, foram realizados 3.102 atendimentos nos seguintes canais: e-mail (1070), whatsapp (1401), celular (472) e videoconferência (159).**

**(h) Adoção de novas ferramentas de tecnologia da informação e comunicação. Buscando otimização contínua de seu desempenho, a Coordenadoria de Precatórios incorporou novos sistemas e aplicações, tais como: acesso remoto via VPN e *cloud computing*; calculadora eletrônica; *Trello* (software de gestão de**

<sup>1</sup> - CF, art. 157, I: Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal, o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.

**tarefas); *Calendly* (software de agendamento de reuniões online e presencial); *Google Meets* (software de *webconferência*); Agenda e Formulários Eletrônicos; *Whatsapp* Empresarial; Assistente Virtual (canal de respostas automáticas *online*) e *planilhas dinâmicas para controle dos aportes dos entes devedores*.**

**(i) Orçamento/Custo. Não houve previsão orçamentária e tampouco despesa para implantação e exercício das práticas. Todas as ferramentas utilizadas ou foram desenvolvidas internamente sem custo, ou já estavam incorporadas à instituição, ou foram obtidas por termos de cooperação técnica com outras instituições públicas ou mesmo estão sediadas em plataformas oferecidas gratuitamente.**

# DIRETORIA ADMINISTRATIVA

## **COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO**

### **A) reforma estrutural da Unidade Administrativa V (Alemanha)**

A reforma da unidade está praticamente concluída referente ao Processo 36.447/2020 e as obras da construção de um novo galpão foram iniciadas conforme Processo 17613/2020.

### **B) Conclusão do novo sistema gerenciamento de material**

Concluimos a implantação do novo sistema **MATERIALES** que substituiu o **E-mat**, este suportar as operações Coordenadoria de Material e Patrimônio, atendendo às necessidades da Divisão de Administração de Material e da Divisão de Administração Patrimonial. Este novo sistema terá todas as ferramentas do sistema anterior atualizada. A nova etapa para 2022 é realização do Inventário Patrimonial e integração do sistema **SIGEF** ao **MATERIALES**.

### **C) Novos processos da unidade**

Abertura do processo de aquisição de Estruturas de Aço para os galpões que foram reformados, tais estruturas irão aumentar a capacidade de armazenamento para a Divisão de Administração de Material e Divisão de Administração Patrimonial.

#### **1. SOLICITAÇÕES DE CARIMBOS**

• 81 (oitenta e um) requisições atendidas/em atendimento – total de 600 (seiscentos) carimbos.

#### **2. SOLICITAÇÕES DE CAMISAS**

• 23 (vinte e três) requisições – total de 9.276 (nove mil duzentos e setenta e seis) camisas atendidas.

#### **3. SOLICITAÇÕES DE PLACAS:**

• 65 (sessenta e cinco) requisições atendidas/em atendimento – total de 996 (novecentos e noventa e seis) placas de vários tamanhos e modelos.

#### **4. SOLICITAÇÕES DE SERVIÇO DE CHAVEIRO:**

• 31 (trinta e uma) requisições atendidas/em atendimento - total – 326 (trezentos e vinte e seis) cópias de chaves/abertura de portas/ chaves na peça/ troca de segredo).

## **5. SOLICITAÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO**

TOTAL - 74 (setenta e quatro) requisições atendidas/em atendimento.

- Adesivos – 3.705 unidades
- plotagens (adesivações) – 44.116 M2
- banner – 60 banners (sessenta)
- calendário 2021 – 500 (quinhentos) em produção
- cartazes – 2.000 (dois mil)
- cartilhas (livreto) – 2.200 (duas mil e duzentos)
- cartões de visitas – 3050
- nominata – 500 (quinhentos)
- flyers – 7.300 (sete mil e trezentos)
- outdoors – 56 (cinquenta e seis)
- painel (faixa) – 11 ( X M2)
- pastas – 3.200 (três mil e duzentas)
- canetas – 500 (quinhentas)
- sacolas personalizadas – 3750 (três mil setecentos e cinquenta)
- bottons – 40 (quarenta)
- livros - 850 (oitocentos e cinquenta)

## **DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL**

### **ATENDIMENTO DE REQUISIÇÕES:**

Durante o período de 01 de janeiro até 30 de novembro de 2021 foram atendidas 4.091 requisições, mesmo com as medidas restritivas por conta do COVID-19. Houve redução de, aproximadamente, 14,55% em relação ao ano de 2020. O percentual médio de 81,43% dos itens atendidos na integralidade por requisição, totalizando um atendimento geral de R\$ 2.646.957,64.

Cumprir frisar que, 99,89% das requisições foram atendidas em até 48h, demonstrando a agilidade do setor no tratamento dos pedidos.

### **REDUÇÃO DO CONSUMO DE PAPEL A4:**

Comparando-se o mesmo período de 2020 e 2021 (janeiro a novembro), encontrou-se uma redução de, aproximadamente, 11,41%, com a quantidade de resmas atendidas reduzida de 26.226 para 23.232, representando em reais, com valores atualizados, o valor de R\$ 44.685,07 de redução.

### **SELO VERDE**

A certificação Selo Verde foi criada como o intuito de estimular o consumo racional dos materiais de expediente, sugere-se a adoção de uma certificação aos setores que contribuirão de forma significativa para a manutenção da sustentabilidade no Tribunal de Justiça do Maranhão

Em comparação ao ano de 2020, houve uma redução geral, até o momento, de 11,41%. No ano de 2020 (até novembro), foram consumidas 26.226 resmas, correspondendo a R\$ 390.767,40, em valores atualizados. Com a manutenção do

selo verde, foram consumidas apenas 23.232 resmas, perfazendo o total de R\$ 346.082,33. Com a redução estimulada pelo Selo Verde, houve uma diminuição de 2.994 resmas, correspondendo a uma economia de R\$ 44.685,07.

Há, ainda, como novidade na certificação de 2021, a apuração de redução do consumo geral em 20%, em comparação ao consumo geral de 2019. Até o momento, foi apurada, uma redução de 63,22%, em comparação ao mesmo período de 2019, com uma redução de R\$ 1.539.517,36, sendo um resultado positivo.

Se levarmos em consideração o consumo de 2020, a redução foi mais modesta, com apenas 9,17% de diminuição, gerando uma economia de R\$ 237.247,36, que ainda assim é expressiva.

Para o ano de 2022 haverá a proposta de manutenção de redução do consumo geral das unidades, como o estabelecimento de índices personalizados de diminuição do consumo, além da possibilidade de atrelar a certificação à Gratificação de Produtividade Judiciária - GPJ.

### **PROJETO DE LOGÍSTICA TOTAL:**

Buscando melhorar a qualidade de atendimento de materiais de consumo às unidades jurisdicionais e administrativas das comarcas do interior do estado do Maranhão, bem como visando reduzir os altos custos com remessas de itens pelos Correios, foi implantado o projeto de Logística Total.

O projeto consiste na programação de entregas dos materiais de consumo, através da utilização dos veículos próprios do Tribunal de Justiça do Maranhão, com a ampliação do atendimento de 05 para 09 rotas de entrega no interior do estado, com o recebimento de pelo menos 4 entregas anuais por comarca.

No período de 01/01/2021 até 02/12/2021, foram realizadas 39 viagens de entrega de material de consumo, totalizando 10.609 volumes entregues. A execução da rotina já proporcionou uma economia líquida R\$123.732,26 em 2021 (materiais que deixaram de ser despachados pelos correios - 01/01 à 02/12/2021);

### **IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA MATERIALES:**

Em 01/07/2021, entrou em operação o novo sistema informatizado de gestão de materiais, o Materiales. Com o advento do sistema, conseguiu-se implantar novas funcionalidades que permitem uma melhor gestão dos materiais de consumo deste Poder Judiciário.

Entre as principais novidades, foram criadas ferramentas de gerenciamento de empenhos, de terceirizados, de rotas, melhoria da ferramenta de inventário, criação de novos relatórios de gestão, que possibilitaram o acompanhamento das metas do Selo Verde de forma automatizada, além do acesso a outros dados.

Cumprir frisar que o sistema Materiales ainda passa por ajustes e melhorias constantes, buscando customizá-lo para um modelo de operação que possa otimizar as rotinas de gerenciamento dos materiais de consumo, alinhando-as à política de consumo sustentável definida pelo Plano de Logística Sustentável desta Egrégia Corte, contribuindo para a melhoria da posição deste Tribunal de

Justiça na premiação do Conselho Nacional de Justiça.

## ***DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL***

### **1. DO ATENDIMENTO AS REQUISIÇÕES**

Em relação as metas estabelecidas pela Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização, seguem os resultados:

- **Meta 01 - Garantir a entrega de 90% dos pedidos de itens prioritários de materiais permanentes requisitados no período de apuração.**

Resultado no ano de 2021: 100% dos itens considerados prioritários requisitados foram atendidos. Percentual bem acima do esperado.

- **Meta 02 - Atendimento de 95% das solicitações de material permanente das unidades do interior no prazo de 30 (trinta) dias úteis.**

Resultado no ano de 2021: 99% dos atendimentos das Comarcas do interior do estado foram realizados em até 20 (vinte) dias úteis. Percentual acima do esperado.

- **Meta 03 - Atendimento de 95% das solicitações de material permanente das unidades da ilha de São Luís no prazo de 15 (quinze) dias úteis.**

Resultado no ano de 2021: Aproximadamente 99% dos atendimentos das unidades da ilha de São Luís foram realizados em até 15 (quinze) dias úteis. Percentual acima do esperado.

### **2. CADASTRO DE BENS PATRIMONIAIS IMÓVEIS**

Em relação as melhorias no cadastro dos bens patrimoniais imóveis, fecharemos o ano de 2021 com 95 (noventa e cinco) bens imóveis das Comarcas do interior do Estado regularizados e 07 (sete) bens imóveis da Capital também regularizados, ou seja, foram efetivamente incorporados ao patrimônio do TJMA, sendo que destes, 06 (seis) foram regularizados em 2021.

### **3. DOAÇÃO DE BENS REAPROVEITÁVEIS**

Neste ano de 2021 foram realizadas 41 (quarenta e uma) doações de bens reaproveitáveis a instituições ou entidades sem fins lucrativos, totalizando 822 (oitocentos e vinte e dois) itens doados. Vale ressaltar ainda que mais de 6.000 (seis mil) pessoas foram beneficiadas através dessas doações, sendo que este número passou a ser contabilizado a partir de agosto, a pedido do Núcleo Socioambiental, ou seja, durante todo o ano tivemos muito mais pessoas beneficiadas.

### **4. CATALOGAÇÃO DE OBRAS DE ARTE**

Em atendimento à solicitação do MEMO-GP-1332020, realizamos à catalogação das obras de arte pertencentes ao Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

Em síntese, os membros da Comissão de Inventário de Bens Móveis realizaram visitas nos setores, mediante agendamento. As obras de arte encontradas receberam uma numeração/tombamento para que, após avaliação, ela seja incorporada ao Patrimônio do Tribunal de Justiça.

Foram localizadas e devidamente identificadas 70 (setenta) obras de arte

distribuídas no Fórum da Capital, nos gabinetes e áreas comuns, tais como, entrada principal do prédio sede, salão nobre, pleninho, pleno e antigo auditório.

## **5. ATUALIZAÇÃO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 01/2010**

• **PORTARIA-GP-7892021 – Dispõe sobre a devolução, baixa patrimonial, relativos a bens móveis, e alienação, na modalidade doação patrimonial de bens móveis reaproveitáveis, no âmbito do Poder Judiciário.**

Com o apoio da Diretoria Administrativa, Coordenadoria de Material e Patrimônio e Núcleo Socioambiental conseguimos melhorar, atualizar e regulamentar os procedimentos de devolução, baixa e alienação de bens, bem como foram definidas as competências, responsabilidades e atribuições das unidades administrativas e agentes públicos envolvidos nos referidos procedimentos.

### **COORDENADORIA DE APOIO ADMINISTRATIVO**

A Coordenação de Apoio Administrativo é responsável por fiscalizar serviços de extrema relevância junto ao Poder Judiciário Maranhense e todas as unidades jurisdicionais e administrativas que o compõem.

Assim, na qualidade de fiscal do contrato de prestação de serviços de limpeza nas unidades do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, a Coordenação realizou diversas ações no sentido de prevenção ao contágio da COVID-19, conforme listado abaixo: Foram feitas sanitizações em gabinetes de desembargadores, nas áreas comuns e demais setores do prédio do Tribunal de Justiça, bem como em outras unidades externas que solicitam.

Aumentou-se a frequência de limpeza e desinfecção dos banheiros, elevadores, corrimãos e maçanetas, balcões, etc, assim como o reforço da utilização de EPI's em todas as unidades administrativas e judiciais deste Tribunal, além da fiscalização/higienização frequente nos banheiros e demais pontos de maior fluxo de pessoal;

Foram afastados os funcionários terceirizados enquadrados no "GRUPO DE RISCO", de acordo com o Decreto 36.203 de 30.09.20, conforme registro no Processo n° 34965/2020;

Foi também solicitado às demais empresas fiscalizadas por esta Coordenação a adoção de protocolo de limpeza e higiene específicos para o período, reforçando a utilização de EPI's para todos seus funcionários, bem como a adoção de todos os meios necessários para conscientizar seus funcionários acerca dos riscos da COVID-19 e quanto à necessidade de reportarem a ocorrência de sintomas de febre ou sintomas respiratórios, estando a empresa passível de responsabilização contratual em caso de omissão que resulte em prejuízo à Administração Pública;

Foram detetizadas todas as unidades administrativas e judiciais localizadas na Comarca da Ilha e também as comarcas do interior.

Segue, em anexo, planilhas contendo quadro das demais atividades realizadas por esta Coordenação, conforme enumeradas abaixo:

- 1. Relatório de contratos fiscalizados pela Coordenação de Apoio Administrativo:
  - CTPS 019/2018 – Gestor Serviços -prestação de serviços continuados
  - CTPS 047/2018 – Thyssenkrupp Elevadores
  - CTPS 028/2019 – W. B. Ripardo -serviços de manutenção de ar condicionado
  - CTPS 183/2017 -R R Maráguas -entrega de água -carro pipa
  - CTPS 115/2020 – I P de Sousa Saúde Ambiental -dedetização
  - CTPS 077/2021 – I P de Sousa Saúde Ambiental - dedetização
  - CTPS 078/2021 – A2 Saúde Ambiental -dedetização
- 2. Valores pagos por contrato
- 3. Cronograma de dedetização - Comarca da Ilha
- 4. Cronograma de dedetização - Pólos 2, 3, 4 e 5
- 5. Cronograma de dedetização - Pólo 6
- 6. Relatório de processos solicitados/pendentes
- 7. Relatório de serviços realizados
- 8. Quantitativo de funcionários terceirizados contratados

### **DIVISÃO DE PROTOCOLO E ARQUIVO**

A Divisão de Protocolo e Arquivo tem por atribuição o protocolo de requisições administrativas no Sistema Digidoc, protocolo de petições e ofícios requisitórios referente aos Precatórios, no Sistema Themis SG e recebimento, coleta e tratamento das correspondências destinadas ao Correio.

No quadro abaixo podemos demonstrar o quantitativo de documentação recebidas e cadastradas em nosso setor:

	<b>DIGIDOC</b>	<b>THEMIS SG</b>
JAN	324	216
FEV	475	940
MAR	435	287
ABR	380	180
MAI	494	777
JUN	459	699
JUL	365	937
AGO	534	637
SET	492	707
OUT	636	545
NOV	660	749
DEZ	Dados ainda não apurados	Dados ainda não apurados
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>5254</b>	<b>6674</b>
<b>TOTAL:</b>		<b>11.928</b>

Até o presente momento realizamos um total de 11.928 atendimentos com protocolos cadastrados.

## **DIVISÃO DE TRANSPORTES**

### **1. CONTRATOS GERIDOS PELO SETOR, NOVOS PROCESSOS LICITATÓRIOS E ESTUDOS TÉCNICOS**

Em se tratando de contratos a Divisão Transportes tem sob sua gestão o Contrato de Terceirização de Motoristas CT n°. n°. 141/2019 e o Contrato de Locação Mensal e Eventual de Veículos CT. n°. 23/2018. Informamos que foram renovados via novos processos licitatórios os Contrato de Gestão de Abastecimento de Veículos CT n° 64/2021, Contrato de Gestão e Manutenção de Veículos CT n° 65/2021, bem como, o novo Contrato de Credenciamento para Fornecimento de Passagem Aquaviárias via *Ferry Boat* CT n° 87/2021.

Novos processos licitatórios foram iniciados no ano de 2021 visando a renovação da frota de veículos, locação de veículos e leilão de veículos inservíveis. Além da criação de estudos técnicos com vista à análise de novos sistemas para o aprimoramento do processo de transportes do TJMA. Seguem resumos e andamentos dos principais processos e estudos desta Divisão no ano de 2021:

A) Aquisição de veículos, visando a renovação parcial da frota (veículo tipo sedan). Processo n° 15551/2021. O presente processo se encontra na Assessoria Jurídica da Presidência para homologação do fracasso da licitação. Os valores ofertados pelas empresas ficaram muito acima do estimado pela Administração, com isso as empresas foram convocadas para negociação, mas informaram não ser possível reduzir seus valores.

B) Procedimento para contratação de empresa fornecedora de mão de obra terceirizada de motorista ao Poder Judiciário Maranhense. Processo n° 8590/2021. Licitação realizada no dia 26.11.2021.

C) Processo licitatório para aquisição de veículos tipo caminhonete aberta, com vista a renovação parcial da frota. 12543/2021. Ata de Registro de Preços assinada. Expectativa de aquisição de 20 (vinte caminhonetes).

D) Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação mensal e eventual de veículos de serviços. Licitação realizada com sucesso, em fase de formalização da ARP.

E) LEILÃO TJMA – 2021. Em fase de prestação de contas e tramitação quanto a mudança de propriedade dos veículos leiloados. Valor final depositado: CNPJ: 008.187.134/0001-75 FERJ 04.408.070/0001-34 Banco: 1-BANCO DO BRASIL S.A. | Agência: 3846 | Conta: 95753 CONTA-CORRENTE INDIVIDUAL 5 - PAGAMENTO DE FORNECEDORES. R\$ 1.782.722,66 (um milhão, setecentos e oitenta e dois mil, setecentos e vinte e dois reais e sessenta e seis centavos).

F) ESTUDO 1 - 2021: O presente estudo visa a coleta de informações e análise comparativa quanto a viabilidade de implantação do Sistema TáxiGov no Poder Judiciário do Estado do Maranhão. O presente estudo, tem como paradigma órgão públicos que já efetivaram licitações públicas para o sistema TáxiGov.

G) ESTUDO 2 – 2021: Análise comparativa entre as modalidades TáxiGov, Carro por Assinatura e Locação de Veículos.

H) ESTUDO 3 – 2021: Análise para criação de uma base/estacionamento de veículos próximo a sede e ao Centro Administrativo para atender as demandas destes, visando a redução de custos pois os veículos, atualmente, ficam à aproximadamente 8 km na Alemanha;

I) COMPARTILHAMENTO DE VEÍCULOS: Análise quanto à utilização dos veículos em rotas compartilhadas por setores diferentes, tanto em demandas locais como em viagens; Estudo quanto a criação de ato normativo visando regulamentar o compartilhamento de veículos.

### **DESPESAS COM TELEFONIA MÓVEL**

A Diretoria Administrativa é gestora de todos os contratos de locação de imóveis em que o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão figura como locatário, além disso, esta Diretoria Administrativa também é responsável pela fiscalização e gestão do Contrato de Telefonia Móvel mantido com a empresa CLARO SA, desde 11 de dezembro de 2017.

Além disso, esta Diretoria Administrativa também é responsável pela fiscalização e gestão do Contrato de Telefonia Móvel mantido com a empresa CLARO SA, desde 11 de dezembro de 2017.

Desde o início da pandemia do CORONAVÍRUS, esta Diretoria Administrativa atendeu a demandas de diversos setores por smartphones e linhas de acesso móvel corporativo, para facilitar o acesso remoto a tais setores, ressaltando-se a concessão de acessos para a Divisão Médica do TJMA e do Fórum para atendimento remoto de magistrados e servidores com sintomas da CIVID-19.

Diante dessas demandas, houve necessidade de utilização do total contratado de 210 (duzentas e dez) linhas corporativas, gerando, em consequência, o aumento da despesa com tais serviços. Abaixo, segue a despesa com os serviços de telefonia móvel no período em tela.

<b>MÊS</b>	<b>2020 / R\$</b>	<b>2021/ R\$</b>
JAN	7871,57	11.712,60
FEV	7989,58	10.777,79
MAR	8055,33	11.311,25
ABRIL	7.775,48	11215,03
MAIO	8.619,57	11409,3
JUNHO	8.559,49	11218,91
JULHO	9.606,49	11378,84
AGOSTO	8.426,13	10842,34
SETEMBRO	8.263,64	10490,44
OUTUBRO	11.154,37	10704,00
NOVEMBRO	11.246,34	
DEZEMBRO	10.166,54	

## **CONCLUSÃO**

Por todo o exposto, não resta dúvida de que a presente gestão deve ser reconhecida como bastante atuante e meritória, pois não mediu esforços para que a atividade-fim do Poder Judiciário pudesse ser desempenhada com normalidade, apesar das restrições impostas pela pandemia e pelas limitações orçamentárias a que foi submetido este Poder ao longo desse período.

## **COORDENADORIA DE LICITAÇÃO E CONTRATO**

<b>DATA</b>	<b>REFERÊNCIA</b>	<b>RESPONSÁVEIS</b>
02/12/2021	MEMO – ACP	WHERBETH E JOANNE
CONSIDERAÇÕES INICIAIS		

O presente relatório tem por finalidade apresentar as licitações, contratos, dispensas, atas de registro de preços e outros expedientes que foram produzidos na Coordenadoria de Licitações e Contratos e na Divisão de Contratos e Convênios no período de 07/01/2021 à 02/12/2021, conforme solicitação da Assessoria de Comunicação da Presidência.

<b>COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS</b>	
<b>ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Pregões Eletrônicos processados	101
Pregões Eletrônicos homologados	66
Concorrências homologadas	02
Atas de Registro de Preços elaboradas	109
Pregões Eletrônicos em andamento	35
Concorrências em andamento	04
Relatórios ao TCE-MA (SACOP)	68

<b>VALORES ADJUDICADOS X VALORES ESTIMADOS</b>			
	<b>ESTIMADO</b>	<b>ADJUDICADO</b>	<b>ECONOMIA</b>
Pregões e Concorrência	R\$ 148.375.752,32	R\$ 112.752.904,81	R\$ 35.585.587,51

<b>DIVISÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS</b>	
ATIVIDADE REALIZADA	QUANT.
Contratações oriundas de pregões ou de adesão SRP	139
Contratações oriundas de Notas de Empenho - Pregão	034
Contratações oriundas de Notas de Empenho - Dispensa	009
Contratações oriundas de Notas de Empenho - Inexigibilidade	118
Contratações oriundas de dispensa de licitação	028
Contratações oriundas de inexigibilidade	017
Termos Aditivos a contratos vigentes e outros termos administrativos	120
Cessão de uso, termo de Cooperação técnica e convênios	046
Termos de Apostilamento	081

### **COVID-19 NAS LICITAÇÕES E CONTRATOS.**

A pandemia diminuiu sua intensidade no não de 2021, mas continuou sendo prioridade nas contratações do Tribunal. No exercício de 2021 realizamos diversas licitações para o enfrentamento da COVID-19 e suas variantes. Adquirimos diversos itens de proteção e higienização para esse fim, vejamos a tabela abaixo:

<b>CONTRATOS COVID-19</b>			
PROCESSO	OBJETO	CONTRATADA	VALOR (R\$)
33606/2020	Aquisição de material de higiene e limpeza e de prevenção ao vírus covid-19.	35.079.942/0001-91 One serviços e empreendimentos eireli	27.500,00
33130/2020		28.742.388/0001-15 Solucci distribuidora & serviços eireli	87.500,00
<b>TOTAL</b>			<b>115.000,00</b>

### **OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA**

Em 2021 a Diretoria de Engenharia solicitou novos processos de contratação como reformas, ampliações e construções de fóruns judiciais. Vejamos:

Construção de dois novos galpões para Coordenadoria de Materiais, no bairro da Alemanha. Valor estimado em R\$ 564.330,42 e contratado por R\$ 492.636,92;

Construção do Salão do Júri do Fórum da Comarca de Santa Luzia do Paruá. Valor estimado em R\$ 855.200,36 e contratado por R\$ 649.564,80.

Construção do novo fórum de Açailândia. Valor estimado em R\$ 15.081.859,84. Em andamento.

Aquisição de 01 (um) novo elevador para Ala 01 do Fórum Des. Sarney Costa.

Aquisição de móveis projetados para gabinete de desembargador.

Aquisição de BIM (Building Information Modeling);

Aquisição de peças (componentes) para os Elevadores;

Construção do salão do júri da Comarca de Santa Luzia do Paruá-MA;  
Reforma de Ampliação do Fórum da Comarca de Zé Doca

## **BENS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO**

Todos os anos a Diretoria de Informática e Automação bate recordes em contratações de bens e serviços, neste ano não foi diferente. Atualmente temos 14 processos em andamento e 17 processos foram concluídos em 2021. A crescente demanda por serviços e equipamentos de informática é natural e decorre da “Revolução Tecnológica”.

## **CONTRATAÇÕES INOVADORAS**

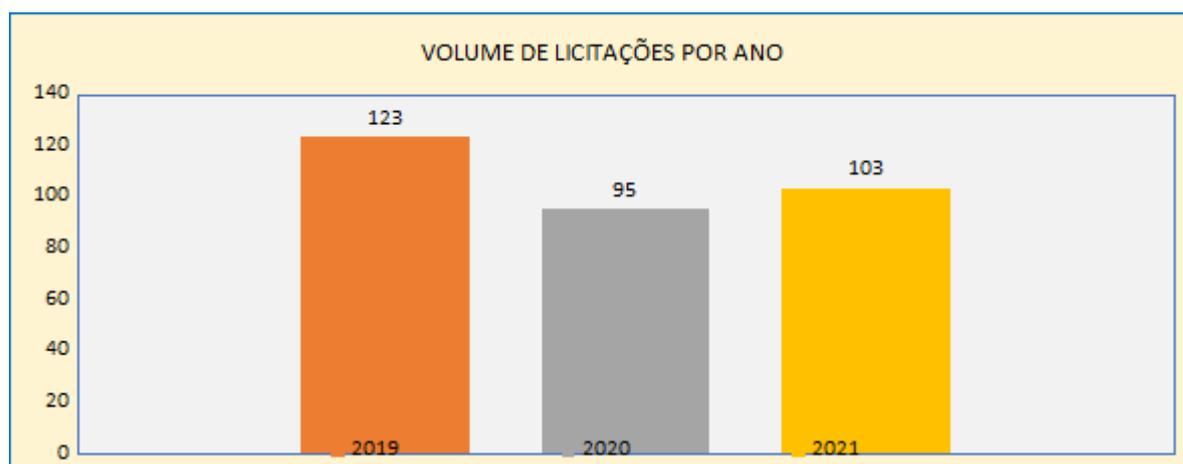
Algumas contratações foram destaque em 2021, seja pela forma de contratar ou pelo objeto contratado.

Credenciamento de serviços de Ferryboat. A novidade foi o próprio credenciamento já que o Tribunal realizava todos os anos a contratação por dispensa de licitação. O processo era demorado e custoso para a administração. Com o credenciamento não haverá mais a necessidade de licitar e as prorrogações se darão apenas a cada cinco anos;

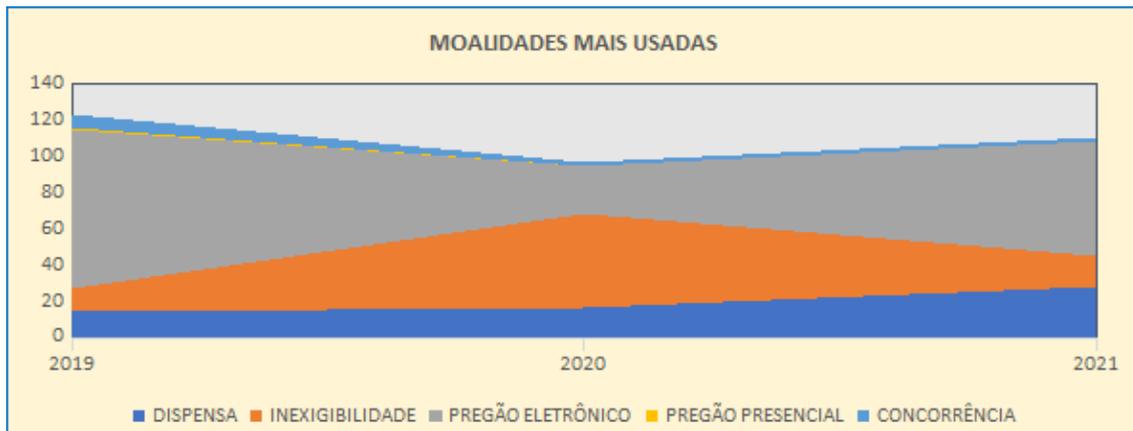
Contratação de empresa para implementação do building information modelling – BIM. Ganha destaque pela inovação tecnológica que proporcionará projetos básicos com o que há de melhor no mercado de modelação de projetos. O BIM é tão avançado que mereceu citação na nova lei de licitações e contratos.

Tivemos ainda a criação e implantação do Plano Anual de Contratações do Poder Judiciário do Maranhão para o exercício de 2022, importante meta determinada pelo CNJ na Res. nº 347/2020. Todo o processo de planejamento das contratações do Tribunal é informatizado pelo sistema LICITATUM.

## **CONTRATAÇÕES ORDINÁRIAS**



No ano de 2021 tivemos 61 licitações concluídas e estamos com 42 licitações em andamento, um total de 103 procedimentos licitatórios. Houve um pequeno aumento em relação ao ano de 2020, mas mantivemos uma quantidade inferior



a 2019.

Observe no quadro abaixo que nos anos de 2019 e 2021 os pregões superam as dispensas e inexigibilidades. Entretanto, em 2020, por causa do novo Corona Vírus e do isolamento social a quantidade de dispensas de licitação e de inexigibilidades superaram a quantidade de pregões. Entretanto, esses dados não podem ser vistos como fatores negativos na gestão, e sim como ações eficazes para a segurança e a proteção dos servidores, magistrados, advogados e público em geral.

Em que pese ser indesejável a realização de contratações diretas, elas veem sendo necessárias para o enfrentamento da situação emergencial e saúde pública que vivemos.

### CONTRATAÇÕES POR UNIDADES ADMINISTRATIVAS

A Diretoria Administrativa é a unidade que mais realiza licitações por ano, acompanhada pela Diretoria de Informática e Automação. Juntas representam 90% dos pregões realizados até o momento.

Em síntese, podemos concluir que as licitações estão transcorrendo dentro da normalidade. O teletrabalho tem sido um grande aliado na normalidade dos serviços, principalmente pelo fato de que o pregão eletrônico dispensa a aglomeração de pessoas já que é realizado 100% on-line.



# DIRETORIA FINANCEIRA

Em razão da permanência da pandemia no exercício 2021, o trabalho da Diretoria Financeira foi executado em maior parte de forma híbrida, conforme disciplinados por meio da PORTARIA-GP Nº 541 DE 29 DE JULHO DE 2021, assinada pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) - Des. Lourival Serejo – não ocasionando qualquer prejuízo ao andamento dos processos de planejamento e execução orçamentária-financeira, mantendo o foco na realização das atividades cotidianas, garantindo os serviços essenciais e a credibilidade dos pagamentos, junto aos prestadores de serviços, à população e aos servidores públicos que compõem o Tribunal de Justiça do Maranhão.

A Diretoria Financeira tem a missão institucional de orientar e controlar a gestão dos recursos financeiros e orçamentários, atuando também no gerenciamento contábil, que ratifica as competências do Tribunal em fiscalizar o cumprimento das normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com ênfase aos aspectos da legalidade, legitimidade e economicidade.

O presente relatório compõe a série de atividades da Diretoria Financeira ao longo do exercício financeiro de 2021(período de 01/01/2021 a 30/11/2021), pelo qual procurou-se evidenciar os resultados, de forma organizada, a apresentar uma visão de desempenho das ações realizadas.

## **Projetos em Destaque e em Aperfeiçoamento na Diretoria Financeira**

- Módulo Diárias ao Sistema Digidoc

<b>Condições e/ou Funcionalidades Atuais</b>	<b>Diligências previstas para 2022</b>
Sistema de Diárias em pleno funcionamento no âmbito do TJMA, desde março/2020. Com funcionalidade em consonância com a Resolução de Diárias do TJMA -RESOLUCAO GP 472019-, incluindo os aperfeiçoamentos para Publicação de Portaria Automática no Diário da Justiça; e Campos próprios para a Prestação de Contas das Diárias e Validação por parte das Chefias Imediatas;	a) Criação do Módulo de Diárias e Passagens Aéreas; b) Criação do Módulo de Diárias, Passagens Aéreas e Solicitação de participação Cursos/Eventos.

• **Sistema Perficiendi**

(Sistema de avaliação de custo e performance das unidades)

<b>Condições e/ou Funcionalidades Atuais</b>	<b>Diligências previstas para 2022</b>
<p>Sistema com funcionalidade parcial, desempenhando atividades Classificação dos Grupos e vínculos de Competências das unidades de 1º Grau (obs: já com algumas de 2º grau); 2) Visualização de dados das unidades de 1º Grau quanto a: Distribuição de Casos Novos, Distribuição de Servidores, Quadro de Pessoal de Apoio Direto, Processos Baixados, Processos Julgados, Processos Pendentes, Distribuição Cargos Comissão, Mandados Cumpridos (por grupos). Tudo conforme Resolução CNJ nº 219, 26 de abril de 2016; 3) Visualização dos resultados das Metas GPJ das unidades do 1º Grau e a perspectiva de realização para alcance das mesmas; 4) Visualização de índices e respectivos rankings, entre eles IPJ; IPS; IPEX; IPM; Taxa de Congestionamento (Conforme Resolução CNJ nº 219, 26 de abril de 2016); 5) Painel de Força de Trabalho (constando de Custo Médio de Recursos Humanos, com respectivos rankings). Traz dados de Infraestrutura (tais como: Prédio Próprio, Salão Juri, Residência Área Construída, Qtd. Serviços, Correios, Qtd. Veículos, Valor Frota, Segurança, Parque Tecnológico, Patrimônio Geral). Destarte ainda a apresentação dos valores de Despesas (água, energia, etc.) e Arrecadações de Selos, também com respectivos rankings; (obs: funcionando para as unidades de 1º grau); 6) Cálculo da Tabela de Lotação Paradigma (TLP) para as unidades de 1º Grau; (obs: neste instante passando por atualização na carga de dados)</p>	<p>a) Continuidade da prestação de serviços de manutenção e suporte técnico ao uso do referido sistema, e carregamento dos dados atualizados; b) Continuidade ao Desenvolvimento do Painel de Força de Trabalho; c) Inclusão das unidades de 2º Grau e Áreas Administrativas; d) Ajustes nas cargas anuais de valores na Tabela de Lotação Paradigma (TLP); e) Complementação das informações de Infraestrutura e Despesas; etc.</p>

• Metodologia da Performance Individual - Estrutura para avaliação de performance das unidades e individuais, iniciada ao Sistema Digidoc, pelo qual chegam as inúmeras atividades.

<b>Condições e/ou Funcionalidades Atuais</b>	<b>Diligências previstas para 2022</b>
<p>Metodologia em Aperfeiçoamento ao Sistema Digidoc quanto ao controle gerencial das atividades, com o enfoque na visualização dos prazos de realizações das tarefas; acrescentou-se também a determinação da finalidade laboral no campo “FASE”. As tarefas do setor foram classificadas pelo grau de complexidade exigido de maneira cognitiva pelas pontuações estabelecidas em nossa diretoria. Contabilizar-se-á pontuação a uma tarefa, quando a mesma for efetivamente realizada. Visualização de Base de dados ao Sistema Digidoc, com relatórios, apresentar Identificação da Unidade Administrativa (que está efetuando o levantamento da produção, no caso as unidades componentes da DF, inclusive gabinete); Identificação do Moderador (quem fez a distribuição); Identificação do Servidor que recebeu o documento, processo ou requisição para atendimento; Data da entrada da tarefa na Unidade (processo, documento ou requisição); Data completa de distribuição (moderação); Data completa do recebimento efetivo; Data completa da conclusão da tarefa; Data completa do encaminhamento da tarefa para o estágio seguinte.</p>	<p>a) Cadastramento de Tarefas com definição mais simplória a favorecer o reconhecimento imediato do gestor para descrição de fases, status e responsável pela execução das tarefas, bem como o grau atingido na realização das mesmas;</p> <p>b) Aperfeiçoamento de relatórios e extração de dados; c) Correção de “BUGS” e informações desconstruídas; d) Ajuste de campos e nomenclaturas de rótulos de banco de dados; e) Entre outras demandas a favorecer a visualização de gráficos e dashboards dos resultados alcançados.</p>

### **DA COORDENADORIA DE CONTABILIDADE ADIANTAMENTOS**

O Controle e análise dos processos de liberação de créditos do Cartão Corporativo, computou a comprovação do montante de R\$ 489.801,58. Correspondente a 352 processos efetivamente liberados. Desse quantitativo, 218 processos para alimentação do Júri, 131 processos para Pronto Pagamento, para atender despesas de pequeno valor com aquisição de material de consumo ou prestação de serviços necessários ao funcionamento das unidades do Tribunal de Justiça e 3 adiantamentos excepcionais, os quais estão apresentados abaixo:

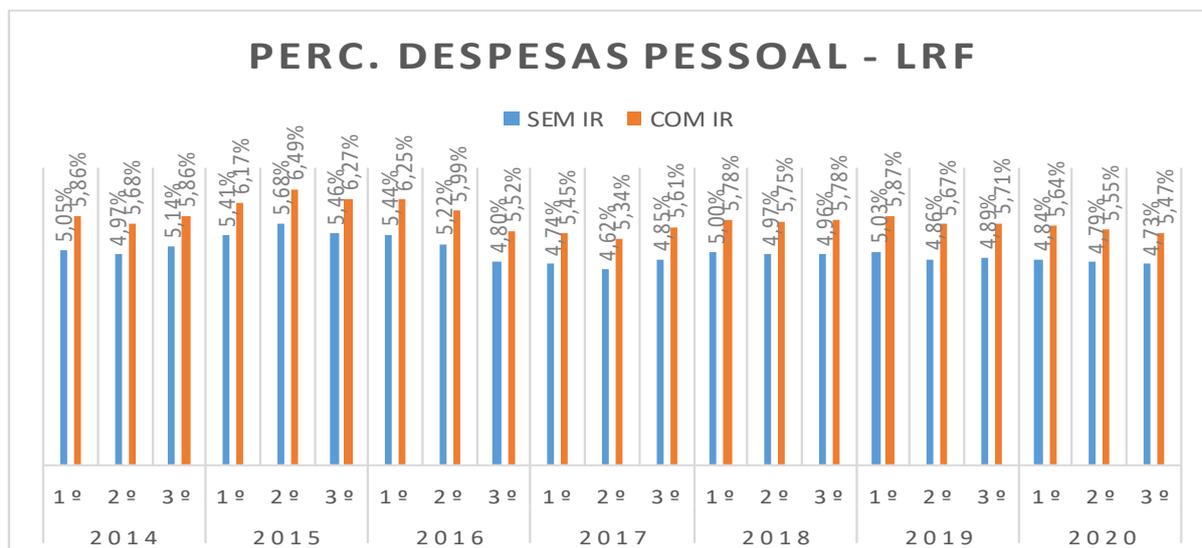
Código	Tipo	Quant.	Valores em Reais (R\$)		
			Requerido	Pago	Apresentado
3	Alimentação do Júri	218	472.058,50	437.935,70	313.327,32
5	Excepcional	3	15.000,00	7.000,00	6.699,00
1	Pronto Pagamento	131	270.091,50	244.790,50	169.775,26
	<b>Total</b>	<b>352</b>	<b>757.150,00</b>	<b>689.726,20</b>	<b>489.801,58</b>

### DA GESTÃO FISCAL

A Gestão Fiscal tem o propósito de assegurar a consecução das metas fiscais e a transparência dos gastos públicos. Como instrumento de transparência da gestão fiscal, a Lei de Responsabilidade Fiscal instituiu o Relatório de Gestão Fiscal (RGF), abrangendo as informações referentes à consecução das metas fiscais e dos limites de despesa com pessoal.

A planilha abaixo demonstra o histórico da despesa com pessoal no âmbito do Poder Judiciário no período de 2014 a 2021, com e sem a inclusão do Imposto de Renda até o exercício 2020, conforme Decisão PL – TCE 15/2004, evidenciando ao longo do tempo uma melhora nos limites da despesa com pessoal.

A partir do exercício 2021, conforme Manual de Riscos Fiscais é vedado a exclusão do Imposto de Renda na elaboração do RGF, sendo evidenciado no gráfico dois a evolução sem as exclusões.



## DA CONTABILIZAÇÃO DA FOLHA DE PESSOAL 2021

Contabilização da Folha de Pessoal, com observância das normas legais e classificações contábeis exigidas no novo plano de Contas aplicado ao Setor Público, as despesas de pessoal e as de custeio pagos em contracheque, tais como: os auxílios (auxílio saúde, auxílio alimentação, auxílio transporte, auxílio aos militares -convênio, auxílio custeio diligência dos oficiais de justiça, totalizaram **R\$ 1.017.109.810,22 (um bilhão, dezessete milhões, cento e nove mil oitocentos e dez reais e vinte e dois centavos)**.

<b>CÁLCULO DA FOLHA 2021</b>	
<b>REMUNERAÇÃO BRUTA</b>	<b>TOTAL (em Reais R\$)</b>
	861.435.653,49
DESPESA COM PESSOAL	839.933.070,29
GPJ 2020	21.502.583,20
AUXILIOS CUSTEIO FERJ	18.172.685,11
AUX. CUSTEIO DILIGENCIA (oficiais de justiça)	17.564.674,98
HORA AULA ( INSTRUTORIA INTERNA) (210)	143.082,00
AUX. BOLSA	464.928,13
AUXILIOS CUSTEIO TRIBUNAL (benefícios)	102.267.062,00
AUX. SAUDE INATIVOS	2.276.982,70
AUX MORADIA (MAGISTRADOS)	-
AUX. ALIMENTAÇÃO (256+456)	65.520.479,62
AUX. SAÚDE (119+129+319+329)	25.805.150,71
AJUDA DE CUSTO MAGISTRADOS (189)	661.107,76
FUNÇÃO MILITAR CONVENIO (107+307)	4.768.884,00
VALE TRANSPORTE (227/211)	3.234.457,21
TOTAL 01 - BENEFICIOS	120.439.747,11
TOTAL 02 - ATIVOS	740.995.906,38
TOTAL GERAL ATIVOS + BENEFICIOS	861.435.653,49
<b>ENCARGOS PATRONAIS</b>	
FEPA PATRONAL	127.558.229,52
FUNBEN PATRONAL (3%)	1.879.394,24
FUNBEN PATRONAL DEPENDENTE (1%) (943)	427.125,53
ASS. SAÚDE PATRONAL (3%)	431.132,54
ASS. SAÚDE PATRONAL DEPENDENTE (1%) (944)	38.524,97
INSS - PATRONAL (20,9212%)	25.339.749,93
TOTAL ENCARGOS PATRONAIS	155.674.156,73

	-
<b>TOTAL DA FOLHA DE PESSOAL A PAGAR</b>	<b>1.017.109.810,22</b>
<b>RETENÇÕES</b>	-
FEPA EMPREGADO (982)	63.779.114,76
FUNBEN EMPREGADO (983)	1.871.049,99
FUNBEN DEPENDENTE	427.125,53
ASS. SAÚDE EMPREGADO (980)	431.132,54
ASS. SAÚDE DEPENDENTE	38.524,97
INSS EMPREGADO (981)	8.853.769,14
PENSÃO	4.466.522,75
IRRF	113.026.474,54
CONSIGNAÇÕES	72.113.914,91
RESTITUIÇÕES	3.980.251,13
<b>TOTAL DE DESCONTOS (RETENÇÕES)</b>	<b>268.987.880,26</b>

Resumo da Folha de Pessoal 2021; Valores em Reais (R\$). Fonte: SIGEF, SCO, 2021.

<b>FOLHA DE PESSOAL (Em R\$)</b>				
	<b>PESSOAL</b>	<b>ENCARGOS</b>	<b>AUXÍLIOS</b>	<b>TOTAL</b>
<b>JANEIRO</b>	61.425.815,19	13.013.030,62	10.878.719,60	85.317.565,41
<b>FEVEREIRO</b>	62.344.055,56	12.933.341,42	10.900.338,33	86.177.735,31
<b>MARÇO</b>	60.809.548,84	12.957.341,80	10.913.986,96	84.680.877,60
<b>ABRIL</b>	60.281.368,17	12.966.827,75	10.922.099,84	84.170.295,76
1ª PARCELA DÉCIMO	26.106.479,56	-	-	26.106.479,56
<b>MAIO</b>	59.705.771,23	12.952.308,98	10.981.344,20	83.639.424,41
<b>JUNHO</b>	61.521.690,77	12.953.622,48	10.790.633,20	85.265.946,45
<b>JULHO</b>	59.782.852,62	13.019.852,86	11.013.268,79	83.815.974,27
<b>AGOSTO</b>	60.230.811,21	13.042.144,41	11.036.678,51	84.309.634,13
<b>GPJ/2020</b>	20.695.953,41	-	-	20.695.953,41
<b>SETEMBRO</b>	59.867.385,59	13.038.485,43	11.056.489,56	83.962.360,58
<b>OUTUBRO</b>	59.771.779,56	13.049.346,48	10.965.520,01	83.786.646,05
<b>NOVEMBRO</b>	59.662.315,72	13.089.950,81	10.980.668,11	83.732.934,64
<b>DEZEMBRO</b>		-	-	-
2ª PARCELA DÉCIMO	28.790.078,95	12.657.903,69	-	41.447.982,64
<b>TOTAL</b>	<b>740.995.906,38</b>	<b>155.674.156,73</b>	<b>120.439.747,11</b>	<b>1.017.109.810,22</b>

Detalhamento da Folha de Pessoal do exercício 2021. Fonte: SIGEF, SCO, 2021.

## ARRECAÇÃO DOS FUNDOS (janeiro a novembro)

- FERJ: foi na ordem de R\$ 143.817.877,86.
- FERC: foi na ordem de R\$ 10.481.786,00.
- FUNSEG: que representa um percentual de 3% da arrecadação mensal do FERJ, foi na ordem de R\$ 4.314.536,34 de janeiro a novembro de 2021.
- BANCO DO BRASIL: As receitas provenientes do Convênio entre o Banco do Brasil e o Tribunal de Justiça foram na ordem de R\$ 5.196.988,81 de janeiro a novembro de 2021.
- Além das receitas decorrentes das atividades normais dos Fundos, foi arrecadado no exercício a quantia de R\$ 835.727,24 referente ao desconto do Vale-transporte dos servidores que é direcionado para o financiamento do Auxílio Bolsa de Estudo pagos pelo FERJ.

<b>QUADRO RESUMO DAS ARRECAÇÕES</b>	
<b>ARRECAÇÃO 2021</b>	
FERJ (ARREC)	143.817.877,86
FERC	10.481.786,00
B BRASIL	7.297.552,83
TRANS VALE (FERJ)	835.727,24
LEILÃO	-
FUNSEG	4.314.536,34

Resumo das Arrecadações 2021; Valores em Reais (R\$). Fonte: SIGEF e SCO, 2021.

## DAS DEMAIS ATUAÇÕES EM 2021

- AUXÍLIO LIVRO: Foram solicitadas 171 requisições de reembolso Auxílio livro. Esse processo também foi modernizado com a edição da nova Resolução do Auxílio – Livro nº 730/2016 que possibilitou a comprovação do auxílio mediante apresentação de Notas Fiscais eletrônicas, com o processo 100% digital, agilizando o pagamento do reembolso, totalizando a quantia de R\$ 145.003,97, pagos no mês de novembro/2021.
- RESTITUIÇÃO AO ERÁRIO E ÔNUS RESSARCIDO: A Contabilização das restituições ao erário, por servidores por recebimento de valores indevidos, com saldo de valores restituídos de janeiro a novembro de 2021 totalizou R\$ 252.332,96. Em relação a contabilização das restituições ao erário, decorrentes de servidores cedidos para outros órgãos, restituídos de janeiro a novembro de 2021, totalizou R\$ 3.367.272,97.
- INSCRIÇÃO NA DÍVIDA ATIVA: Inscrição de responsabilidades por valores não restituídos na Dívida Ativa do Estado, totalizaram 56 inscrições de janeiro a novembro de 2021.
- CONCILIAÇÕES BANCÁRIAS: Elaboração das conciliações bancárias das Unidades Gestoras do Poder Judiciário relativas à todas as Unidades Gestoras,

Tribunal de Justiça, FERJ, FERC, FESMAM e FUNSENG, contas conciliadas até novembro de 2021.

• **APLICAÇÕES FINANCEIRAS:** Lançamento de Aplicações Financeiras dos meses de JANEIRO a NOVEMBRO 2021, totalizaram R\$ 13.261.042,61, indicando que os recursos aplicados foram bem gerenciados e feitas as escolhas certas nos tipos de aplicações.

O Cumprimento das obrigações tributárias acessórias do Poder Judiciário, relativas aos contratos com fornecedores e pessoas físicas, nas Unidades Gestoras do Tribunal, FERJ e FERC, na condição de contribuinte substituto, tais como: Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência - GFIP, DIM – Declaração de Informações Municipais, Declaração de Anual de Imposto de Renda Retido na Fonte da Pessoa Física – DIRF.

Elaboração dos cálculos dos impostos retidos na fonte dos processos de despesas, relativas as prestações de serviços pessoas físicas e jurídicas, tais como Imposto de Renda, INSS, Imposto sobre Serviços – ISS.

Elaboração dos cálculos de reajuste de contratos administrativos, relativos à renovação de contratos de locação, realinhamento de preços com base em convenção coletiva de trabalho dos contratos de serviços continuados.

### **DA COORDENADORIA DE FINANÇAS**

A Coordenadoria de Finanças realizou atividades objetivando a efetuação de empenhos, liquidações e pagamentos das despesas do Poder Judiciário, entre os quais evidenciam-se: pagamento de fornecedores, prestadores de serviços, concessão de adiantamentos via cartão corporativo, diárias, palestrantes da ESMAM, restituição de atos judiciais gratuitos do FERC, entre outros, totalizando a soma de 13.750 (treze mil, setecentos e cinquenta) processos trabalhados (período 01.01.2021 a 26.11.2021), consoante relatório estatístico do sistema Digidoc.

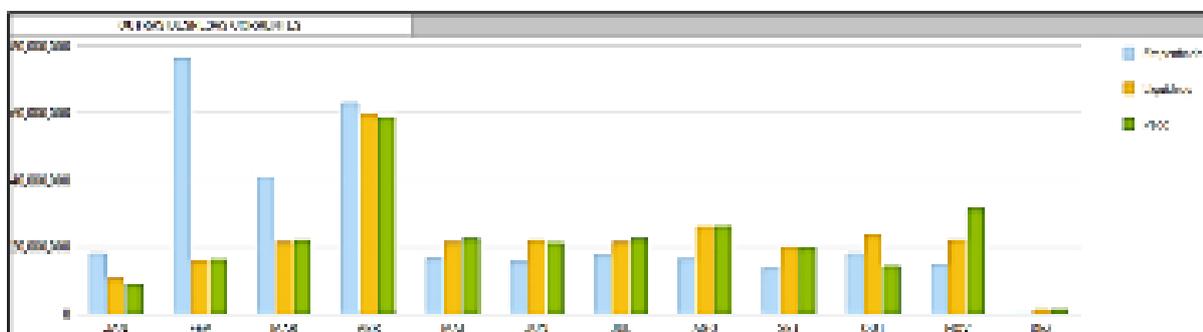
### **IMPORTANTE DESTACAR:**

A desburocratização do fluxo dos processos administrativos, decorrente da sólida gestão financeira, propiciou significativa redução no pagamento de encargos (multa e juros), decorrente de faturas e notas fiscais em atraso, uma vez que os créditos orçamentários reservados, estiveram sempre alinhados ao correspondente financeiro.

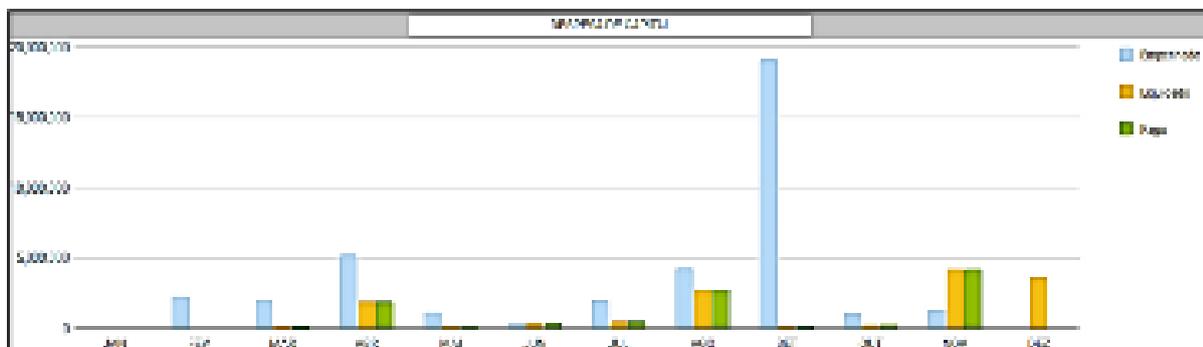
A seguir, uma visualização sintetizada da execução financeira por unidade orçamentária e por grupo de despesa, no exercício financeiro de 2021:

UO	Descrição Unidade Orçamentária	Valor Lei + Crédito (R\$)	Valor Empenhado (R\$)	Valor Liquidado (R\$)
4101	Tribunal de Justiça do Estado	1.220.661.000,00	1.062.511.085,10	1.018.127.705,69
4102	Corregedoria Geral da Justiça	23.967.000,00	23.196.599,17	18.624.495,49
4901	FERJ	212.566.612,09	136.887.062,20	85.686.732,91
4902	FESMAM	1.390.313,04	749.954,94	551.113,39
4903	FERC	7.283.000,00	5.467.061,95	4.798.625,26
4904	FUNSEG	3.622.000,00	1.588.848,70	890.908,68
<b>TOTAL (R\$)</b>		<b>1.469.489.925,13</b>	<b>1.230.400.612,06</b>	<b>1.128.679.581,42</b>

Execução Financeira por Unidade Orçamentária 2021 (Período 01/01 a 30/11). FONTE: SIGEF 2021.



Execução Financeira Grupo de Despesa –Custeio. Período: 01/01 a 26/11.Fonte: SCO, 2021.



Execução Financeira Grupo de Despesa –Capital. Período: 01/01 a 26/11.Fonte: SCO, 2021.



Execução Financeira Grupo de Despesa -Pessoal. Período: 01/01 a 26/11. Fonte: SCO, 2021.

### **IMPORTANTE DESTACAR:**

O recolhimento de tributos deve-se ao resultado de uma eficiente gestão tributária de contratos e convênios, contribuindo desta forma para arrecadação estadual, enquanto substituto tributário, além de mitigar a possibilidade do Poder Judiciário ser autuado e multado por descumprimento das Legislações Tributárias.

A monitoração e operacionalização da CONTA VINCULADA, em cumprimento à Resolução nº169/2013 do Conselho Nacional de Justiça, é garantia na retenção dos recursos necessários para o cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas em caso de inadimplência das empresas contratadas, salvaguardando o TJMA da responsabilidade solidária pelo cumprimento das obrigações.

Em um cenário nacional de severa restrição orçamentária e financeira, maximizada pela queda de arrecadação estadual, em decorrência da Pandemia do Corona Vírus, este Poder Judiciário envidou esforços no sentido de redução imediata e efetiva das despesas de custeio e com a folha de pessoal, resultando assim no cumprimento de todas as obrigações financeiras assumidas com os fornecedores e prestadores de serviços do TJ-MA.

### **DIVISÃO DE ANÁLISE DE FATURAS**

A Unidade exerceu atividades rotineiras como análise, ateste, acompanhamento e encaminhamento das faturas referentes ao consumo de água, energia elétrica e telefonia fixa, visando ao pagamento das mesmas, além de observar e detectar eventuais dualidades de cobrança e outras incorreções, que pudessem acarretar prejuízos financeiros ao Tribunal de Justiça do Maranhão.

### **IMPORTANTE DESTACAR:**

Dentre algumas ações realizadas, visando a redução de gastos, prevaleceram-se:

- O cancelamento de linhas telefônicas não utilizadas, totalizando 05(cinco) linhas excluídas.
- A exclusão de 01(uma) unidade consumidora da CAEMA e EQUATORIAL ENERGIA, que correspondia a imóvel desativado ou devolvido pelo Tribunal de Justiça.

Periodicamente, a divisão forneceu relatórios de consumo de água, luz e telefonia fixa, para subsidiar a base de dados, no âmbito do TJMA. A unidade continua a enviar mensalmente o formulário do Plano de Logística Sustentável, contendo as despesas referentes ao consumo de água, luz e telefonia fixa, ao Núcleo Socioambiental do Poder Judiciário, em atendimento à Resolução 201/2015, do CNJ.

### **COORDENADORIA DE PAGAMENTO E DIVISÃO DE FOLHA PAGAMENTO DE FOLHA DE PESSOAL**

Quanto aos gastos com a folha de pessoal, informamos que os valores dos meses de janeiro/2021 a novembro de 2021, totalizaram R\$ 1.017.109.810,22, conforme verifica-se pela contabilização da folha ao item 1.3 deste material, incluindo

despesas com pessoal, auxílios e encargos patronais. Destacamos ainda:

### IMPORTANTE DESTACAR:

- O aumento da despesa de pessoal no mês de abril/2021 correspondeu à inclusão do adiantamento da primeira parcela da Gratificação Natalina, aos servidores e membros deste Poder Judiciário, acrescido do valor da Folha de abril/2021;
- Em agosto/21, foi autorizado o pagamento da Gratificação por Produtividade Judiciária – GPJ, exercício 2020, das unidades vencedoras, por meio do Processo n. 24.319/2021, ao montante de R\$ 20.695.953, acréscimo da folha de agosto/2021;
- Por fim, o acréscimo das despesas de pessoal no mês de novembro de 2021, correspondeu ao pagamento da segunda parcela da Gratificação Natalina no valor mais o pagamento da folha de Novembro/2021.

### NOMEAÇÕES

Com relação às nomeações no período de janeiro a novembro de 2021, foram 567 (quinhentos e sessenta e sete) nomeações, no referido período, sendo:

<b>NOMEAÇÕES 2021</b>	<b>jan</b>	<b>fev</b>	<b>mar</b>	<b>abr</b>	<b>mai</b>	<b>jun</b>	<b>jul</b>	<b>ago</b>	<b>set</b>	<b>out</b>	<b>nov</b>	<b>TOTAL</b>
Comissionados puros (novos)	11	22	37	21	1	23	21	22	15	12	8	193
Requisitados	2	5	1	14	0	2	2	0	1	4	0	31
Efetivos	7	17	3	7	1	3	12	4	6	9	14	83
Efetivos para Cargo em Comissão	2	9	12	8	0	4	2	1	1	3	3	45
Efetivos para Função Gratificada	4	3	1	6	0	3	0	4	0	1	2	24
Comissionados (alteração de cargos)	5	19	29	20	15	24	34	5	16	10	14	191
<b>TOTAL</b>	<b>31</b>	<b>75</b>	<b>83</b>	<b>76</b>	<b>17</b>	<b>59</b>	<b>71</b>	<b>36</b>	<b>39</b>	<b>39</b>	<b>41</b>	<b>567</b>

Nomeações no período de janeiro a novembro de 2021. Fonte: Mentorh, 2021.

### COORDENADORIA DE ORÇAMENTO

O orçamento consignado ao Tribunal de Justiça do Maranhão para 2021 pela Lei Orçamentária Anual – LOA (Lei Estadual nº 11.405, de 30/12/2020) foi de **R\$ 1.389.877.704,00 (um bilhão, trezentos e oitenta e nove milhões, oitocentos e setenta e sete mil e setecentos e quatro reais)**, contemplando recursos para as despesas com o pagamento de pessoal e encargos sociais, com a manutenção e funcionamento das atividades administrativas e judiciais e com os investimentos necessários ao desenvolvimento de ações que contribuam para a melhoria e expansão da prestação jurisdicional.

O orçamento para 2021 está assim distribuído:

- Em **R\$ 973.595.000,00 (novecentos e setenta e três milhões e quinhentos e noventa e cinco mil reais)** para atender as despesas com pessoal e encargos sociais;

- Em **R\$ 153.989.963,00** (cento e cinquenta e três milhões, novecentos e oitenta e nove reais e novecentos e sessenta e três centavos) para atender as despesas com benefícios e auxílios a servidores e magistrados;
- Em **R\$ 155.619.003,00** (cento e cinquenta e cinco milhões, seiscentos e dezoito mil e três reais) para atender as despesas de manutenção e funcionamento da estrutura administrativa e judicial;
- Em **R\$ 31.847.737,00** (trinta e um milhões, oitocentos e quarenta e sete mil e setecentos e trinta e sete reais) para atender as despesas com investimentos.
- Em **R\$ 74.826.000,00** (setenta e quatro milhões e oitocentos e vinte e seis mil reais) para atender as despesas com precatórios e requisições de pequeno valor;

A tabela abaixo apresenta a composição do orçamento aprovado para 2021, conforme detalhamento acima, em relação à dotação aprovada para 2020.

<b>Categoria Econômica e Grupo de Despesa</b>	<b>LOA 2020</b>	<b>PROP 2021</b>	<b>Varição Absoluta</b>	<b>Varição (%)</b>
Despesas Correntes	1.409.346.345	1.358.029.966	-51.316.379	-3,64%
Pessoal e Encargos Sociais	918.099.000	973.595.000	55.496.000	6,04%
Outras Despesas Correntes - Exc. Benefícios e Auxílios e Precatórios	176.084.423	155.619.003	-20.465.420	-11,62%
Benefícios e Auxílios	140.710.515	153.989.963	13.279.448	9,44%
Precatórios	174.452.407	74.826.000	-99.626.407	-57,11%
Despesas de Capital	19.086.062	31.847.737	12.761.675	66,86%
Investimentos	19.086.062	31.847.737	12.761.675	66,86%
Inversões Financeiras	-	-	-	-
<b>TOTAL S/ PRECATÓRIO</b>	<b>1.253.980.000</b>	<b>1.315.051.703</b>	<b>61.071.703</b>	<b>4,87%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.428.432.407</b>	<b>1.389.877.703</b>	<b>-38.554.704</b>	<b>-2,70%</b>

Composição do Orçamento Aprovado para 2021. Fonte: SIGEF, SCO, 2021.

### Dotação X Execução 2021

Abaixo segue quadro demonstrativo da dotação e execução orçamentária e financeira no período de 01/01 a 30/11/2021.

<b>DESPESA</b>	<b>LOA 2021</b>	<b>DOTAÇÃO ATUAL</b>	<b>EMPENHADO</b>	<b>LIQUIDADO</b>	<b>PAGO</b>
Pessoal	973.595.000	989.455.340	897.758.149,68	879.429.527,58	879.429.527,58
Custeio	309.608.967	335.511.986	273.272.604,67	226.747.339,26	226.698.628,48
Precatórios	74.826.000	74.826.000	42.000.000,00	42.000.000,00	42.000.000,00
Investimentos	31.847.737	82.842.479	39.344.083,46	11.062.999,29	11.062.999,29
Inversões Finan.	-	2.600.000	2.584.000,00	2.584.000,00	2.584.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.389.877.704</b>	<b>1.485.235.805</b>	<b>1.254.958.837,81</b>	<b>1.179.823.866,13</b>	<b>1.179.775.155,35</b>

Demonstrativo da Dotação e Execução Orçamentária e Financeira de 01/01 a 30/11/2021. Fonte: SCO, 2021.

Dentre os investimentos realizados no período, no total de R\$ 39.344.083,46, merecem destaque:

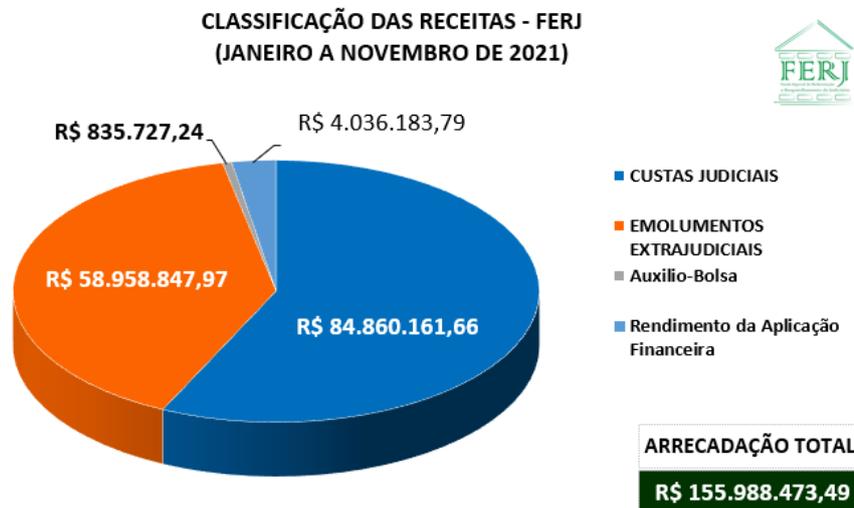
<b>Investimento</b>	<b>Despesa</b>
Equipamentos de informática	23.973.848,36
Licenças de software	902.128,64
Obras de engenharia	7.687.685,34
Mobiliário	492.994,65
Equipamentos e material permanente	6.287.426,46
<b>TOTAL</b>	<b>39.344.083,46</b>

Investimentos que merecem destaque em 2021. Fonte: SCO, SIGEF, 2021.



# FERJ - Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Poder Judiciário

Conforme artigo 3º da Lei nº 48/2000 e as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 124/2009, há 31 (trinta e um) diferentes tipos de fontes de receitas do FERJ, dentre as quais destacam-se o recolhimento de custas e despesas processuais, a taxa de 12% sobre os emolumentos das serventias extrajudiciais, repasses financeiros dos interinos, dívida ativa do Estado e receitas oriundas de auditorias externas. O FERJ arrecadou o valor de **R\$ 155.988.473,49** (cento e cinquenta e cinco milhões e novecentos e oitenta e oito mil e quatrocentos e setenta e três reais e quarenta e nove centavos) no período do janeiro a novembro de 2021 conforme classificação de receitas abaixo:



Fonte: Sistemas BB, SIAFERJWEB E SAUIN (Selo Eletrônico)

O valor de arrecadação bruta acumulado até o mês de novembro de 2021 obteve um crescimento percentual em torno de **23,72%** em comparativo a arrecadação no mesmo período do ano de 2020, o que possibilitou um superavit de **R\$ 29.907.917,65** (vinte e nove milhões e novecentos e sete mil e novecentos e dezessete reais e sessenta e cinco centavos), no período indicado conforme tabela abaixo:

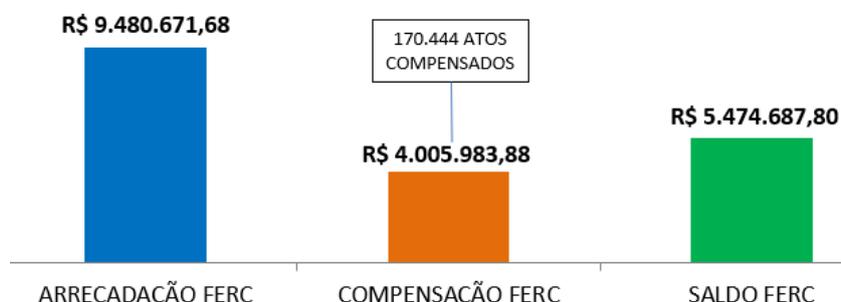
ARRECADAÇÃO BRUTA - FERJ 2021		
	ANO 2020	ANO 2021
JANEIRO	R\$ 10.975.015,89	R\$ 8.581.333,45
FEVEREIRO	R\$ 12.334.646,78	R\$ 11.885.974,06
MARÇO	R\$ 10.618.737,06	R\$ 12.602.966,37
ABRIL	R\$ 7.103.845,11	R\$ 12.239.789,09
MAIO	R\$ 8.567.559,68	R\$ 13.779.615,27
JUNHO	R\$ 9.118.310,37	R\$ 15.209.867,10
JULHO	R\$ 11.841.182,03	R\$ 15.797.111,91
AGOSTO	R\$ 12.063.716,23	R\$ 15.135.908,55
SETEMBRO	R\$ 11.197.690,22	R\$ 16.810.018,30
OUTUBRO	R\$ 21.754.274,50	R\$ 16.196.501,52
NOVEMBRO	R\$ 10.505.577,97	R\$ 17.749.387,87
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 126.080.555,84</b>	<b>R\$ 155.988.473,49</b>
CRESC. PERCENTUAL	<b>23,72%</b>	
SUPERAVIT	<b>R\$ 29.907.917,65</b>	

### ARRECADAÇÃO, COMPENSAÇÃO E ANÁLISE DE ATOS FERJ

O Fundo Especial das Serventias Extrajudiciais de Registro Civil das Pessoas Naturais – FERJ foi criado por meio da lei complementar nº 130/2009 e tem por objetivo prover a gratuidade do Registro Civil de Pessoas Naturais, por meio da arrecadação de 3% (três por cento) sobre os emolumentos percebidos por todas as serventias extrajudiciais do Maranhão. Conforme gráfico abaixo, o FERJ arrecadou **R\$ 9.480.671,68** (nove milhões, quatrocentos e oitenta mil, seiscentos e setenta e um reais e sessenta e oito centavos) no período de janeiro a outubro do ano corrente; realizou a compensação financeira de **R\$ 4.005.983,88** (quatro milhões e cinco mil e novecentos e oitenta e três reais e oitenta e oito centavos); analisou 195.965 (cento e noventa e cinco mil e novecentos e sessenta e cinco) atos gratuitos, tendo compensado **170.444** (cento e setenta mil e quatrocentos e quarenta e quatro) atos, distribuídos entre 225 unidades de Registro Civil do Estado do Maranhão.

#### ARRECADAÇÃO X COMPENSAÇÃO FERJ X SALDO

janeiro a outubro de 2021



Fonte: Sistemas BB, SIAFERJWEB E SAUIN (Selo Eletrônico)

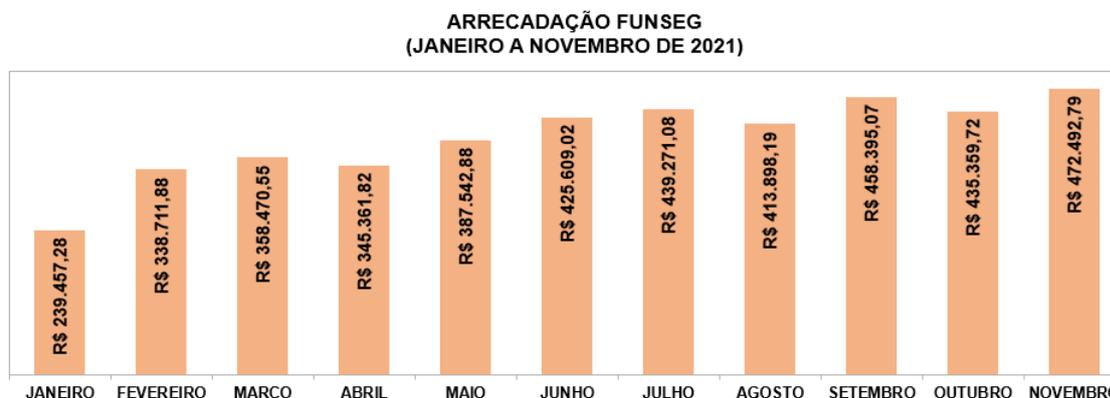
### RENDA MÍNIMA DAS SERVENTIAS DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS

Instituída pela Lei Complementar nº 226/2020, a complementação da renda mí-

nima mensal para os delegatários que praticarem atos do Registro Civil das Pessoas Naturais e não alcançarem como renda bruta mensal o valor de arrecadação mínimo atualmente fixado em R\$ 6.000,00 (seis mil reais), pela **RESOL-GP 902020**, é mantida pelo Fundo Especial das Serventias Extrajudiciais de Registro Civil das Pessoas Naturais – FERJ, e já custeou **R\$ 185.894,78** (cento e oitenta e cinco mil, oitocentos e noventa e quatro reais e setenta e oito centavos, distribuídos em cerca de 28 (vinte e oito) serventias consideradas deficitárias e que cumpriram os requisitos legais para percepção da complementação.

## ARRECADAÇÃO TOTAL DO FUNSEG

O Fundo Especial de Segurança dos Magistrados do Maranhão (FUNSEG) tem por objetivo a captação de recursos destinados a reforma, ampliação, aprimoramento de segurança da Justiça Estadual, formação e aperfeiçoamento do serviço de segurança dos magistrados, entre outras medidas. A receita do Fundo vem da destinação de 3% do produto da arrecadação das custas judiciais, taxa judiciária e do percentual de emolumentos extrajudiciais recolhidos ao FERJ. Assim, o FUNSEG arrecadou o valor de **R\$ 4.314.570,29** (quatro milhões e trezentos e quatorze mil e quinhentos e setenta reais e vinte e nove centavos), no período do janeiro a novembro de 2021, conforme gráfico de arrecadação mensal abaixo:



Fonte: Sistemas BB, SIAFERJWEB E SAUIN (Selo Eletrônico)

## ARRECADAÇÃO DE CUSTAS FINAIS

Para o recolhimento de custas finais, a Diretoria do FERJ tem utilizado como meios de cobrança o envio de notificações e boleto via Correios e por e-mail, o que torna mais rápida a efetivação dos pagamentos. Com relação aos pagamentos não realizados e as correspondências devolvidas, devido ao endereço ser incerto ou não sabido, a Diretoria do FERJ publica no Diário da Justiça Eletrônico – DJE as custas finais e, assim, os prazos para pagamento são reabertos com 30 dias.

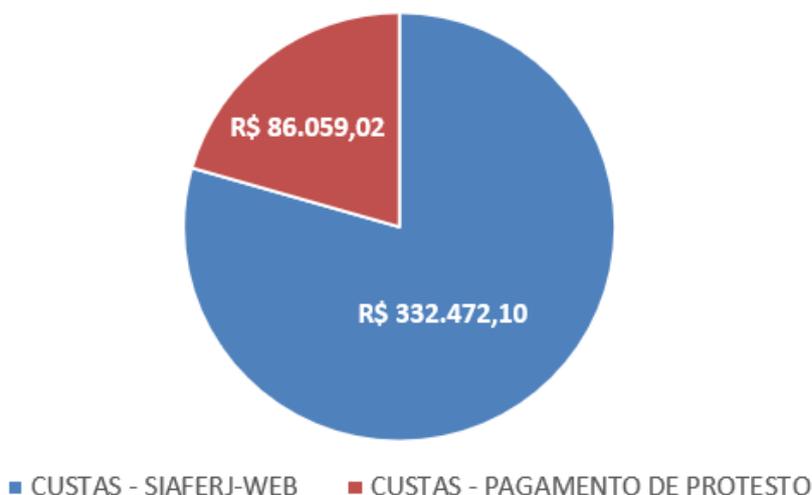
Aquelas que não são pagas dentro do prazo previsto em lei, encaminhamos para a Dívida Ativa do Estado e também para inclusão no SERASA, por meio do convênio firmado entre a SEFAZ e o SERASA.

No período de janeiro a novembro de 2021, a Diretoria do FERJ arrecadou o

valor de **R\$ 418.531,12** (quatrocentos e dezoito mil e quinhentos e trinta e um reais e doze centavos) com custas finais. Desse valor, temos o montante de **R\$ 332.472,10** (trezentos e trinta e dois mil e quatrocentos e setenta e dois reais e dez centavos) que foi arrecadado diretamente através das notificações aos devedores (cartas e editais) e pagamento de certidões após inscrição em Dívida Ativa. Além disso, o FERJ arrecadou **R\$ 86.059,02** (oitenta e seis mil e cinquenta e nove reais e dois centavos) com Protesto de Certidões da Dívida Ativa decorrente de custas processuais finais.

### ARRECAÇÃO CUSTAS FINAIS

janeiro a novembro de 2021



Fonte: Sistemas SIAFERJWEB E SAUIN (Selo Eletrônico)

### FISCALIZAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL

A ação de fiscalização realizada pela Diretoria do Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário - FERJ, encontra fundamento no art. 27 da Lei 9.109/2009 e no art. 32 da Resolução 2/2001, alterado pela Resolução de nº. 79/2016. Esta fiscalização tem por objetivo verificar junto às serventias extrajudiciais e secretarias judiciais a conformidade no recolhimento dos percentuais devidos aos Fundos FERJ e Fundo Especial das Serventias de Registro Civil do Estado do Maranhão-FERC, a fim de evitar evasão de receitas.

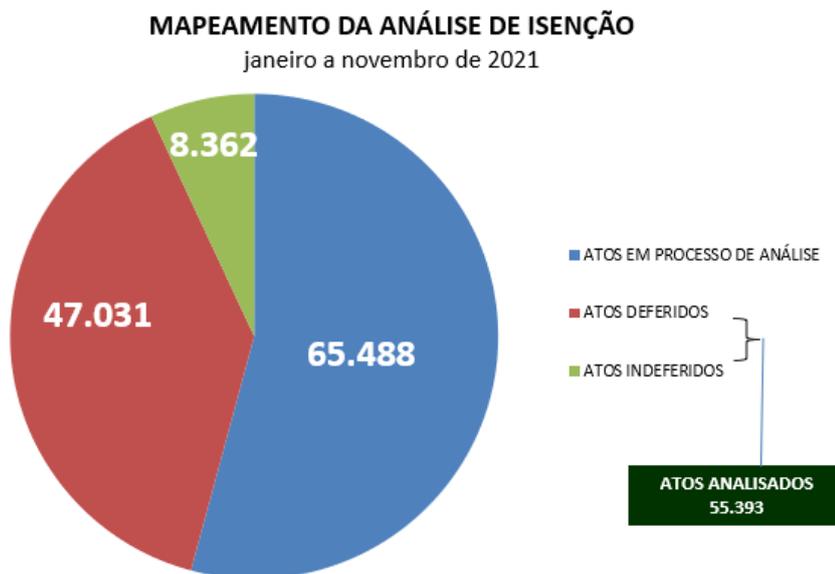
No que diz respeito a fiscalização nas serventias extrajudiciais, ação que é feita in loco, para atingir os fins a que se propõe foram fiscalizadas 44 (quarenta e quatro) serventias; cumpre-nos destacar que as atividades de fiscalização das serventias extrajudiciais só tiveram início no segundo semestre, dada as medidas para contenção e prevenção da COVID-19.

Quanto a fiscalização da prestação de contas dos selos de fiscalização judicial, de 01/01/2021 a 30/11/2021, foram abertos **356** (trezentos e cinquenta e seis) processos, para regularização das pendências encontradas em cada secretaria. Des-

tes, já finalizados por saneamento integral ou exaurimento da competência desta Diretoria **312** (trezentos e doze), processos.

Além da atividade de fiscalização das taxas devidas ao FERJ e ao FERC, com o advento do selo de fiscalização eletrônico, implementou-se mais uma ferramenta de controle a fim de verificar a conformidade na aplicação das hipóteses de isenção previstas na legislação tributária atinente aos emolumentos. Deste modo, para todo ato praticado com dispensa de emolumentos, a serventia se obriga a encaminhar cópia do ato, bem como, a documentação que fundamenta a isenção e, só depois da análise realizada pela Divisão de Fiscalização, as obrigações da serventia para com os fundos, fica resolvida, conforme dispõe o art. 18 da Resolução-GP 48/2019.

Com relação a esta ação, no período de janeiro a novembro de 2021, foram analisadas 55.393 (cinquenta e cinco mil, trezentos e noventa e três) isenções de emolumentos, sendo deferidas 47.031 (quarenta e sete mil e trinta e um), indeferidas 8.362 (oito mil trezentos e sessenta e dois). Além disso, restam 65.488 (sessenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e oito) a serem analisados e 57.425 (cinquenta e sete mil quatrocentos e vinte cinco) que ainda estão com prazo para juntada de documentos.



Fonte: Sistemas SIAFERJWEB E SAUIN (Selo Eletrônico)

## VENDA DE SELOS DE FISCALIZAÇÃO ELETRÔNICO

Conforme RESOL-GP-942020, os selos de fiscalização extrajudiciais são vendidos no valor de R\$ 0,33, exceto os de uso gratuito, com o fim de subsidiar a produção e manutenção da tecnologia utilizada nos mesmos. Conforme período, foram recolhidos aos cofres públicos **R\$ 1.961.324,79**, o que representa um total de **6.219.959** unidades de selos distribuídos entre as 293 serventias extrajudiciais.

## REPASSES FINANCEIROS EFETUADOS PELOS INTERINOS DAS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS AO TJMA

A Diretoria do FERJ manteve seu compromisso com o Poder Judiciário no tocante aos indicadores de arrecadação e controle, atingindo uma receita acumulada no valor de **R\$ 13.479.382,94** (treze milhões e quatrocentos e setenta e nove mil e trezentos e oitenta e dois reais e noventa e quatro centavos) no período de levantamento.

### **AÇÕES DE MELHORIA DA ASSESSORIA TÉCNICA DO FERJ**

Com o passar dos tempos muitos projetos foram criando diversos normativos que alteraram as normas originárias, desse modo, a assessoria do FERJ vem realizando um trabalho de compilação das normas, e ao mesmo tempo propondo a comissão de legislação do Tribunal através de projetos que visam unificar estes, facilitando as consultas e estudos.

As atividades realizadas pela Assessoria Técnica da Diretoria do FERJ no período em epígrafe, a qual foram relacionadas em quantitativos: os Processos de Restituição que foram dados tratamento, Processos de Auditoria/Fiscalização (análise de defesa), bem como as Decisões, Pareceres Técnicos e Jurídicos, Despachos, Informas, Memorandos, Ofícios, Projetos de Resoluções, Suscitação de Dúvidas/Questionamentos e Projetos em andamento da Nova Lei de Custas e Emolumentos, conforme relação abaixo:

- **Processos de Restituição:** foram dados tratamento a **786** (setecentos e oitenta e seis) processos de restituição, envolvendo custas judiciais, emolumentos extrajudiciais, fiança penal e restituição de valores – boleto FERJ;
- **Processos de Auditoria/Fiscalização (análise de defesa):** 2 (dois) processos relacionados com as Serventias Extrajudiciais da 1ª Zona de Registro de Imóveis da Capital e 3ª Zona de Registro Civil de Pessoas Naturais da Capital;
- **Decisões-DFERJ:** foram proferidas 93 (noventa e três) decisões envolvendo as competências das Divisões de Arrecadação e Fiscalização, bem como da Diretoria do FERJ;
- **Pareceres-DFERJ Técnicos e Jurídicos:** foram formalizados 519 (quinhentos e dezenove) pareceres opinativos relacionados a procedimentos administrativos da Presidência, Corregedoria, Sindicância, Ouvidoria, custas judiciais, emolumentos extrajudiciais, restituição de valores, selos judiciais e extrajudiciais;
- 
- **Despachos-DFERJ:** foram formalizados 1.031 (um mil e trinta e um) despachos relacionados a procedimentos administrativos da Presidência, Corregedoria, envolvendo selos judiciais e extrajudiciais, restituição de valores, bem como as taxas referentes as custas judiciais e os emolumentos extrajudiciais;
- 
- **Informas-DFERJ:** foram formalizados 47 (quarenta e sete) informas relacionados a procedimentos administrativos da Presidência, Corregedoria, Sindicância,

Ouvidoria, custas judiciais, emolumentos extrajudiciais, selos judiciais e extrajudiciais;

- 
- **Memorandos e Ofícios-DFERJ:** foram formalizados 62 (sessenta e dois) Ofícios/Memorandos direcionados aos mais diversos seguimentos dos serviços judicial e extrajudicial do Estado do Maranhão;
- 
- **Projeto de Alteração da Resolução 14/2010 que regulamenta o FERC:** deu origem a Resolução 21/2021 que trouxe a possibilidade de compensação para averbação de CPF às Serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais;
- 
- **Suscitação de Dúvidas e Questionamentos ([ferjjuridico@tjma.jus.br](mailto:ferjjuridico@tjma.jus.br)):** foram formalizadas 509 (quinhentos e nove) respostas aos mais diversos seguimentos (ouvidoria, serventias extrajudiciais, secretarias judiciais, dentre outros);
- 
- **Consultas ao e-mail ([ferjrestituição@tjma.jus.br](mailto:ferjrestituição@tjma.jus.br)),** foram respondidos um total de 789 (setecentos e oitenta e nove) e-mails no período.
- 
- **Em parceria com a Corregedoria foi desenvolvido o Projeto de Nova Resolução da Prestação de Contas dos Interinos/Interventores** em tramitação, visando abrogar as diversas normas que tratam da matéria (processo nº. 40.994/2020-digidoc);
- 
- **Projeto Nova Resolução que Regulamenta o FERJ (LC 48/2000),** em desenvolvimento, tem por objetivo reunir todas as resoluções que tratam da matéria, abrogando-a e criação uma norma completa e melhor organizada.
- 
- **Projeto da Nova Lei de Custas e Emolumentos,** em desenvolvimento, tem por objetivo desmembrar do texto da Lei 9.109/2009, os dispositivos relacionados a cada matéria, criando uma lei específica para cada instituto, trazendo maior segurança para os envolvidos no âmbito do Estado do Maranhão.

Devido a pandemia do novo corona vírus, e o trabalho remoto estabelecido pelo Tribunal de Justiça, a Diretoria do FERJ vem se empenhando e desenvolvendo diversos atendimentos via Whatsapp, inclusive treinamentos referentes ao sistema do selo eletrônico (SAUIN) às Serventias Extrajudiciais.



# ASSESSORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E MODERNIZAÇÃO

**DIVISÃO DE PLANEJAMENTO**

**DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO DE DADOS ESTATÍSTICOS**

## **ASSESSORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E MODERNIZAÇÃO – AGEM**

**Elaboração de documentos no sistema DIGIDOC de assuntos relacionados ao setor.**

No período do presente relatório foram expedidos 615 (seiscentos e quinze) despachos, 189 (cento e oitenta e nove) pareceres, 37 (trinta e sete) decisões, 46 (quarenta e seis) ofícios e 337 (trezentos e trinta e sete) memorandos, totalizando a expedição de 1.224 documentos.

### **Apoio técnico aos setores do Tribunal de Justiça do Maranhão.**

Ao longo de todo período, a Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização – AGEM prestou auxílio técnico a diversos setores do Tribunal de Justiça do Maranhão na elaboração de normativos e fluxos de trabalho, tais como minutas de Portarias e Resoluções (teletrabalho, condição especial de trabalho, GAJ, fluxo de recolhimento de armas, ajustes na normatização do FERJ, dentre outros) que resultaram em uma maior eficiência administrativa na atividade-meio com reflexos produtivos na atividade-fim.

### **Participação nas reuniões para a construção das Metas Nacionais para o ano de 2022.**

O Juiz Coordenador de Gestão Estratégica e Modernização, Angelo Antonio Alencar dos Santos, representante do Poder Judiciário do Maranhão na Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário participou, nos dias 16 e 23 de agosto, do Encontro de Metas da Justiça Estadual, promovido pelo Coordenador Nacional da Rede Colaborativa do CNJ.

O Juiz Coordenador participou, ainda, das duas Reuniões Preparatórias para o XV Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizadas nos dias 11 de maio e 24 e 25 de agosto, respectivamente, bem como do XV Encontro Nacional do Poder Judiciário promovido pelo CNJ realizado nos dias 02 e 03 de dezembro, com vistas à deliberação sobre o processo participativo de elaboração das Metas Nacionais para o ano de 2022 e assuntos relacionados à estratégia nacional e local do Poder Judiciário.

### **Reunião com o Comitê Gestor Regional/ Comitê Orçamentário de 1º Grau**

A Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização – AGEM, por meio de seu Juiz Coordenador, Dr. Angelo Santos, convidou os membros do Comitê Gestor Regional/ Comitê Orçamentário de 1º Grau, instituído por meio da Resolução nº 43/2014, para a participação nas seguintes reuniões:

Reunião realizada no dia 22/03/2021, por videoconferência, cujo objetivo foi a deliberação sobre assuntos relativos à adequação da força de trabalho no Poder Judiciário do Estado do Maranhão. Participaram da reunião todos os membros do Comitê instituído pela Portaria nº 1075/2021 e a Diretora de Recursos Humanos e sua equipe técnica.

Reunião realizada no dia 02/06/2021, por videoconferência, cujo objetivo foi a apresentação e aprovação do cronograma para elaboração da Proposta Orçamentária para o ano de 2022. Participaram da reunião todos os membros do Comitê instituído pela Portaria nº 1075/2021 e o Diretor Financeiro e sua equipe técnica.

Reunião realizada no dia 27/07/2021, por videoconferência, cujo objetivo foi a contratação de empresa para implantação do Building Information Modeling – BIM e Acompanhamento da execução do Plano de Obras vigente.

### **Realização de Reuniões com a Comissão de Apuração e Avaliação da Produtividade – CAAP.**

A Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização – AGEM promoveu reuniões com a Comissão de Apuração e Avaliação da Produtividade – CAAP, instituída pela Resolução nº 10/2019, descritas abaixo:

Reunião realizada no dia 05/03/2021, cujo objetivo foi a homologação do resultado da GPJ/2020, com a apresentação do desempenho das unidades no 1º e 2º graus nas áreas judiciais e administrativas.

Reunião realizada no dia 14/04/2021, cujo objetivo foi a apreciação dos recursos interpostos contra o resultado divulgado pela GPJ/2020. Foram apreciados 21 recursos e 06 justificativas de suspensão, sendo 16 recursos deferidos, 15 recursos indeferidos e 06 justificativas deferidas.

Reunião realizada no dia 21/07/2021, cujo objetivo foi apreciar os requerimentos referentes a recursos da Contribuição Individual para a GPJ – CIG e ajustes da GPJ/2021.

### **Gestão do Contrato de Prestação de Serviços nº 0006\_I/2021 firmado entre o TJMA e a empresa Falconi Consultores S/A.**

O Juiz Coordenador de Gestão Estratégica e Modernização, Dr. Angelo Santos, é o gestor do Contrato de Prestação de Serviços nº 0006\_I/2021 firmado entre o TJMA e a empresa Falconi Consultores S/A, cujo objeto é a Contratação de serviços técnicos especializados de consultoria para modernização e aprimoramento da gestão administrativa e financeira do Tribunal de Justiça do Maranhão, com identificação dos pontos críticos no processo organizacional e correção segundo diretrizes de governança corporativa. O contrato tem prazo de execução de 08 (oito) meses entre as fases de planejamento, captura, controle e apresenta-

ção dos resultados, sendo composto das seguintes frentes: Revisão da Estratégia 2021/2026, a qual é o líder; Gestão Financeira (Frente da Despesa e Frente da Receita); Gestão de Riscos e Compliance.

### **Liderança da Frente Revisão da Estratégia para Construção do Planejamento Estratégico do TJMA 2021-2026.**

O Juiz Coordenador de Gestão Estratégica e Modernização, Dr. Angelo Santos, foi o líder da Frente Revisão da Estratégia, objeto do Contrato de Prestação de Serviços nº 0006\_I/2021 firmado entre o TJMA e a empresa Falconi Consultores S/A. Desse modo, a AGEM foi responsável pelo acompanhamento e monitoramento do cumprimento das seguintes etapas que compõem a referida frente:

- Diagnóstico estratégico;
- Alinhamento das iniciativas estratégicas;
- Mapa estratégico e projetos prioritários.

Todas as etapas da Frente Revisão da Estratégia foram concluídas, o que resultou na aprovação, em sessão do Pleno do TJMA, da Resolução nº 44/2021 que dispõe sobre o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário Estadual no período de 2021-2026.

### **Participação na Reunião de Trabalho – Implantação da Justiça 4.0 promovida pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ.**

O Juiz Coordenador de Gestão Estratégica e Modernização, Dr. Angelo Santos, representou o Tribunal de Justiça do Maranhão em reunião de trabalho, realizada pelo CNJ junto a este Tribunal e ao Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte -TJRN, com o objetivo de incentivar o diálogo e a troca de experiências, relacionados à implantação e funcionamento dos projetos ligados ao programa Justiça 4.0, nos dias 11 e 12 de novembro.

Na oportunidade, o TJMA assumiu, perante o CNJ, o compromisso de implantar as diversas iniciativas do Programa Justiça 4.0 até o final de 2022, cujo processo envolvem a implantação do Balcão Virtual, Juízo 100% Digital, Núcleo de Justiça 4.0, a integração à Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro (PDPJ-Br) e ao Codex.

## ***DIVISÃO DE PLANEJAMENTO***

### **Acompanhamento do trâmite relativo à homologação de resultado e elaboração da lista de pagamento referente à GPJ/2020**

Com a finalização da etapa recursal e homologação do resultado final da GPJ/2020, pela Comissão de Apuração e Avaliação da GPJ – CAAP e a Presidência desta Corte de Justiça, a Divisão de Planejamento elaborou a lista com os percentuais devidos aos servidores lotados em unidades vencedoras que detinham o direito à GPJ, considerando os critérios estabelecidos pela Resolução do TJMA nº 10/2019 e os dados enviados pela Diretoria de Informática e Automação.

O pagamento da Gratificação por Produtividade Judiciária ocorreu no mês

agosto de 2021, conforme calendário aprovado pela Presidência deste Tribunal.

### **Realização da última Reunião de Avaliação da Estratégia – RAE relativo ao ciclo do Planejamento Estratégico 2016-2020.**

Com o Planejamento Estratégico institucionalizado, por meio da Resolução do TJMA nº 45/2015, de 30 de dezembro de 2015 foi iniciada no ano de 2016 a sua execução pelas áreas responsáveis, restando necessário o monitoramento sistemático das ações, projetos e iniciativas, assim como do nível de cumprimento das metas estratégicas estabelecidas.

Assim, em obediência ao cronograma de acompanhamento da estratégia, a Divisão de Planejamento realizou a I Reunião de Avaliação da Estratégia – RAE do ano de 2021, no período de 18 a 22 de fevereiro de 2021. A edição foi realizada por videoconferência, em virtude das restrições ocasionadas pela pandemia da Covid-19.

Após reuniões com todos os setores responsáveis pelas metas estratégicas, a Divisão de Planejamento elaborou a ata da reunião da I RAE de 2021, contendo o consolidado das apresentações realizadas pelos gestores, bem como realizou, em conjunto com a Divisão de Acompanhamento de Dados Estatísticos, estudo sobre o grau de cumprimento total do Planejamento Estratégico referente ao ciclo 2016-2020 pelo Poder Judiciário do Maranhão.

O resultado obtido no estudo citado, demonstra um grau de cumprimento geral de 90%, sendo 87% de cumprimento das metas vinculadas à perspectiva Sociedade, 97% de cumprimento das metas vinculadas à perspectiva Processos Internos e 85% de cumprimento das metas vinculadas à perspectiva Recursos.

### **Elaboração do novo ciclo de Planejamento Estratégico 2021-2026.**

De acordo com a Resolução nº 325/2021 do Conselho Nacional de Justiça, até o dia 30 de junho de 2020, os Tribunais deverão elaborar o Planejamento Estratégico para o período 2021-2026. Dessa forma, foi elaborado o plano do projeto para a construção do Planejamento Estratégico para o ciclo 2021-2026, alinhado aos normativos e aos macrodesafios do Poder Judiciário, estes já preestabelecidos pelo CNJ ao longo do ciclo em vigor. A Divisão de Planejamento foi responsável pela conclusão das etapas contidas no cronograma, sendo que foram cumpridas as que seguem:

#### **Consulta Pública com o Público Externo**

A Divisão de Planejamento, em parceria com a Divisão de Acompanhamento de Dados Estatísticos elaborou questionário, cujo objetivo foi realizar consulta pública destinada aos advogados, promotores, procuradores e aos cidadãos em geral, para avaliação do Poder Judiciário Estadual no que se refere a várias áreas de atuação e disponibilização de serviços.

O questionário ficou disponível no Portal do Poder Judiciário do Maranhão, no período de 15/12/2020 a 31/01/2021, obtendo 101 (cento e uma) respostas, que foram analisadas pela Divisão de Acompanhamento de Dados Estatísticos, sendo gerado um relatório estatístico que servirá de insumo para elaboração de diag-

nóstico institucional, que por sua vez, será a base para a construção dos novos Objetivos e Metas Estratégicas do Poder Judiciário maranhense.

### **Realização do Webinar: Kick off da construção participativa do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário – Estratégia Nacional 2021-2026.**

A realização do Webinar: Kick off da construção participativa do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário – Estratégia Nacional 2021-2026, realizado no dia 04 de março de 2021, foi a mais uma etapa cumprida do projeto de elaboração do Planejamento Estratégico para o ciclo 2021-2026, cujo objetivo foi a realização de um evento 100% on-line, transmitido pelo canal do Tribunal de Justiça do Maranhão na plataforma youtube, visando divulgar e incentivar a participação de todos os servidores, magistrados e público em geral na construção das diretrizes da Estratégia Nacional 2021-2026, nos termos da Resolução CNJ nº 325/2020, bem como, apresentar os resultados alcançados pelo Poder Judiciário após o encerramento do ciclo 2016-2020 do Poder Judiciário do Estado Maranhão e as iniciativas promovidas para a construção do novo Planejamento Estratégico para o período de 2021-2026.

O evento trouxe em sua programação a realização das palestras: “Estratégia Nacional do Poder Judiciário, ministrada pelo Juiz do Poder Judiciário do Mato Grosso, Dr. Jeverson Quinteiro e da palestra “Planejamento Estratégico no Poder Judiciário do Maranhão”, ministrada pela Analista Judiciária, Káty Maria Nogueira Morais.

### **Pesquisa com o Público Interno**

A Divisão de Planejamento em conjunto com a Divisão de Acompanhamento de Dados Estatísticos elaborou formulário destinado à realização de pesquisa voltada ao público interno (magistrados e servidores) para avaliação do Poder Judiciário do Maranhão no que se refere a várias áreas de atuação e aspectos de interesse de magistrados e servidores.

O questionário ficou disponível no Portal do Poder Judiciário do Maranhão no período de 15/03/2021 a 15/04/2021, obtendo 122 (cento e vinte dois) respostas, cujos dados foram encaminhados à Divisão de Acompanhamento de Dados Estatísticos, para posterior elaboração de relatório estatístico que servirá de insumo para elaboração de diagnóstico institucional, que por sua vez, será a base para a construção dos novos Objetivos e Metas Estratégicas do Poder Judiciário maranhense.

### **Pesquisa sobre a Revisão das Diretrizes Estratégicas**

A Divisão de Planejamento elaborou formulário destinado à realização de pesquisa voltada ao público interno (magistrados e servidores) para análise sobre as diretrizes estratégicas do Poder Judiciário do Maranhão, sobre sua manutenção ou atualização, com a possibilidade de apresentação de sugestões e críticas.

O questionário ficou disponível no Portal do Poder Judiciário do Maranhão no período de 15/03/2021 a 15/04/2021, obtendo 40 (quarenta) respostas, cujos dados foram encaminhados à Divisão de Acompanhamento de Dados Estatísticos,

para posterior elaboração de relatório que será utilizado na Revisão das Diretrizes Estratégicas do Poder Judiciário do Maranhão para o ciclo 2021-2026.

### **Prestação de Apoio técnico à empresa contratada para elaboração do Planejamento Estratégico 2021-2026.**

A Divisão de Planejamento prestou apoio técnico direto à empresa Contratada Falconi Consultores S/A durante o cumprimento de todas as etapas referentes à Frente Revisão da Estratégia, bem como realizou a respectiva fiscalização dos serviços e entregas que resultaram no Planejamento Estratégico do Poder Judiciário Estadual para o período de 2021-2026.

Nesse processo, a empresa realizou análise das pesquisas realizadas, realizou entrevistas com a alta administração e realizou o Workshop “Identidade Organizacional” com vistas a construir as novas diretrizes estratégicas do Poder Judiciário (missão, visão e valores) para o período de 2021-2026, as quais foram validadas pelo Comitê de Gestão da Estratégia. Após essa fase, foi elaborado o Mapa Estratégico do Poder Judiciário do Maranhão com a definição dos 19 objetivos estratégicos e 68 metas e indicadores estratégicos para o período, fundamentados nos estudos e análises da matriz SWOT do órgão, das entrevistas, dos normativos e macrodesafios da Estratégia Nacional do CNJ, bem como com a atuação junto aos grupos de trabalho formados por gestores, magistrados e servidores do Poder Judiciário do Maranhão, para definição de projetos estratégicos que viabilizarão o cumprimento das metas estabelecidas.

Ao todo foram formalizados 15 grupos de trabalho com mais de 60 magistrados e servidores envolvidos na elaboração de 43 projetos estratégicos que impactarão diretamente no alcance dos objetivos e metas do Plano Estratégico 2021-2026.

O Plano Estratégico do Poder Judiciário do Maranhão encontra-se disponível no link: [https://novogerenciador.tjma.jus.br/storage/arquivos/diretrizes\\_estrategicas/agem\\_planejamento\\_estrategico\\_versao\\_final\\_23\\_08\\_2021\\_18\\_52\\_19.pdf](https://novogerenciador.tjma.jus.br/storage/arquivos/diretrizes_estrategicas/agem_planejamento_estrategico_versao_final_23_08_2021_18_52_19.pdf)

### **Reuniões de Monitoramento – Prêmio CNJ de Qualidade.**

O Prêmio CNJ de Qualidade é um projeto do Conselho Nacional de Justiça – CNJ regulamentado por portaria específica, expedida anualmente, que regulamenta a concessão do Prêmio CNJ de Qualidade para o ano vigente.

Neste contexto, a AGEM, por meio da Divisão de Planejamento, estabeleceu metodologia para monitoramento do cumprimento dos critérios relativos ao Prêmio CNJ de Qualidade pelos setores responsáveis, a qual consiste na elaboração de planilhas individualizadas por cada setor responsável, contendo todas as informações relativas ao cumprimento dos critérios, tais como: o período de referência, formas de comprovação, identificação de intervenientes e responsabilidades compartilhadas; realização de reuniões de monitoramento com todos os setores, com a definição de ações que viabilizem o cumprimento integral de cada item, cujo monitoramento é realizado formalmente por meio da abertura de processo administrativo específico no sistema Digidoc; e elaboração de relatórios à Presidência do Tribunal de Justiça informando sobre as atividades desenvolvidas e as dificul-

dades que necessitam de intervenção da Alta Administração.

Durante o período foram realizadas reuniões com formalização da respectiva ata, totalizando a quantidade de 50 (cinquenta) ações a serem cumpridas pelos setores e 20 (vinte) processos administrativos abertos.

### **Monitoramento da Meta Nacional nº 9 do CNJ.**

A AGEM, por meio da Divisão de Planejamento, ficou responsável pela elaboração e apresentação do plano de ação e elaboração do painel estatístico referente à Meta 9 do CNJ, que tem como alvo da agenda 2030, as ações prioritárias do Judiciário, conforme parâmetros estabelecidos no Glossário de Metas do ano de 2021.

Para cumprimento da Meta, a Divisão de Planejamento elaborou o plano de ação, em parceria com Coordenação Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar - CEMULHER, a partir da escolha do ODS 05, que visa “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”. O referido Plano foi apresentado, pelo magistrado Angelo Santos e Lidiane Melo, em reunião promovida pelo Conselho Nacional de Justiça, no dia 07/10/2021, via videoconferência, com a participação de representantes de todos os Tribunais de Justiça Estadual.

O referido de Plano de Ação encontra-se com grau de cumprimento de 90,42%, de acordo com as últimas informações prestadas, pela Coordenação Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Família, em processo administrativo de monitoramento, e tem previsão de cumprimento integral no dia 10/12/2021.

### **Apoio em projetos do Laboratório de Inovação do TJMA - TOADALAB.**

A Divisão de Planejamento presta apoio técnico direto ao Comitê de Inovação para implantação do projeto do Laboratório de Inovação do Poder Judiciário do Maranhão, bem como na elaboração de instrumentos que viabilizem a sua operacionalização e elaboração de projetos e iniciativas.

O Laboratório de Inovação é um espaço para fomento da cultura da inovação e idealização de novos projetos, com colaboração e coparticipação dos indivíduos envolvidos no processo, visando proporcionar melhorias incrementais ou disruptivas, por meio da criação de soluções inovadoras que impactem nos processos de trabalho, processos tecnológicos, serviços e governança, resultando na eficiência e qualidade dos serviços prestados no âmbito do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Por fim, cabe destacar que a Divisão de Planejamento presta apoio técnico a determinados projetos desenvolvidos no âmbito do ToadaLab e contribuiu diretamente para a realização do evento realizado no dia 15/07/2021, com a participação dos laboratoristas, cujo objetivo era construir a identidade organizacional do Toadalab,

### **DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO DE DADOS ESTATÍSTICOS.**

A Divisão de Acompanhamento de Dados Estatísticos (DADE) tem por finalidade atender às demandas relacionadas à produção de dados estatísticos de 2º grau

essenciais à tomada de decisão no âmbito do planejamento. Além disso, executa tarefas periódicas junto ao CNJ de grande relevância; a exemplo do Prêmio CNJ de Qualidade, Módulo de Produtividade Mensal, Justiça em Números e Metas Nacionais. Colabora ainda com a Informática no processo de saneamento de inconsistências do Datajud.

### **Gratificação por Produtividade Judiciária (GPJ)**

No início do exercício de 2021 é realizado o encerramento da GPJ/2020. No Resultado Final da gratificação foram produzidas 37 informações técnicas para subsidiar os pareceres dos recursos. E, após decisão da Comissão de Avaliação e Apuração da Produtividade (CAAP), foi divulgada a lista de 430 unidades vencedoras da gratificação.

Vale destacar nas metas judiciais o cumprimento da Meta 1 em 116%, Meta 2 em 39%, Meta 4 em 23% e a Meta 6 em 26%. O baixo desempenho de algumas metas foi consequente da pandemia COVID-19, em que as unidades tiveram algumas atividades suspensas.

Em relação à GPJ/2021, a DADE apurou e publicou as parciais referentes ao 1º, 2º e 3º trimestre de 2021. Nas ocasiões foram divulgadas as produtividades de 375 unidades judiciais e 137 unidades administrativas participantes da premiação. Além disso, foram fixadas novas metas integralmente alinhadas às Metas Nacionais do CNJ.

Com intuito de facilitar o entendimento acerca das mudanças nas metas da GPJ/2021 foi realizado o [evento Webinário “Alinhamento da GPJ 2021 às Metas Nacionais” com as regras gerais aplicadas às metas judiciais 1, 2, 4, 5, 6, 8 e 12, bem como demonstrou a aplicação das fórmulas de cálculo e o acesso aos relatórios do sistema Jurisconsult.](#)

### **Justiça em Números – CNJ**

No exercício de 2021 são informados os dados da Justiça em Números referentes às informações anuais de 2020. O relatório abrange três grandes grupos de informações relacionadas ao desempenho dos Tribunais, quais sejam: Insumos, dotações e graus de utilização de recursos financeiros, humanos e físicos; Informações sobre Litigiosidade (quantidade de processos, acesso à justiça, processos reativados e tempo do processo); e Estrutura do Tribunal.

Merece destacar os seguintes indicadores da Justiça em Números de 2020: Taxa de congestionamento Geral do TJMA apontou 71%, sendo 61% no 1º Grau e 73% no 2º Grau. Além disso, o Índice de Atendimento à Demanda (IAD) registrou 77% no 1º Grau e 138% no 2º Grau.

No período de julho a agosto de 2021, foram informados dados do primeiro semestre de 2021 acerca de Litigiosidade (quantidade de processos, acesso à justiça, processos reativados e tempo do processo), Resolução CNJ 254/2018 – Violência Doméstica e Resolução CNJ 219/2016 – Priorização do 1º Grau.

### **Módulo de Produtividade Mensal**

Compreende as variáveis da Resolução nº 76/2009 (Justiça em Números) repassadas mensalmente com dados da produtividade das serventias e magistrados de 2º Grau referentes ao período de janeiro a outubro de 2021. No Passo 1 são repassadas informações sobre as Serventias: casos novos, casos pendentes, recursos internos, redistribuições, pedidos de vistas, baixas e suspensões. No Passo 2 são repassados dados dos magistrados: decisões colegiadas e monocráticas da ação principal, decisões interlocutórias, outras decisões e votos.

### **Metas Nacionais**

São informados mensalmente os dados do 2º Grau referentes às Metas estabelecidas pelo CNJ, realizando até o momento o envio dos dados de janeiro a outubro de 2021.

As metas da GPJ estão alinhadas integralmente às Metas Nacionais que compreendem somente processos de conhecimento, estando de acordo com as classes, assuntos e movimentos das Tabelas Processuais Unificadas (TPU) definidos pela Resolução 76/2009 do CNJ.

### **Produtividade Semanal do Poder Judiciário**

Produtividade informada semanalmente ao CNJ, referente ao Regime de Teletrabalho em razão do COVID-19 envolvendo Julgamentos, Decisões, Despachos, Atos de secretaria da área judicial, assim como valores liberados pelo Judiciário para combate à pandemia do novo Coronavírus.

### **Mapa Estatístico Mensal**

O Mapa Estatístico Mensal abrange as informações alusivas à produtividade dos magistrados do 2º grau, contendo dados dos sistemas Themis SG e PJE. É produzido mensalmente e encaminhado aos gabinetes, bem como publicado no Diário da Justiça Eletrônico (DJE). Os dados são referentes a julgamentos colegiados e monocráticos, distribuições, recursos internos, baixas, casos pendentes (acervo) e pedidos de vista.



# CERIMONIAL

## JANEIRO

DATA	ATIVIDADES	ONDE	OBSERVAÇÃO (atividades desenvolvidas pelo Cerimonial e outras informações)
02	VELÓRIO DA DESA. CLEONICE FREIRE		ENVIO DE 01 (UMA) COROA DE FLORES.
08	MISSA DE 7º DIA DA DESA. CLEONICE FREIRE	IGREJA DA SÉ	ORGANIZAÇÃO DA MISSA
17	POSSE DO DES. JAIME NO CARGO DA VICE-PRESIDÊNCIA	SALA DA PRESIDÊNCIA	ORGANIZAÇÃO DA CERIMÔNIA/ PROTOCOLO DE CERIMONIAL
27	INSTALAÇÃO DO ANO JUDICIÁRIO 2021	SALA DAS SESSÕES PLENÁRIAS SALA DE CHÁ/TJ	ORGANIZAÇÃO DA CERIMÔNIA DEFINIÇÃO DO CARDÁPIO/ SERVIÇO DE GARÇOM/ ORGANIZAÇÃO DO LANCHE
29	PALESTRAS E WORKSHOP DO RH	VIDEOCONFERÊNCIA	PREPARAÇÃO DO SCRIPT

## FEVEREIRO

DATA	ATIVIDADES	ONDE	OBSERVAÇÃO (ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO CERIMONIAL E OUTRAS INFORMAÇÕES)
03	ORGANIZAÇÃO DO LANCHE DO PLENO	VIDEOCONFERÊNCIA	DEFINIÇÃO DE CARDÁPIO/ SERVIÇO DE GARÇOM/ ORGANIZAÇÃO DO LANCHE
09 E 10	AUDIÊNCIA PÚBLICA DE ESCOLHA DE SERVENTIA	SALA DAS SESSÕES PLENÁRIAS	FORNECIMENTO DE LANCHE E MATERIAL DE INFORMÁTICA/ SERVIÇO DE GARÇONS/
17	ORGANIZAÇÃO DO LANCHE DO PLENO	SALA DE CHÁ/ TJ	DEFINIÇÃO DE CARDÁPIO/ SERVIÇO DE GARÇOM/ ORGANIZAÇÃO DO LANCHE
19	POSSE DA NOVA DIRETORIA DA ESMAM	SALÃO NOBRE	ENVIO DE CONVITE POR EMAIL/ PROTOCOLO DE CERIMONIAL/ PREPARAÇÃO DO SCRIPT

22	AULA INAUGURAL DO DOUTORADO EM DIREITO (COMPOSTO POR PROFISSIONAIS DO TJMA )	VIDEOCONFERÊNCIA	ELABORAÇÃO DO SCRIPT
25	SOLENIDADE VIRTUAL DE LANÇAMENTO DO PROGRAMA “MINHA TERRA”	VIDEOCONFERÊNCIA	ELABORAÇÃO DO SCRIPT
26	1ª REUNIÃO DE ARTICULAÇÃO MUNICIPAL PARA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	VIDEOCONFERÊNCIA	ELABORAÇÃO DO SCRIPT/ PROTOCOLO DE CERIMONIAL

## MARÇO

<b>DATA</b>	<b>ATIVIDADES</b>	<b>ONDE</b>	<b>OBSERVAÇÃO (ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO CERIMONIAL E OUTRAS INFORMAÇÕES)</b>
03	ORGANIZAÇÃO DO LANCHE DO PLENO	SALA DE CHÁ/ TJ	DEFINIÇÃO DE CARDÁPIO/ SERVIÇO DE GARÇOM/ ORGANIZAÇÃO DO LANCHE
04	WEBINÁRIO – KICK OFF DA CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO PODER JUDICIÁRIO.	VIDEOCONFERÊNCIA	ELABORAÇÃO DO SCRIPT
15	SOLENIDADE VIRTUAL DE ABERTURA DA SOLENIDADE DO ANO ACADÊMICO DA ESMAM	VIDEOCONFERÊNCIA	ENVIO DE CONVITE POR EMAIL E DIGIDOC/ PROTOCOLO DE CERIMONIAL/ ELABORAÇÃO DO SCRIPT
23	WEBINÁRIO SOBRE O DIA NACIONAL DO SURDO	VIDEOCONFERÊNCIA	DISPONIBILIZAÇÃO DE INTERPRETE DE LIBRAS
25	SOLENIDADE VIRTUAL DO 85º ENCONTRO DO COLÉGIO PERMANENTE DOS CORREGEDORES-GERAIS	VIDEOCONFERÊNCIA	ELABORAÇÃO DO SCRIPT/ ORGANIZAÇÃO DA ORDEM DE PRECEDÊNCIA DA MESA VIRTUAL.
25	SOLENIDADE VIRTUAL DO LANÇAMENTO DA OBRA COLETIVA: DIREITOS HUMANOS E FRATERNIDADE – ESTUDO EM HOMENAGEM AO MINISTRO REYNALDO DA FONSECA	VIDEOCONFERÊNCIA	ENVIO DE CONVITE POR EMAIL E DIGIDOC/ PROTOCOLO DE CERIMONIAL/ ELABORAÇÃO DO SCRIPT.

## ABRIL

DATA	ATIVIDADES	ONDE	OBSERVAÇÃO (ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO CERIMONIAL E OUTRAS INFORMAÇÕES)
08	FÓRUM MATOPIBA	VIDEOCONFERÊNCIA	ASSESSORIA PRESTADA AO CORREGEDOR/ ORGANIZAÇÃO DA ORDEM DE PRECEDÊNCIA DA MESA VIRTUAL.
28	ORGANIZAÇÃO DO LANCHE DO PLENO	SALA DE CHÁ/ TJ	DEFINIÇÃO DE CARDÁPIO/ SERVIÇO DE GARÇOM/ ORGANIZAÇÃO DO LANCHE
28	WEBINÁRIO/ ESMAM – SAÚDE E SUPLEMENTAR	VIDEOCONFERÊNCIA	ELABORAÇÃO DO SCRIPT/ ORGANIZAÇÃO DA CERIMÔNIA
28 A 30	VIII ENASTIC (ENCONTRO DE TECNOLOGIAS E INOVAÇÃO DA JUSTIÇA ESTADUAL)	VIDEOCONFERÊNCIA	ENVIO DE CONVITE POR EMAIL E DIGIDOC/ REUNIÕES COM A ORGANIZAÇÃO VIRTUAL DO EVENTO

## MAIO

DATA	ATIVIDADES	ONDE	OBSERVAÇÃO (ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO CERIMONIAL E OUTRAS INFORMAÇÕES)
07	SOLENIIDADE DA NOVA INSTALAÇÃO DA CEMULHER	VIDEOCONFERÊNCIA	ENVIO DE CONVITE POR EMAIL E DIGIDOC/ ORGANIZAÇÃO DA CERIMÔNIA/ ELABORAÇÃO DO SCRIPT
12	ORGANIZAÇÃO DO LANCHE DO PLENO	SALA DE CHÁ/ TJ	DEFINIÇÃO DE CARDÁPIO/ SERVIÇO DE GARÇOM/ ORGANIZAÇÃO DO LANCHE
13	SOLENIIDADE DE INAUGURAÇÃO DA SALA DO COMITÊ DE DIVERSIDADE DO TJMA	VIDEOCONFERÊNCIA	ENVIO DE CONVITE POR EMAIL E DIGIDOC/ PROTOCOLO DE CERIMONIAL/ ELABORAÇÃO DO SCRIPT * (INTÉRPRETE DE LIBRAS -24 PARTICIPANTES NA MESA VIRTUAL E 30 PESSOAS ASSISTIRAM NO YOUTUBE
13	PALESTRA “REPENSANDO O 13 DE MAIO E O PROTAGONISMO DA POPULAÇÃO NEGRA”	VIDEOCONFERÊNCIA	DISPONIBILIDADE DE INTÉRPRETE DE LIBRAS (SOLICITAÇÃO DO COMITÊ DE DIVERSIDADE) * INTÉRPRETE DE LIBRAS - * 07 PESSOAS ASSISTIRAM

18	ORGANIZAÇÃO DO LANCHE DO PLENO	SALA DE CHÁ/ TJ	DEFINIÇÃO DE CARDÁPIO/ SERVIÇO DE GARÇOM/ ORGANIZAÇÃO DO LANCHE
18	ORGANIZAÇÃO DA ELEIÇÃO DO MEMBRO SUBSTITUTO DO TRE/MA, CATEGORIA DESEMBARGADOR (ELEITO DES. JOSÉ GONÇALO)	SALÃO NOBRE	ENVELOPAMENTO DA URNA/ LOGÍSTICA DA VOTAÇÃO
20	WEBINÁRIO/ ESMAM: “O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES BRASILEIROS: DESENVOLVENDO PARADIGMAS DE PROTEÇÃO JURÍDICA E SOCIAL À LUZ DA LEI Nº 13.431/2017”	VIDEOCONFERÊNCIA	DISPONIBILIDADE DE INTÉRPRETE DE LIBRAS* (SOLICITAÇÃO DA COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE)/ ELABORAÇÃO DO ROTEIRO/ ASSESSORIA AO PRESIDENTE DO TJMA, QUE COMPÔS A MESA VIRTUAL
20	SEMINÁRIO EM ALUSÃO AO 18 DE MAIO – DIA NACIONAL DE COMBATE AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	VIDEOCONFERÊNCIA (SOLICITAÇÃO DA COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE)	DISPONIBILIDADE DE INTÉRPRETE DE LIBRAS (SOLICITAÇÃO DA COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE)
25	AULA INAUGURAL DO CURSO SOBRE O SISTEMA NACIONAL DE ADOÇÃO E ACOLHIMENTO	VIDEOCONFERÊNCIA	DISPONIBILIDADE DE INTÉRPRETE DE LIBRAS (SOLICITAÇÃO DA COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE)
25	PROJETO TRILHOS DA ALFABETIZAÇÃO ENTRE O GOVERNO DO ESTADO DO MA (SEDUC) X FUNDAÇÃO VALE X FGV e 24 MUNICÍPIOS DO MA.	VIDEOCONFERÊNCIA	ASSESSORAMENTO AO PRESIDENTE DURANTE O EVENTO VIRTUAL
28	AULA MAGNA DA ESMAM: PRECEDENTES: APROXIMAÇÃO ENTRE COMMON LAW D CIVIL LAW	VIDEOCONFERÊNCIA	ELABORAÇÃO DO SCRIPT/ ASSESSORAMENTO AO PRESIDENTE DURANTE O EVENTO VIRTUAL
31	PALESTRA: ACESSIBILIDADE, INCLUSÃO E QUALIDADE DE VIDA	VIDEOCONFERÊNCIA	ELABORAÇÃO DO SCRIPT/ * (INTÉRPRETE DE LIBRAS

## JUNHO

<b>DATA</b>	<b>ATIVIDADES</b>	<b>ONDE</b>	<b>OBSERVAÇÃO (ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO CERIMONIAL E OUTRAS INFORMAÇÕES)</b>
02	ORGANIZAÇÃO DO LANCHE DO PLENO	SALA DE CHÁ/ TJ	DEFINIÇÃO DE CARDÁPIO/ SERVIÇO DE GARÇOM/ ORGANIZAÇÃO DO LANCHE
06, 07 e 08	I SEMINÁRIO ESTADUAL DIVERSIDADE E ANTIDISCRIMINAÇÃO – PALESTRA MAGNA: DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA COM A CONSELHEIRA DO CNJ, JUÍZA FLÁVIA PESSOA	VIDEOCONFERÊNCIA	ELABORAÇÃO DO SCRIPT/ * (INTÉRPRETE DE LIBRAS
07 e 08	WEBINÁRIO: JORNADA SOCIOAMBIENTAL – PODER JUDICIÁRIO DO MARANHÃO E AGENDA 2030	VIDEOCONFERÊNCIA	ELABORAÇÃO DO SCRIPT/ * (INTÉRPRETE DE LIBRAS
07, 14 e 15	EXAMES DE COVID-19	PRAÇA PEDRO II FRENTE /SETOR MÉDICO	FORNECIMENTO DE MESAS, CADEIRAS E REFEIÇÃO.
09	ORGANIZAÇÃO DO LANCHE DO PLENO	SALA DE CHÁ/ TJ	DEFINIÇÃO DE CARDÁPIO/ SERVIÇO DE GARÇOM/ ORGANIZAÇÃO DO LANCHE
10 e 11	WEBINÁRIO: DIVERSIDADE E GÊNERO – NOVOS OLHARES PARA O SISTEMA DE JUSTIÇA	VIDEOCONFERÊNCIA	ELABORAÇÃO DO ROTEIRO/ * (INTÉRPRETE DE LIBRAS
14	AULA MAGNA: LEX E JUS COM O MINISTRO EROS ROBERTO GRAUS	VIDEOCONFERÊNCIA	ELABORAÇÃO DO ROTEIRO/ * (INTÉRPRETE DE LIBRAS
15	INAUGURAÇÃO DA SEDE DO LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO – TOADA	EVENTO HÍBRIDO (FÓRUM DE SÃO LUÍS)	ELABORAÇÃO DO ROTEIRO/ SERVIÇO DE GARÇOM
16	ORGANIZAÇÃO DO LANCHE DO PLENO	SALA DE CHÁ/ TJ	DEFINIÇÃO DE CARDÁPIO/ SERVIÇO DE GARÇOM/ ORGANIZAÇÃO DO LANCHE
23	ORGANIZAÇÃO DO LANCHE DO PLENO	SALA DE CHÁ/ TJ	DEFINIÇÃO DE CARDÁPIO/ SERVIÇO DE GARÇOM/ ORGANIZAÇÃO DO LANCHE
30	ORGANIZAÇÃO DO LANCHE DO PLENO	SALA DE CHÁ/ TJ	DEFINIÇÃO DE CARDÁPIO/ SERVIÇO DE GARÇOM/ ORGANIZAÇÃO DO LANCHE

## JULHO

DATA	ATIVIDADES	ONDE	OBSERVAÇÃO (ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO CERIMONIAL E OUTRAS INFORMAÇÕES)
06 A 08	I SEMINÁRIO ESTADUAL DE DIVERSIDADE E ANTIDISCRIMINAÇÃO (ESMAM)		
07	ORGANIZAÇÃO DO LANCHE DO PLENO	SALA DE CHÁ/ TJ	DEFINIÇÃO DE CARDÁPIO/ SERVIÇO DE GARÇOM/ ORGANIZAÇÃO DO LANCHE
13	ENTREGA DA MEDALHA ANTÔNIO VELLOZO PARA DOM XAVIER GILLES	RESIDÊNCIA PAROQUIAL	PROTOCOLO DE CERIMONIAL
14	ORGANIZAÇÃO DO LANCHE DO PLENO	SALA DE CHÁ/ TJ	DEFINIÇÃO DE CARDÁPIO/ SERVIÇO DE GARÇOM/ ORGANIZAÇÃO DO LANCHE
19	ASSINATURA DO TERMO DE COOPERAÇÃO – REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA (REURB)	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	PROTOCOLO DE CERIMONIAL
21	ORGANIZAÇÃO DO LANCHE DO PLENO	SALA DE CHÁ/ TJ	DEFINIÇÃO DE CARDÁPIO/ SERVIÇO DE GARÇOM/ ORGANIZAÇÃO DO LANCHE
20 E 21	AUDIÊNCIA PÚBLICA DE ESCOLHA SERVENTIAS	SALA DE SESSÕES PLENÁRIAS	FORNECIMENTO DE LANCHE E MATERIAL DE INFORMÁTICA/ SERVIÇO DE GARÇONS/
30	CERIMÔNIA DE ENTREGA DA CÓPIA DO PROCESSO DE INCÊNDIO DO NAVIO “MARIA CELESTE”	SALÃO NOBRE	ENVIO DE CONVITE POR EMAIL E DIGIDOC/ DEFINIÇÃO DOS SUCOS/ SERVIÇO DE GARÇOM/ PROTOCOLO DE CERIMONIAL/ ELABORAÇÃO DO SCRIPT

## AGOSTO

DATA	ATIVIDADES	ONDE	OBSERVAÇÃO (ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO CERIMONIAL E OUTRAS INFORMAÇÕES)

04	ORGANIZAÇÃO DO LANCHE DO PLENO	SALA DE CHÁ/ TJ	DEFINIÇÃO DE CARDÁPIO/ SERVIÇO DE GARÇOM/ ORGANIZAÇÃO DO LANCHE
09	ASSINATURA DO TERMO DE COOPERAÇÃO E LANÇAMENTO DO MESTRADO DE CIÊNCIAS SOCIAIS	VIDEOCONFERÊNCIA	ELABORAÇÃO DO ROTEIRO/ SOLICITAÇÃO DE APOIO DA INFORMÁTICA
13	SOLENIIDADE PELOS 10 ANOS DA CEMULHER E PREMIAÇÃO MARIA FIRMINA	AMMA	ENVIO DE CONVITE POR EMAIL E DIGIDOC/ DEFINIÇÃO DO CARDÁPIO DO COQUETEL/ SERVIÇO DE GARÇOM/ PROTOCOLO DE CERIMONIAL/ ELABORAÇÃO DO SCRIPT
16	CONCORRÊNCIA PÚBLICA - LICITAÇÃO	AUDITÓRIO DO CENTRO ADMINISTRATIVO	SERVIÇO DE GARÇOM
18	ORGANIZAÇÃO DO LANCHE DO PLENO	SALA DE CHÁ/ TJ	DEFINIÇÃO DE CARDÁPIO/ SERVIÇO DE GARÇOM/ ORGANIZAÇÃO DO LANCHE
19	SOLENIIDADE DE POSSE DOS NOVOS DELEGATÁRIOS	SALA DAS SESSÕES PLENÁRIAS	ENVIO DE CONVITE POR EMAIL E DIGIDOC/ DEFINIÇÃO DOS SUCOS/ SERVIÇO DE GARÇOM/ PROTOCOLO DE CERIMONIAL/ ELABORAÇÃO DO SCRIPT
20	SOLENIIDADE DE ENTREGA DA REFORMA DO FÓRUM DE MATINHA	FÓRUM DE MATINHA	ENVIO DE CONVITE POR EMAIL E DIGIDOC/ DEFINIÇÃO DOS SUCOS/ SERVIÇO DE GARÇOM/ PROTOCOLO DE CERIMONIAL/ ELABORAÇÃO DO SCRIPT
25	ORGANIZAÇÃO DO LANCHE DO PLENO	SALA DE CHÁ/ TJ	DEFINIÇÃO DE CARDÁPIO/ SERVIÇO DE GARÇOM/ ORGANIZAÇÃO DO LANCHE

## SETEMBRO

DATA	ATIVIDADES	ONDE	OBSERVAÇÃO (ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO CERIMONIAL E OUTRAS INFORMAÇÕES)

01	ORGANIZAÇÃO DO LANCHE DO PLENO	SALA DE CHÁ/ TJ	DEFINIÇÃO DE CARDÁPIO/ SERVIÇO DE GARÇOM/ ORGANIZAÇÃO DO LANCHE
02	CERIMÔNIA VIRTUAL DE ASSINATURA DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA (TJMA/ TCE/ OUTROS)	VIDEOCONFERÊNCIA	ASSESSORAMENTO
08	PROCISSÃO DOS ORIXÁS	PRAÇA PEDRO II	FORNECIMENTO DE BALÕES
10	INAUGURAÇÃO DO CEJUSP	FÓRUM DES.SARBHEY COSTA	SERVIÇO DE GARÇOM/ PROTOCOLO DE CERIMONIAL/ ELABORAÇÃO DO SCRIPT
15	ORGANIZAÇÃO DO LANCHE DO PLENO	SALA DE CHÁ/ TJ	DEFINIÇÃO DE CARDÁPIO/ SERVIÇO DE GARÇOM/ ORGANIZAÇÃO DO LANCHE
21	INAUGURAÇÃO DO MUSEU DO TJMA "DES. LAURO BERREDO MARTINS"	CENTRO ADMINISTRATIVO	ENVIO DE CONVITE POR EMAIL E DIGIDOC/ DEFINIÇÃO DO COQUETEL/ SERVIÇO DE GARÇOM/ PROTOCOLO DE CERIMONIAL/ ELABORAÇÃO DO SCRIPT
22	ORGANIZAÇÃO DO LANCHE DO PLENO	SALA DE CHÁ/ TJ	DEFINIÇÃO DE CARDÁPIO/ SERVIÇO DE GARÇOM/ ORGANIZAÇÃO DO LANCHE
23	REUNIÃO DO PRESIDENTE COM OS JUÍZES DA DA COMARCA DE IMPERATRIZ/ SOLENIDADE DE INSTALAÇÃO DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE IMPERATRIZ	FÓRUM DE MATINHA	ENVIO DE CONVITE POR EMAIL E DIGIDOC/ DEFINIÇÃO DOS SUCOS/ SERVIÇO DE GARÇOM/ PROTOCOLO DE CERIMONIAL/ ELABORAÇÃO DO SCRIPT
29	PROJETO DE DIGITALIZAÇÃO LISTA ZERO	FÓRUM DA COMARCA DE IMPERATRIZ	FORNECIMENTO DE LANCHE
29	ORGANIZAÇÃO DO LANCHE DO PLENO	SALA DE CHÁ/ TJ	DEFINIÇÃO DE CARDÁPIO/ SERVIÇO DE GARÇOM/ ORGANIZAÇÃO DO LANCHE

## OUTUBRO

DATA	ATIVIDADES	ONDE	OBSERVAÇÃO (ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO CERIMONIAL E OUTRAS INFORMAÇÕES)
01	VISITA E ENTREGA DE DOAÇÕES	ASILO DE MENDICIDADE	CAFÉ DA MANHÃ/ CERIMONIAL
01	LANÇAMENTO DO LIVRO “ OS SINOS DA IGREJA DA MATRIZ” DO ESCRITOR NONATO REIS	FÓRUM DES.SARNEY COSTA	SERVIÇO DE GARÇOM/ APRESENTAÇÃO CULTURAL (SAXOFONISTA)
04	INSTALAÇÃO DA 2ª VARA DE INTERDIÇÃO	FÓRUM DES.SARNEY COSTA	ENVIO DE CONVITE POR EMAIL E DIGIDOC/ DEFINIÇÃO DOS SUCOS/ SERVIÇO DE GARÇOM/ PROTOCOLO DE CERIMONIAL/ ELABORAÇÃO DO SCRIPT
06	ORGANIZAÇÃO DO LANCHE DO PLENO	SALA DE CHÁ/ TJ	DEFINIÇÃO DE CARDÁPIO/ SERVIÇO DE GARÇOM/ ORGANIZAÇÃO DO LANCHE
13	ORGANIZAÇÃO DO LANCHE DO PLENO	SALA DE CHÁ/ TJ	DEFINIÇÃO DE CARDÁPIO/ SERVIÇO DE GARÇOM/ ORGANIZAÇÃO DO LANCHE
15	RECEPÇÃO DOS LABORATORISTAS	FÓRUM DES. SARNEY COSTA	COFFEE-BREAK
15	VISITA E ENTREGA DE DOAÇÕES	CASA SONHO DE CRIANÇA	CAFÉ DA MANHÃ/ CERIMONIAL
19	CERIMÔNIA DE LANÇAMENTO DO ITERACT	FÓRUM DES.SARNEY COSTA	ROTEIRO/ CERIMONIAL
20	ORGANIZAÇÃO DO LANCHE DO PLENO	SALA DE CHÁ/ TJ	DEFINIÇÃO DE CARDÁPIO/ SERVIÇO DE GARÇOM/ ORGANIZAÇÃO DO LANCHE
21	SOLENIIDADE DE INAUGURAÇÃO DO SALÃO DO JURI E ENTREGA DA REFORMA DO FÓRUM DE CURURUPU	FÓRUM DA COMARCA DE CURURUPU	ELABORAÇÃO DA PLACA DE INAUGURAÇÃO/ ELABORAÇÃO DE CONVITE ENVIO PELO DIGIDOC/ ELABORAÇÃO DO SCRIPT

21	ENTREGA DA REFORMA DA COMARCA DE PINHEIRO	FÓRUM DA COMARCA DE PINHEIRO	ELABORAÇÃO DA PLACA DE ENTREGA
21	LANÇAMENTO DA REDE DE ATENÇÃO DOS EGRESSOS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	FÓRUM DES. SARNEY COSTA	ELABORAÇÃO DO SCRIPT/ SERVIÇO DE GARÇOM/ PROTOCOLO DE CERIMONIAL
22	REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DA CENTRAL DE REGULARIZAÇÃO DE VAGAS PRISIONAIS	PLENÁRIO	SERVIÇO DE GARÇOM
22	I SIMPÓSIO SOBRE PODER JUDICIÁRIO COMO GARANTIDOR DA DEMOCRACIA E DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E INAUGURAÇÃO DA FOTO DO PRESIDENTE JUIZ ANGELO ANTONIO NA GALERIA DA AMMA	AMMA	ENVIO DE CONVITE PELO DIGIDOC/ DEFINIÇÃO DO COQUETEL/ SERVIÇO DE GARÇOM/ PROTOCOLO DE CERIMONIAL/ ELABORAÇÃO DO SCRIPT
24	ORGANIZAÇÃO DO LANCHE DO PLENO	SALA DE CHÁ/ TJ	DEFINIÇÃO DE CARDÁPIO/ SERVIÇO DE GARÇOM/ ORGANIZAÇÃO DO LANCHE
25	HOMENAGEM AO DIA DO SERVIDOR PÚBLICO	COMARCA DE IMPERATRIZ	APOIO LOGÍSTICO (ALIMENTAÇÃO)
25	SUSTENTABILIDADE	VIDEOCONFERÊNCIA	ELABORAÇÃO DO SCRIPT
26	SOLENIIDADE DE INSTALAÇÃO DA 3ª VARA CRIMINAL E DA CENTRAL DE MANDADOS DO FÓRUM DE TIMON	COMARCA DE TIMON	ENVIO DE CONVITE POR EMAIL E DIGIDOC/ SERVIÇO DE GARÇOM/ ELABORAÇÃO DO SCRIPT
26	HOMENAGEM AO DIA DO SERVIDOR PÚBLICO	COMARCA DE TIMON	APOIO LOGÍSTICO (ALIMENTAÇÃO)
26	HOMENAGEM AO DIA DO SERVIDOR PÚBLICO	COMARCA DE ITAPECURU	APOIO LOGÍSTICO (ALIMENTAÇÃO)
26	HOMENAGEM AO DIA DO SERVIDOR PÚBLICO	COMARCA DE SANTA INÊS	APOIO LOGÍSTICO (ALIMENTAÇÃO)
26	HOMENAGEM AO DIA DO SERVIDOR PÚBLICO	BACABAL	APOIO LOGÍSTICO (ALIMENTAÇÃO)
26	HOMENAGEM AO DIA DO SERVIDOR PÚBLICO	COMARCA DE SANTA INÊS	APOIO LOGÍSTICO (ALIMENTAÇÃO)
27	HOMENAGEM AO DIA DO SERVIDOR PÚBLICO	HOTEL BLUE TREE	APOIO LOGÍSTICO (ALIMENTAÇÃO)

27	ORGANIZAÇÃO DO LANCHE DO PLENO	SALA DE CHÁ/ TJ	DEFINIÇÃO DE CARDÁPIO/ SERVIÇO DE GARÇOM/ ORGANIZAÇÃO DO LANCHE
27	ENTREGA DE MEDALHA AO DES. JOÃO SANTANA	SALA DAS SESSÕES PLENÁRIAS	PROTOCOLO DE CERIMONIAL
27	HOMENAGEM PÓSTUMA AO DES. ARTHUR ALMADA LIMA		02 COROAS DE FLORES

## NOVEMBRO

<b>DATA</b>	<b>ATIVIDADES</b>	<b>ONDE</b>	<b>OBSERVAÇÃO (ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO CERIMONIAL E OUTRAS INFORMAÇÕES)</b>
03	ORGANIZAÇÃO DO LANCHE DO PLENO	SALA DE CHÁ/ TJ	DEFINIÇÃO DE CARDÁPIO/ SERVIÇO DE GARÇOM/ ORGANIZAÇÃO DO LANCHE
03	ENTREGA DA MEDALHA 40 ANOS AO DES. JAIME	RESIDÊNCIA - DES. JAIME	PROTOCOLO DE CERIMONIAL
04	CERIMÔNIA DE DESPEDIDA DA DESA. ANILDES (APOSENTADORIA)	CÂMARA CIVEL	BUQUÊ DE FLORES
06	CASAMENTO COMUNITÁRIO	VIDEOCONFERÊNCIA	APOIO LOGÍSTICO
08 A 12	ABERTURA DA INSPEÇÃO DO CNJ NO TJMA/ ASSISTÊNCIA AOS MEMBROS/ CERIMÔNIA DE ENCERRAMENTO	SALA DAS SESSÕES PLENÁRIAS	CONVITE/ CAFÉ DA MANHÃ/ SCLIP/ PROTOCOLO
08 A 12	SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO	FÓRUM DES. SARNEY COSTA E OUTROS	FORNECIMENTO DE ALMOÇO
10	ORGANIZAÇÃO DO LANCHE DO PLENO	SALA DE CHÁ/ TJ	DEFINIÇÃO DE CARDÁPIO/ SERVIÇO DE GARÇOM/ ORGANIZAÇÃO DO LANCHE
11	LANÇAMENTO DO PROJETO “ O JUDICIÁRIO NAS ESCOLAS, COM ELES E COM ELAS, POR ELES E POR ELAS” (ORGANIZAÇÃO: VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER)	IEMA (PANAQUATIRA)	FORNECIMENTO DE COQUETEL E 01 ARRANJO DE FLORES
12	ESMAM CULTURAL	GOLDEN SHOPING	INTERPRETES DE LIBRAS/ COQUETEL

17	ORGANIZAÇÃO DO LANCHE DO PLENO	SALA DE CHÁ/ TJ	DEFINIÇÃO DE CARDÁPIO/ SERVIÇO DE GARÇOM/ ORGANIZAÇÃO DO LANCHE
17 E 18	“ PARA ALÉM DO DIA 20 DE NOVEMBRO” - PROJETO “BLACK LIVES MATTER –VIDA NEGRAS IMPORTAM”. (ORGANIZAÇÃO: COMITÊ DA DIVERSIDADE)	FÓRUM SARNEY COTA	ALMOÇO/ LANCHE
19	CONCESSÃO DE MEDALHAS/TJMA	SALA DAS SESSÕES PLENÁRIAS	ENVIO DE CONVITE POR EMAIL E DIGIDOC/ COQUETEL/ SERVIÇO DE GARÇOM/ PROTOCOLO DE CERIMONIAL/ ELABORAÇÃO DO SCRIPT/ ELABORAÇÃO DOS DIPLOMAS DOS AGRACIADOS
23	II WEBINÁRIO DE JUSTIÇA RESTAURATIVA: BOAS PRÁTICAS	AMMA	COFFEE-BREAK
24	ORGANIZAÇÃO DO LANCHE DO PLENO	SALA DE CHÁ/ TJ	DEFINIÇÃO DE CARDÁPIO/ SERVIÇO DE GARÇOM/ ORGANIZAÇÃO DO LANCHE
25 E 26	ENCOGE	HOTEL BLUE TREE	APOIO LOGÍSTICO (ESPAÇO FÍSICO/ COQUETEL E COFFEE BREAK/ DECORAÇÃO E ORNAMENTAÇÃO/ SISTEMA DE SOM/ APRESENTAÇÃO CULTURAL/ SERVIÇO DE GARÇOM/ CONTRATAÇÃO DE MESTRE DE CERIMÔNIA/ COORDENADORA DE RECEPCIONISTA/ RECEPCIONISTAS)/ PROTOCOLO DE CERIMONIAL/ ELABORAÇÃO DO SCRIPT.
30	VISITA AO PRESIDENTE DO TJMA DOS ALUNOS E PROFESSORES DO CENTRO DE ENSINO LÚCIA CHAVES PARA APRESENTAÇÃO DO PROJETO “BLACK LIVES MATTER”	PLENINHO	PROTOCOLO DE CERIMONIAL/ FORNECIMENTO DE LANCHE

## DEZEMBRO

DATA	ATIVIDADES	ONDE	OBSERVAÇÃO (ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO CERIMONIAL E OUTRAS INFORMAÇÕES)
01	ORGANIZAÇÃO DO LANCHE DO PLENO	SALA DA PRESIDÊNCIA	SALA DE CHÁ/ TJ
01	POSSE DOS DESEMBARGADORES ELEITOS: RAIMUNDO BOGÉA E RONALDO MACIEL	SALA DA PRESIDÊNCIA	PROTOCOLO DE CERIMONIAL/ ENTREGA DAS MEDALHAS "BENTO MOREIRA LIMA" AO DES. BOGÉA
03	SEXTA CULTURAL	FÓRUM DES. SARNEY COSTA	APOIO LOGÍSTICO: SOM
06	SOLENIIDADE EM COMEMORAÇÃO AOS 10 ANOS DA DIRETORIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL	SALA DAS SESSÕES PLENÁRIAS	PROTOCOLO DE CERIMONIAL/ SCRIPT/ APOIO LOGÍSTICO: COQUETEL/ MÚSICO/ SERVIÇO DE GARÇOM/ DECORAÇÃO/ MESTRE DE CERIMÔNIA E RECEPCIONISTAS)
06	SOLENIIDADE DE PREMIAÇÃO DO PROGRAMA VALORIZA MULHER	CEMULHER	PROTOCOLO DE CERIMONIAL/ SCRIPT/ APOIO LOGÍSTICO: COQUETEL/ MÚSICO/ SERVIÇO DE GARÇOM/ DECORAÇÃO
09	ENTREGA DA REFORMA DO FÓRUM DA COMARCA DE PASTOS BONS	COMARCA	CONFECÇÃO DE PLACA
10	SEXTA CULTURAL	TJMA	APOIO LOGÍSTICO: SOM
13	SOLENIIDADE DE LANÇAMENTO NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL - CNJ	SALA DAS SESSÕES PLENÁRIAS	PROTOCOLO DE CERIMONIAL/ ELABORAÇÃO DO SCRIPT/ APOIO LOGÍSTICO (COQUETEL/ ESPAÇO FÍSICO/ COQUETEL/ DECORAÇÃO/ ORNAMENTAÇÃO/ SISTEMA DE SOM/ SERVIÇO DE GARÇOM/ MESTRE DE MESTRE DE CERIMÔNIA E RECEPCIONISTAS/
15	ORGANIZAÇÃO DA CEIA DE NATAL DOS DESEMBARGADORES	SALA DE CHÁ	DEFINIÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE CARDÁPIO/ SERVIÇO DE GARÇOM/
16	CONFRATERNIZAÇÃO DOS TERCEIRIZADOS	AUDITÓRIO DO CENTRO ADMINISTRATIVO	ORGANIZAÇÃO DO EVENTO

### **OUTRAS ATIVIDADES DO CERIMONIAL DA PRESIDÊNCIA:**

- Gestão, Fiscalização dos contratos das empresas: EMPRESA DECOLANDO (passagens aéreas), BEM BRASIL (Garçons e Recepcionistas) e VITÓRIA SERVIÇOS E EMPREENDIMENTOS (alimentação e decoração), além de atestar as faturas das referidas empresas, assim como preenchimento do formulário do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal do Estado Maranhão – SIGEF, as quais são enviados à Diretoria Financeira para pagamento, assim como solicita termos aditivos e/ou repactuação dos citados contratos. Além disso, elabora termo de referência para licitação, como é o caso do processo em tramitação para a contratação de empresa de serviços de planejamento e organização de eventos;
- Inscrição e envio do link de acesso à plataforma virtual dos eventos nacional e local ao Presidente, assim como assessora-o de forma remota;
- Atendimento das solicitações de Comarca de Imperatriz, no tocante aos pedidos de lanche para o Projeto de Digitalização Lista Zero;
- Envio de telegramas de pêsames por falecimentos e de felicitação pela passagem de aniversários (desembargadores, juízes e autoridades);
- Informa os desembargadores sobre os eventos, através de mensagens e/ou whatsapp;
- Assistência aos desembargadores.

# COORDENADORIA DE BIBLIOTECA E JURISPRUDÊNCIA

A Biblioteca encontra-se instalada no Solar dos Veras, prédio do Centro Administrativo do Tribunal de Justiça do Maranhão, localizado na Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís, MA. A Coordenadoria compreende a Divisão de Acervo Bibliográfico e Divisão de Legislação e Jurisprudência, conforme Resolução nº 25 de 20 de abril de 2021, e o Museu Des. Lauro de Berredo Martins.

Possui como Missão “Disponibilizar ao usuário o acesso às fontes de informação jurídica através da aquisição, organização e disseminação de conhecimentos, contribuindo para a eficiência na prestação jurisdicional” e como Visão “Alcançar a excelência no atendimento visando garantir a satisfação das necessidades informacionais dos usuários”.

Funcionando como setor de apoio no desenvolvimento das atividades deste Tribunal, tem suas atribuições definidas por meio da Resolução nº 60/2010, que regulamenta a estrutura dos serviços auxiliares do Poder Judiciário do Maranhão. Desde sua implantação, que remete à criação da Corte, vem oferecendo a seus usuários produtos e serviços que facilitam o processo de disseminação da informação jurídica e que atendam aos interesses institucionais e da comunidade em geral.

Funciona diariamente no horário das 08:00 às 15:00h, de segunda a sexta-feira, disponibilizando seus produtos e serviços a servidores, magistrados, advogados e público em geral. Para entrar em contato, o interessado pode ligar nos telefones: (98)32616146/6147/6259/6160, ou comparecer ao endereço mencionado acima.

A Biblioteca também possui link no site do Tribunal de Justiça do Maranhão [www.tjma.jus.br](http://www.tjma.jus.br), na seção institucional/Biblioteca, onde os usuários podem consultar todas as informações referentes ao atendimento oferecido, bem como acessar os produtos disponíveis.

O usuário também pode utilizar o correio eletrônico por meio do e-mail institucional: [biblioteca@tjma.jus.br](mailto:biblioteca@tjma.jus.br), e pela seção “fale conosco” da Presidência. Além disso, a Biblioteca disponibiliza por meio do SIABI (Sistema de Automação de Bibliotecas) diversas vantagens, tais como: consulta ao acervo, reserva de publicações, renovação de empréstimos e disseminação seletiva da informação.

O Acesso ao SIABI está disponível nos terminais de atendimento na Biblioteca, ou em links na intranet e internet do Tribunal de Justiça do Maranhão.

## **DIVISÃO DE LEGISLAÇÃO E JURISPRUDÊNCIA**

Foram catalogados e indexados na nossa base de dados o SIABI - Sistema de Automação de Biblioteca 1.406 Atos Administrativos, no período de 24.01 a 01.12.2021, dentre os quais Atos da Presidência, Resoluções, Portarias, Leis, etc.

A elaboração do Manual de Padronização dos Atos Administrativos do Poder Judiciário do Maranhão foi finalizada e estamos aguardando a impressão para ser feito o laçamento oficial pelo nosso Presidente.

Atendemos um total de 65 pesquisas, abrangendo base de dados, telefone, e-mail, etc.

Foram revisados 34 minutas (24.04.2021 a 30.11.2021) de Atos administrativos, aplicando a técnica legislativa.

A legislação do Tribunal de Justiça no Portal está sendo finalizada e atualizada com a ordenação e assuntos.

## **DIVISÃO DE ACERVO BIBLIOGRÁFICO**

A Divisão de Acervo Bibliográfico, subordinada a Coordenadoria de Biblioteca e Jurisprudência é responsável pela guarda, conservação, disseminação e empréstimo dos livros e periódicos, adquiridos por compra ou doação para compor o acervo do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Seus produtos e serviços são direcionados aos servidores do Tribunal de Justiça do Maranhão.

A Divisão atende também usuários externos quanto à consulta ao acervo e atendimento de pesquisas, não sendo-lhes permitido o empréstimo de livros.

Nesse contexto, e fazendo consulta ao Siabi, nosso sistema de automação, apresentamos alguns dados relativos a 2021.

### **Empréstimos**

Em 2021 foram emprestados 263 livros e 30 periódicos, totalizando 293 empréstimos.

### **Cadastramento de usuários**

Em 2021 foram 11 novos usuários.

### **Livros cadastrados**

- Nosso acervo cresceu através da doação de livros e revistas de algumas instituições parceiras, como descritos:
- em 2020: Relatórios/ Memórias institucionais (1); Acervo geral (3); Infantil (69); Acervo jurídico (11); Maranhense (5) e Acervo literário (16), totalizando 104 livros cadastrados.
- em 2021: Relatórios/ Memórias institucionais (1); Infantil (17); Acervo jurídico (20); Maranhense (46) e Acervo histórico (417), totalizando 500 livros cadastrados.

Os livros cadastrados foram doados pelas instituições: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª. Região; Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo; Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Escola Superior de Magistratura do Estado de Alagoas, Escola Superior da Magistratura Tocantinite, Unidas Saúde; e pelos autores Des Lourival Serejo; Dra Raquel Campolina; Dr. João Quinelato de

Queiroz, dr. Flávio Pansieri e Dra. Marília Pedroso Xavier.

### **Artigos cadastrados**

Foram cadastrados artigos de periódicos, como descritos: em 2021 - 309 artigos.

### **Distribuição de Revistas TJMA a instituições parceiras**

Foram distribuídas 290 unidades da Revista do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, v.11, n.1, jan./dez. 2020 para 25 instituições em São Luís/MA, , Tribunal Regional Eleitoral, Tribunal Regional do Trabalho, Justiça Federal, IPHAN, CEUMA, IFMA, UFMA, UEMA, MPE, Procuradoria Geral de Justiça , Universidade Dom Bosco, CEST, Faculdade Pitágoras, Faculdade do Maranhão, Tribunal de Contas, Assembleia Legislativa, Ordem dos Advogados do Brasil no Maranhão, Biblioteca Pública Benedito Leite, Instituto Florence de Ensino Superior, Arquivo Público, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Academia Maranhense de Letras, Fórum Desembargador José Sarney Costa.

No Fórum, além da Biblioteca foram distribuídas a Revista TJMA em 52 varas (cível, criminal, fazenda pública, entorpecentes, do júri, de execuções penais, da infância e da juventude, de interdição, de interesse difusos).

Foram entregues também 30 unidades nos gabinetes dos desembargadores, e 50 unidades no Cerimonial do TJMA.

### **Distribuição de Livros produzidos pelo Museu**

Aproximadamente 40 kits de publicações do Museu foram distribuídos para todos os Tribunais de Justiça nas 26 unidades da federação, e também para o Tribunal Superior Eleitoral, para o Conselho Nacional de Justiça, para o Superior Tribunal de Justiça, para a Universidade Estadual do Maranhão; Procuradoria Geral de Justiça e outros.

### **Estudos para o Museu**

Na questão da memória, foi feito um estudo bibliográfico sobre os 71 desembargadores que foram Presidentes do Tribunal da Relação, Superior Tribunal de Justiça, Corte de Apelação, Tribunal de Apelação e Tribunal de Justiça.

Foi feito também o estudo inicial dos 291 desembargadores, de 1813 a 2021 para compor o Portal da Memória.

### **Visita Técnica**

Foi realizada uma viagem técnica ao Estado do Amazonas, no período de 04 a 08 de outubro de 2021, com o objetivo de conhecer o Museu do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, visando acolher ideias, trocar experiências, fazer a interlocução com a equipe responsável pelo funcionamento do Museu Amazonense.

Nossa equipe de trabalho foi formada pela Coordenadora da Biblioteca e Jurisprudência, Sra. Cíntia Valéria Botelho Costa Andrade, a Chefe da Divisão de Acervo, Sra. Leila do Vale Monteiro e o Coordenador de Arquivo Sr. Christofferson Melo.

Iniciamos nossa visita por uma reunião do corpo técnico responsável pelo Museu, tendo como representante Manoel Pedro de Souza Neto, que apresentou as ações do museu, do arquivo e da biblioteca.

Visitamos ainda, o Arquivo e a Biblioteca do Tribunal de Justiça e tivemos uma reunião com o Desembargador Délcio Santos, responsável por esses setores, quando foi relatado a forma como a nossa Coordenadoria trabalha, causando excelente visão sobre os trabalhos dinâmicos de nossos espaços de biblioteca, biblioteca infantil, museu e arquivo.

### **Destaque do Acervo**

Destacamos como novidade em nosso acervo, a publicação *Direito econômico: entre a influência internacional e a brasileira*, editado pela EDUFMA, doação recebida pelo Juiz Dr. Marco Adriano Ramos Fonseca, membro do Comitê da Diversidade, que possui capítulo de sua coautoria.

### **PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL**

Em 21 de setembro do corrente ano foi inaugurado o Museu Des. Lauro de Berredo Martins, cujo acervo contempla documentos, obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, como jornais, fotos diversas, móveis, selos, medalhas, máquinas de escrever, livros e outras publicações.

Segundo o Presidente Des. Lourival Serejo “O Poder Judiciário do Maranhão retribula-se, nesta expressiva cerimônia, para exaltar, celebrar e cultuar sua história com a inauguração do Museu Desembargador Lauro de Berredo Martins”.

Na ocasião, foram lançadas publicações institucionais que fazem parte da coleção de documentos históricos do Maranhão: Livro de Atas das Sessões da Relação do Maranhão (1841-1845); Livro de Termos e Posse dos Desembargadores: do Tribunal da Relação ao Tribunal de Justiça (1813-1953); Registro de cartas e títulos dos desembargadores do Maranhão (1813-1899).

Após a inauguração, o Museu tem recebido visitas constantes de seu público interno e também externo, como a de servidores, filhos de servidores e Membros de outras Instituições, alunos de escolas públicas, como do C.E Lúcia Chaves, localizado na Vila Esperança, que trouxe 30 alunos para conhecer as dependências do Museu e um pouco da história contada através da memória do judiciário.

### **Outras ações em andamento são:**

- Aquisição do sistema de automação para o Museu Desembargador Lauro de Berredo Martins;
- Elaboração e aprovação da portaria que institui a Comissão de Gestão e Preservação da Comissão de Memória do TJMA;
- Participação na elaboração do Manual de Gestão da Memória do Poder Judiciário instituído pelo Programa Nacional de Gestão Documental e Gestão da Memória – PRONAME do Conselho Nacional de Justiça – CNJ;
- Contratação de profissional especializado em higienização e restauração de acervos;

- Contratação de profissional especializado em paleografia –historiador para trancrever as obras Termo de Posse e Juramentos dos Desembargadores, Livros de Registro de Cartas e Títulos dos Desembargadores do Maranhão: 1813-1899 e Livro Verde da Casa de Suplicação do Brasil;
- Contratação de profissional especializado em paleografia –historiador para elaboração e transcrição do Catálogo Sumariado dos testamentos do século XVII –XVIII;
- Contratação de empresa especializada em elaboração e confecção de gibi contando a história do TJMA, para implementar projeto pedagógico junto as escola de São Luís;
- Contratação de empresa especializada em elaboração e confecção de vídeo para ilustrar a Campanha Voluntários da Memória com o intuito de resgatar históricos da justiça maranhense.

### **Visita técnica ao Museu da Memória do Judiciário Mineiro**

Nos dias 08 a 12.11 do corrente do ano, as servidoras Cíntia Valéria Botelho Costa Andrade, Coordenadora da Biblioteca e Marley Luso Garcez Souza, Chefe de Legislação, visitaram as instalações do Museu da Memória do Judiciário Mineiro, localizado no Palácio da Justiça Rodrigues Campos, Av. Afonso Pena, 1420, Centro, Belo Horizonte.

O objetivo principal foi conhecer as práticas desenvolvidas em prol da preservação da memória e experiências relacionadas à área jurisprudencial, tais como: organização, sistematização e divulgação da jurisprudência, etc.



# COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

## **APERFEIÇOAMENTO DA JUSTIÇA DA INFÂNCIA**

### **DEPOIMENTO ESPECIAL**

#### **Implantação e Reestruturação de Salas de Depoimento Especial**

*O Depoimento Especial é uma metodologia de escuta em ambiente apropriado e acolhedor, onde a criança narra sua história ao profissional capacitado, e nesse sentido, a Lei nº 13.431, de 04 de abril de 2017, foi editada como mecanismo destinado a reprimir a violência contra crianças e adolescentes, em resposta ao disposto no art. 227, caput e §4º, da Constituição Federal.*

*Dessa forma, o Tribunal de Justiça do Maranhão tem atuado para assegurar esse direito, investindo nessa metodologia de escuta, razão pela qual no ano em questão investiu-se na reestruturação de salas onde os kits estavam obsoletos:*

- Comarca de Zé Doca;
- Comarca de Bacabal;
- Comarca de São Mateus;
- Comarca de Maracaçumé;
- Comarca de São João dos Patos.

E instalação de nova sala na Comarca de São Raimundo das Mangabeiras.

#### **Monitoramento Depoimento Especial**

Considerando a necessidade de acompanhar o funcionamento das salas de Depoimento Especial e identificar as dificuldades que os magistrados enfrentam para aplicação da metodologia e em cumprimento a Lei nº 13.431/2017 e a Resolução nº 299/2019 – CNJ, a Coordenadoria da Infância e Juventude realizou levantamentos junto às Comarcas que possuem Sala de Depoimento Especial instalada.

No primeiro levantamento, realizado no período de 09 a 25 de junho de 2021, por meio de questionário no google forms, magistrados e magistradas, servidores e servidoras das Comarcas que possuem Sala de Depoimento Especial, responderam as perguntas sobre o funcionamento do Depoimento Especial, equipamentos de informática, estrutura física, capacitação dos profissionais envolvidos, informações sobre a realização de audiências diante da pandemia da Covid 19 e suges-

tões de melhorias da metodologia.

No segundo levantamento, realizado no período de 19 a 28 de outubro de 2021, realizamos reuniões virtuais com magistrados, magistradas, servidores e servidoras de 22 (vinte e duas) Comarcas, que apresentaram as situações enfrentadas para a realização da escuta da vítima/testemunha de forma acolhedora e humanizada.

Ao final de cada levantamento foi elaborado relatório com análise situacional e sugestões para o aprimoramento da metodologia, que seguiu para a presidência deste Egrégio Tribunal de Justiça, como solicitação para envio de cópia à Corregedoria Geral de Justiça do Maranhão, com vistas à ação em conjunto.

### **PROTOCOLO DE INTENÇÕES TJMA e UNICEF – 2021 a 2025**

***Com o objetivo de garantir a proteção e o direito da criança e do adolescente ao acesso à Justiça de forma igualitária, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), firmaram protocolo de intenções, até o ano de 2025,*** para a garantia de direitos de crianças e adolescentes do Maranhão, nas agendas definidas pelos principais programas do Unicef e do TJMA, vinculadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

As ações do TJMA, definidas em conjunto com o Unicef, serão planejadas e organizadas por meio da Coordenadoria da Infância e Juventude do TJMA, coordenada pelo desembargador José de Ribamar Castro.

O protocolo de intenções também estabelece a organização de processos e eventos de mobilização, intercâmbio, produção de material informativo e de sensibilização e desenvolvimento de capacidades de atores do sistema de Justiça. Além de realizar campanhas de conscientização sobre os direitos da criança e do adolescente perante a sociedade maranhense.

### **GESTÃO ESTADUAL DO SNA**

O Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) a nível estadual, está sob a gestão da Coordenadoria da Infância e Juventude desde agosto de 2020, e desde então, a gestão estadual vem trabalhando na orientação sobre o acesso ao sistema para magistrados e servidores, oferecendo ainda, suporte para o uso adequado das ferramentas do sistema.

#### **Dentre as ações realizadas durante a gestão estão:**

Elaboração de Instrução Normativa nº 01/2020 seguindo a proposta do Anexo II da Resolução – CNJ nº 289/2019, em cumprimento ao art. 8º, dando ampla publicidade às finalidades do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento – SNA aos pretendentes a adoção;

- Criação de canal de comunicação, e-mail: [sna.coinfancia@tjma.jus.br](mailto:sna.coinfancia@tjma.jus.br), exclusivo para suporte direto aos magistrados(as) e servidores(as), nos assuntos pertinentes ao SNA;
- Acompanhamento sistemático com elaboração de relatórios semestrais encaminhados à presidência deste Egrégio Tribunal de Justiça, constando as ações

desenvolvidas e as diretrizes adotadas na gestão, tendo sido feita inicialmente, a análise da situação dos dados do SNA referentes ao Estado do Maranhão, com o intuito de realizar ações que possam criar fluxos referentes ao acolhimento e à adoção;

- Reuniões com as unidades judiciárias para repassar orientações sobre a periodicidade das reavaliações de acolhimento; das audiências concentradas; do envio dos Planos Individuais de Atendimento (PIA's) à autoridade judiciária, e sobre a inclusão das adoções intuitu personae no SNA, visando atualizar as informações;
- Articulação e realização de cursos abordando a temática da adoção e das funcionalidades do SNA, com enfoque nos novos paradigmas da adoção no Brasil, entrega legal de bebês prevista em lei, e as adoções intuitu personae;
- Elaboração da cartilha Caminhos para Adoção, com objetivo de apresentar os passos legais para adoção legal e as funcionalidades do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento – SNA, para os pretendentes à adoção e os interessados no tema.

## **PROJETOS E CAMPANHAS**

### **Programa de Apadrinhamento**

A implantação do Programa de Apadrinhamento no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão deu-se com o Ato Normativo Conjunto nº 2/2021, objetivando incentivar a participação das comarcas nos projetos de apadrinhamento de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional estabelecida pelas Varas com competência em Infância e Juventude do Estado do Maranhão, observados os requisitos mínimos referentes às modalidades de apadrinhamento; ao perfil de quem pode ser apadrinhado e aos procedimentos necessários para o requerimento e exercício do apadrinhamento.

### **Durante o ano de 2021 a CIJ/TJ-MA, realizou ações para disseminar e fortalecer o programa de apadrinhamento no âmbito do judiciário maranhense:**

- Roda de Conversa no dia 17 de junho de 2021, para apresentar o programa de apadrinhamento de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional e sensibilizar os participantes para a importância da implantação de iniciativas dessa natureza. O encontro teve como convidado o juiz Sérgio Luiz Ribeiro de Souza, titular da 4ª Vara da Infância, da Juventude e do Idoso do Rio de Janeiro, que discorreu sobre a experiência da implantação do Programa de Apadrinhamento desenvolvido pelo Judiciário do RJ. Participaram da conversa os juizes, Delvan Tavares Oliveira, titular da Vara da Infância e Juventude de Imperatriz, Fernando Jorge Pereira, titular da 1ª Vara de Barreirinhas, Isaac Diego Vieira de Sousa e Silva, titular da 2ª Vara de Barra do Corda, Flávia Pereira da Silva Barçante, titular da 3ª Vara da Comarca de Codó, Gustavo Henrique Silva Medeiros, titular da 3ª Vara de Paço do Lumiar, e servidores representando as Comarcas de Açailândia, Balsas, Tutóia e São Luís.

- Elaboração de Cartilha, com o objetivo de prestar orientações à quem deseja apadrinhar, sobre as modalidades de apadrinhamento, requisitos necessários para o requerimento ao apadrinhamento afetivo e prestador de serviços, atribuições dos padrinhos afetivos e das equipes interdisciplinares das entidades de acolhimento e das varas e/ou das equipes executoras dos programas de apadrinhamento, além de normas sobre competências da autoridade judiciária, entre outras.

### **Edição da Campanha Prioridade Absoluta: Nosso Fundamento**

A Campanha Prioridade Absoluta: Nosso Fundamento, iniciada em 2020, oferece um destaque especial e indispensável à Primeira Infância, por ser considerada um período inicial e essencial ao desenvolvimento humano. A prioridade absoluta é muito ampla, mas a peculiar condição de desenvolvimento da criança impõe a necessidade de urgência e garantia plena dos direitos das crianças.

A ação aborda a temática dos direitos da criança e adolescente como absoluta prioridade, conforme estabelece o artigo 227 da Constituição Federal de 1988 e teve por objetivo mobilizar e sensibilizar magistrados(as) e servidores(as) quanto à urgência e importância em dar celeridade aos processos e demais demandas originadas por situações de risco e vulnerabilidade que envolvem a infância, destacando a importância da garantia destes direitos e das experiências vividas ainda na Primeira Infância para o desenvolvimento pleno e saudável ao longo da vida.

O início da campanha aconteceu no dia 12 de outubro, em alusão ao dia das crianças, através da divulgação de cards e conteúdos nos canais oficiais de Comunicação Social do TJMA sobre a temática. Outras postagens foram lançadas nos dias 14, 19, 21, 26 e 28 de outubro de 2021, totalizando seis publicações.

### **Campanha Solidária de Natal - “Economicamente viável; Ambientalmente Correto; Socialmente Justo”**

Criada para proporcionar um Natal mais acolhedor às crianças assistidas por instituições de acolhimento, com vistas a promover ações socialmente justas e inclusivas, a Campanha solidária de Natal – 2021 foi idealizada pela Coordenadoria da Infância e Juventude e o Núcleo de Gestão Socioambiental, com o apoio da Assessoria de Comunicação do TJMA e conta com a participação dos magistrados(as) e servidores(as) do Judiciário para a realização de tal ação solidária através de doações.

A proposta tem como preceito a Resolução nº 400/ 2021 do CNJ, que no Art. 3º inciso I considera ações de sustentabilidade: práticas institucionais que tenham como objetivo a promoção de comportamentos éticos e que contribuam para o desenvolvimento ambiental, social, cultural e econômico, melhorando, simultaneamente, o meio ambiente e a qualidade de vida do quadro de pessoal e auxiliar do Poder Judiciário, da comunidade local e da sociedade como um todo.

No total, serão beneficiados 89 adolescentes e crianças das instituições Abriço Luz e Vida, Lar Calábria e Casa da Criança Menino Jesus (mantida pelo Tribunal de Justiça do Maranhão), que manifestaram um desejo individual através do pedi-

do de um presente.

A campanha está acontecendo no mês em curso, utilizando os pilares para a sustentabilidade através do “Economicamente viável; Ambientalmente Correto; Socialmente Justo” buscando utilizar como meios de sensibilizar Judiciário uma metodologia com menor impacto ambiental, maior inclusão social, a dimensão cultural da sustentabilidade, utilizando as mídias eletrônicas para divulgação.

## **JUSTIÇA RESTAURATIVA**

### **Núcleo de Justiça Restaurativa no TJMA**

O Núcleo de Justiça Restaurativa, vinculado à Coordenadoria da Infância e Juventude deste Tribunal de Justiça, foi criado em observância às Resoluções CNJ nº 225/2016 e 300/2019, com o escopo de planejar a difusão, expansão e implantação da Justiça Restaurativa, por meio de atividades de mapeamento, articulação, aplicação e sistematização de práticas restaurativas.

## **ATIVIDADES REALIZADAS**

### **Pesquisas e Levantamento de dados**

O Núcleo Estadual de Justiça Restaurativa em meio as suas atividades realizou uma pesquisa junto ao Projeto “Restauração” de São José de Ribamar a fim de identificar falhas na articulação da rede e formas de participação do judiciário na potencialização das atividades em Justiça Restaurativa, e pesquisa através da plataforma do Google Forms referente ao Projeto Justiça Restaurativa nas Escolas (Bacabal) para atualização de dados de voluntários ainda interessados na continuidade do projeto.

Ademais, o NEJUR realizou levantamento de dados dos participantes indicados para Curso de Formação em Justiça Restaurativa (ESMAM e CDHEP) junto ao projeto Fazendo Justiça (CNJ), e juizes de Bacabal (Jorge Sales Leite), Timon (Simeão Pereira e Silva), Vitorino Freire (Josane Araújo Farias Braga), São José de Ribamar (Samira Barros Heluy), São Luís (José dos Santos Costa) e Balsas (Douglas Lima da Guia), bem como estabeleceu contato com a comarca de Zé Doca para compreensão dos projetos desenvolvidos por ela e sua relação com as atividades do NEJUR.

### **Articulações**

O Núcleo Estadual de Justiça Restaurativa estabeleceu diversas articulações, a fim de trocar experiências, conhecer os fluxos de atendimentos e sugerir caminhos mais assertivos junto às comarcas interessadas em desenvolver projetos na temática.

As reuniões de articulação ocorreram com o Núcleo de Justiça Restaurativa do Tribunal de Justiça do Ceará, o Centro de Justiça Restaurativa da Defensoria Pública do Ceará, o Programa Amazônia da Paz do Pará e Grupo Gestor de Justiça Restaurativa do Tribunal de Justiça de São Paulo.

## **CURSOS DE CAPACITAÇÃO**

### **Curso de Entrevista Forense Aplicada ao Depoimento Especial**

A Coordenadoria da Infância e Juventude - CIJ, em parceria com a Escola Superior de Magistratura – ESMAM, promoveu no período de 12 de maio a 13 de junho, o Curso de Entrevista Forense Aplicada ao Depoimento Especial, para os servidores do quadro do Poder Judiciário e profissionais da rede de atendimento dos municípios das Comarcas de Açailândia, Cedral, Chapadinha, Codó, Cururupu, Governador Nunes Freire, Guimarães, Humberto de Campos, Maracaçumé, Paço do Lumiar, Raposa, Santa Helena, Santa Luzia do Tide, Santa Quitéria do Maranhão, São Mateus do Maranhão, Timbiras, Tutóia e Vitória do Mearim.

### **Curso de Introdução a Práticas e Conceitos de Justiça Restaurativa**

O curso de Introdução a Práticas e Conceitos da Justiça Restaurativa foi promovido pelo Núcleo Estadual de Justiça Restaurativa – NEJUR, com apoio da Escola Superior da Magistratura – ESMAM e teve por objetivo capacitar magistrados e servidores do Poder Judiciário do Maranhão sobre a temática e contribuir com o avanço da Justiça Restaurativa no Maranhão.

Também participaram da Capacitação, promotores de Justiça, defensores públicos, delegados, servidores e servidoras da Secretária de Administração Penitenciária, da Fundação da Criança e do Adolescente (FUNAC) e de secretarias dos municípios que já desenvolvem ou que estão com previsão para desenvolver ações na área da Justiça Restaurativa.

O Curso aconteceu na modalidade EAD e teve como instituição formadora o Centro de Direitos Humanos e Educação Popular (CDHEP). As aulas ocorreram as terças e quintas, das 15h às 18h30, no período de 04 de maio a 15 de julho de 2021, com carga horária total de 100 horas.

### **O SNA e suas funcionalidades – 02 Turmas**

Os cursos sobre o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento – SNA e suas funcionalidades foram promovidos pela Coordenadoria da Infância e Juventude – CIJ, em parceria com a Escola Superior da Magistratura – ESMAM e teve por objetivo capacitar magistrados e magistradas, servidores e servidoras quanto aos recursos, funcionalidades e correta alimentação do SNA.

**Turma 1** - Aconteceu durante os meses de maio e junho, e ministraram o curso, Isabely Fontana da Mota, pesquisadora do Departamento de Pesquisas Judiciárias e integrante do Comitê Gestor dos Cadastros Nacionais do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a Juíza Katy Braun do Prado, auxiliar da Coordenadoria da Infância e Juventude de Mato Grosso do Sul e titular da Vara da Infância, da Juventude e do Idoso de Campo Grande/MS, que nas 22 horas/aulas de treinamento trabalhou temas como: A adoção no ordenamento jurídico: atualidades; O Sistema de Justiça e as medidas protetivas e A importância do Sistema de Adoção e Acolhimento (SNA) para garantia de direitos e celeridade da resolução dos casos, entre outros.

**Turma 2** - Aconteceu durante o mês de novembro, com carga horária de 16 horas-aula. As aulas nos dias 10 e 17 de novembro foram ministradas pelo Promotor de Justiça André Tuma Delbim Ferreira, titular da Promotoria de Defesa da Educação e de Defesa da Criança e do Adolescente da Comarca de Uberaba (MG), que

abordou temas atuais da adoção, com abordagem na temática da Adoção Intuitu Personae e da Entrega Voluntária de bebês; e nos dias 23 e 30 de novembro, pela servidora do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, Isabelly Fontana da Mota, que apresentou as funcionalidades do sistema.

### **Curso de formação “O Programa de Apadrinhamento como estratégia de efetivação do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em medida protetiva/acolhimento”**

A capacitação foi promovida pela Coordenadoria da Infância e Juventude – CIJ e o Instituto Fazendo História, em parceria com a Escola Superior da Magistratura – ESMAM e teve por objetivo contribuir com o desenvolvimento de habilidades e competências dos servidores do TJMA e demais Técnicos que atuam no Sistema de Garantia de Direitos (SGD) que executam as medidas protetivas em serviços de acolhimento do Estado do Maranhão com relação à temática do apadrinhamento afetivo.

A aula magna da capacitação teve como palestrante Dora Martins, juíza de direito aposentada do TJSP, especialista em Direitos Humanos e Direitos da família.

O curso foi ministrado pelas Psicólogas do Instituto Fazendo História Heloísa de Souza Dantas, Tatiana Barile e Rafael Meo, com carga horária total de 12 horas/aula, os encontros aconteceram de julho a setembro, quinzenalmente, e participaram as Comarcas de Codó, Açailândia, Grajaú, Colinas, Chapadinha, Pinheiro, Barra do Corda, Timon, Imperatriz, Balsas, São Luís e São José de Ribamar.

### **Curso Preparatório Online para Pretendentes à Adoção – Balsas e São José de Ribamar.**

A Coordenadoria de Infância e Juventude (CIJ), em parceria com a Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão (ESMAM) curso preparatório psicossocial e jurídico para postulantes à adoção, que formalizaram junto às Comarcas de Balsas e São José de Ribamar (MA) pedido de habilitação.

A abertura foi feita pelo Desembargador José de Ribamar Castro, Presidente da Coordenadoria de Infância e Juventude, e o Juiz Rafael Felipe de Souza Leite, titular da 3ª Vara de Balsas/MA que apresentou os aspectos legais do processo de habilitação/adoção.

Os encontros, por videoconferência, aconteceram nos dias 17 e 24 de setembro e 01 e 08 de outubro de 2021, com atividades coordenadas pela CIJ e ministrada pelas equipes multiprofissionais das comarcas de Balsas e São José de Ribamar/MA, e teve um total de 26 (vinte e seis) pretendentes à adoção.

### **EVENTOS REALIZADOS**

“O Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes brasileiros: desenvolvendo paradigmas de proteção jurídica e social à luz da Lei nº 13.431/2017”

Em alusão ao Dia 18 de maio, dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, a Coordenadoria da Infância e Juventude – CIJ e o Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF, em parceria com a Escola

Superior de Magistratura – ESMAM, promoveram o Seminário “O enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes brasileiros: desenvolvendo paradigmas de proteção jurídica e social à luz da Lei nº 13.431/2017”.

O seminário aconteceu no dia 20 de maio de 2021, às 15h, pelo canal youtube/tjmaoficial, tendo como palestrante o consultor do Fundo das Nações Unidas para Infância UNICEF-Brasil, Benedito Rodrigues dos Santos, sendo mediado pela juíza Marcela Santana Lobo (3ª Vara Criminal de Caxias) e o juiz Douglas Lima da Guia (4ª Vara de Balsas). Na mesa de abertura do evento estiveram presentes os desembargadores Lourival de Jesus Serejo Sousa (presidente do TJMA), Paulo Sérgio Velten Pereira (corregedor-geral da Justiça), José de Ribamar Castro (presidente da CIJ-TJMA), José Jorge Figueiredo dos Anjos (diretor da Escola Superior da Magistratura) e representante da Unicef no escritório do Maranhão, Angêlo Damas.

Como parte das ações em alusão ao Dia 18 de maio, dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, a CIJ elaborou um Vídeo com informações sobre a data e meios de denúncia, que foi disponibilizado no canal Youtube TJMA.

### **Diálogos sobre adoção: O Instituto da Adoção no Ordenamento Jurídico Brasileiro**

No dia 25 de maio de 2021, dia Nacional da Adoção, a Coordenadoria da Infância e Juventude – CIJ, em parceria com a Escola Superior da Magistratura – ESMAM, promoveu o Webinário Diálogos sobre adoção – O Instituto da Adoção no Ordenamento Jurídico Brasileiro: Atualidades, com objetivo de conscientizar sobre o tema e difundir as atualizações legais do instituto da adoção no ordenamento jurídico brasileiro.

Participou como palestrante a juíza Katy Braun do Prado, auxiliar da Coordenadoria da Infância e Juventude e titular da Vara da Infância, da Juventude e do Idoso de Campo Grande (VIJI), sendo mediada pela juíza Clécia Pereira Monteiro, titular da 2ª Vara da Família da Comarca de Açailândia e o juiz José Américo de Abreu Costa, titular da 1ª Vara da Infância e Juventude da Comarca da Ilha de São Luís. O webinário contou com a participação do Desembargador José de Ribamar Castro, presidente da CIJ, do Desembargador Paulo Sérgio Velten Pereira, Corregedor Geral da Justiça e o Osman Aguiar Bacellar Neto, Secretário Geral da Esmam.

### **II Webinário de Justiça Restaurativa – Boas Práticas**

Foi realizado nos dias 23 e 24 de novembro de 2021 o II Webinário de Justiça Restaurativa – Boas Práticas. O evento, com atividades presenciais e remotas (online) com transmissão pelo canal do Youtube TJMA OFICIAL, contou com o apoio da Escola Superior da Magistratura e expôs experiências em Justiça Restaurativa com resultados exitosos nos mais diversos campos de atuação, além de discutir sobre a Política Nacional que rege as ações nesse campo judicial com a Juíza Josineide Pamplona Gadelha, membro da Coordenadoria Estadual de Justiça Restaurativa e do Comitê Gestor da Justiça Restaurativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Fizeram a abertura do evento o presidente do TJMA, Desembargador Lourival

Serejo; o Diretor das Esmam, Desembargador José Jorge Figueiredo, o juiz José dos Santos Costa, representando o desembargador José de Ribamar Costa, Presidente Coordenadoria da Infância e Juventude/TJMA; o presidente da AMMA, o juiz Hólídice Barros e o Coordenador do Núcleo Estadual de Justiça Restaurativa/TJMA, o juiz Jorge Antonio Leite,

Participaram também como palestrantes a Juíza Laryssa Angélica Copack Muniz (TJPR) - Coordenadora do Cejusc de Ponta Grossa, membro da Comissão Estadual de Justiça Restaurativa; a Juíza Cláudia Catafesta (TJPR) – titular da Vara de Adolescentes em Conflito com a Lei de Londrina e Coordenadora da Célula de Socioeducação da Coordenadoria da Infância e Juventude; o advogado Fernando Gonzaga Jayme –membro do Conselho Estadual de Direitos Humanos de Minas Gerais, Coordenador do Projeto Ciranda de Justiça Restaurativa e Nadine Neves Faria -coordenadora do Núcleo Permanente de Justiça Restaurativa-NUJURES do TJDFT.



# DIRETORIA DE ENGENHARIA

A Diretoria de Engenharia do Tribunal de Justiça em conjunto com seus respectivos setores (coordenadorias e divisões) desenvolvem uma série de atividades no sentido de definir estratégias e solucionar os problemas atrelados às áreas de engenharia, obras e serviços de manutenção predial das unidades jurisdicionais da Justiça em todo o estado do Maranhão, de maneira a possibilitar melhorias nas condições de instalações prediais na Grande Ilha de São Luís e Interior, necessários à prestação dos serviços públicos judiciais.

## **MANUTENÇÕES PREDIAIS:**

Objetivando sistematizar as ações e providências a serem tomadas para o planejamento, a execução, a fiscalização e o controle das manutenções a serem realizadas, a Diretoria de Engenharia Obras e Serviços dividiu o Estado do Maranhão em 6 (seis) regionais e 7 (sete) polos abrangendo Comarcas que possuem características físicas, geográficas e populacionais bem específicas. Os Polos são os seguintes: Polo Regional de São Luís I - Prédio Sede do TJ/MA, Polo Regional de São Luís II - Fórum Desembargador Sarney Costa, Polo Regional de Imperatriz, Polo Regional de Caxias, Polo Regional de Chapadinha, Polo Regional de Pinheiro e Polo Regional de Santa Inês.

Em virtude do período de pandemia que atingiu todo o País, influenciando no desempenho e recebimento de insumos para realização dos trabalhos de manutenção das unidades, ocorreram paralisações e interrupções temporárias nos atendimentos dos serviços de manutenção. No entanto, seguem as unidades que foram contempladas com diversos serviços de manutenção corretiva: São Domingos do Azeitão, São Raimundo das Mangabeiras, Estreito, Caxias, Coroatá, Colinas, Timon, São Domingos do Maranhão, Coelho Neto, Tuntum, Barreirinhas, Icatu, Matinha, Pinheiro, Bom Jardim, Pedreiras, Arame, Buriticupu, Lago da Pedra, Viana, São Mateus do Maranhão, Codó, Santo Antônio dos Lopes, Imperatriz, Loreto, Bacabal, entre outros.

## **SERVIÇOS DE REFORMA**

### **Reforma da Rede Elétrica e de Cabeamento Estruturado do Fórum da Comarca de Imperatriz/Ma.**

O prédio onde funciona o Fórum da Comarca de Imperatriz, possui área construída igual à 1.720,04 m<sup>2</sup>, edificação constituída por 02 (dois) pavimentos (térreo e superior), própria, constituído por 04 (quatro) Varas Cíveis, 03 (três) Varas

da Família, 03 (três) Varas Criminais, 01 (uma) Vara de Execução Penal e 01 (uma) Vara da Fazenda Pública, totalizando 12 (doze) Varas.

Principais características:

- Redimensionamento da distribuição das instalações elétricas do fórum;
- Substituição de toda a estrutura da rede elétrica do fórum;
- Modernização de todos os aparelhos de iluminação com substituição por lâmpadas de LED;
- Substituição de toda a estrutura de rede lógica do fórum, com objetivo de modernizar para uma rede de cabeamento estruturado com capacidade de maior velocidade de transmissão de dados, de maneira a atender os programas específicos do Poder Judiciário;
- Execução de pintura interna do Fórum.

### **Reforma da Unidade Administrativa do TJ/MA - Anexo V – Alemanha.**

Atualmente, o prédio onde funciona a Unidade Administrativa do TJ-MA – Anexo V – Alemanha, possui área construída igual a 3.621,66 m<sup>2</sup>, área total igual a 11.433,88 m<sup>2</sup>, edificação própria, com 3 (três) pavimentos (superior, térreo e subsolo), constituída pelos setores da Coordenadoria de Material e Patrimônio, Coordenadoria de Acervos Históricos, Divisão de Transporte, Depósito de Material Odontológico e Médico, Coordenadoria de Manutenção de Equipamentos de Informática, entre outros.

**Principais características:**

- Recuperação estrutural do muro divisório e instalação de cerca tipo concertina;
- Melhorias na pavimentação externa e estacionamento privativo;
- Revisão de toda cobertura existente;
- Substituição do piso interno;
- Reforma completa dos banheiros, incluindo troca de revestimentos, louças e metais;
- Adequação de layout dos setores administrativos;
- Substituição das instalações elétricas e lógicas;
- Revisão das instalações hidrossanitárias;
- Substituição das esquadrias em madeira por vidro temperado.

## **NOVAS CONSTRUÇÕES**

### **Construção do Fórum da Comarca de Passagem Franca - MA**

Construção do novo Fórum sendo constituído por área construída igual a 784,01m<sup>2</sup> implantado no terreno com 2.500m<sup>2</sup>. O novo fórum será composto por 01 (uma) vara e salão do júri, com capacidade para 42 (quarenta e dois) lugares, situado na Rua A, s/n, bairro Vitória, Passagem Franca/MA.

**Principais características:**

- Adequação nas instalações elétricas e cabeamento de rede lógica;
- Adequação da edificação às normas técnicas de acessibilidade, com instala-

ção de piso tátil, rampas de acesso, balcões de atendimento, banheiros para Pessoas com Deficiência – PCD;

- Instalação de aparelhos de ar condicionado tipo split em todos os ambientes;
- Colocação de grades em todos os vãos com acesso à área externa;
- Reutilização de águas pluviais para limpeza e irrigação do Fórum;
- Implantação do Fraldário;
- Instalação de lâmpadas LED.

### **Construção de Galpão pré-fabricado na Unidade Administrativa do Tribunal de Justiça do TJMA (Anexo V)**

Atualmente, o Anexo Administrativo do TJMA possui 5 galpões, além de um 6º galpão alugado, nas proximidades do anexo V, totalizando 2.223,22m<sup>2</sup>.

A construção do novo galpão tem por objetivo ampliar a capacidade de armazenamento proporcionando mais espaço para guarda de materiais.

#### **Principais características:**

- Construção de galpão para funcionar como depósito;
- Construção de novo espaço atrelado aos galpões existentes, de maneira a permitir a realização de fluxos internos interligados, favorecendo a logística e dinâmica de guarda de material;
- Ampliação da área para guarda e armazenamento de materiais.

### **OBRAS CONCLUÍDAS:**

#### **Construção do Salão do Júri do Fórum da Comarca de Cururupu – MA**

O novo Salão do Júri do Fórum da Comarca de Cururupu – MA foi construído ao lado do atual Fórum e possui área construída igual à 188,33 m<sup>2</sup>. Inaugurado em 21 de outubro de 2021.

#### **Principais características:**

- Execução do hall de entrada;
- Adaptação dos banheiros para Pessoas com Deficiência – PCD;
- Execução de salas para testemunha de acusação e defesa, sala secreta, sala do réu;
- Execução de banheiros privativos e plateia com capacidade para 42 (quarenta e dois) lugares.

#### **Reforma do Fórum da Comarca de Cururupu – MA**

O prédio onde funciona o Fórum da Comarca de Cururupu, possui área construída igual à 356,14 m<sup>2</sup>, edificação térrea, própria, constituído por 01 (uma) vara e recebeu significativa reforma em suas instalações.

#### **Principais características:**

- Troca do piso cerâmico e revestimentos;
- Adaptação dos banheiros para Pessoas com Deficiência – PCD;

- Pintura geral, interna e externa;
- Revisão da cobertura, das instalações elétricas, entre outros;
- Execução de melhorias na acessibilidade, conforme NBR – 9050.

### **Instalação da Vara Criminal e Central de Mandados no Fórum da Comarca de Timon**

A Comarca de Timon foi contemplada com a instalação de mais 01 (uma) Vara criminal, passando a contar com 03 (três) Varas Criminais e uma Central de Mandados.

#### **Principais características**

- Adaptação de espaços para o funcionamento da 3ª Vara Criminal e Central de Mandados;
- Alterações de layout (secretaria, gabinete do juiz, assessoria, sala de audiência e arquivo);
- Realização de serviços de pintura geral;
- Instalações de pontos elétricos, de sistema lógico e de telefonia;
- Execução de troca do piso, troca de luminárias, entre outros.

## **IMPLANTAÇÕES**

### **Implantação do Laboratório de Inovação (Toada-Lab) do Tribunal de Justiça do Maranhão**

O Laboratório de Inovação localizado no 4º Andar, Ala 06 do Fórum Des. Sarney Costa, foi desenvolvido pela equipe de Arquitetura e Engenharia apresenta um novo conceito de espaço aberto, com utilização de cores e materiais aparentes, de maneira a propiciar um local de trabalho diferenciado e inspirador, idealizado para o nascimento de ideias disruptivas, capazes de apresentar excelentes resultados voltados para a inovação no Poder Judiciário.

### **Instalação de Mobiliário do Museu Desembargador Lauro Bêrredo de Martins Localizado no Centro Administrativo no Tribunal De Justiça.**

O Museu Desembargador Lauro Bêrredo de Martins localizado no Centro Administrativo do Tribunal de Justiça foi desenvolvido pela equipe de Arquitetura e Engenharia e apresenta um conceito com espaços voltados para a valorização de peças e acervos patrimoniais, de maneira a propiciar um local de pesquisa e valorização de peças raras pertencentes ao Poder Judiciário.

## **MELHORIAS RELACIONADAS A ACESSIBILIDADE DO FÓRUM DESEMBARGADOR SARNEY COSTA**

### **Aquisição de 01 (um) novo elevador localizado na Ala 01 do Fórum Desembargador Sarney Costa.**

O funcionamento do novo elevador possibilitará o acesso para cadeirantes ao pavimento superior do Forinho, que a cerca de 08 (oito) anos encontra-se parali-

sado. O novo elevador proporcionará a redução de custos com consumo de energia elétrica, melhoria do tráfego de pessoas, melhorias na performance, estética, segurança e confiabilidade do sistema, proporcionando melhores condições na acessibilidade do Fórum.

### **Aquisição de placas de sinalização e comunicação visual modular e acessibilidade no Fórum Desembargador Sarney Costa.**

A aquisição de sinalização visa orientar os usuários da edificação, por meios gráficos e de signos direcionais, quanto à localização dos diversos setores, serviços e/ou equipamentos presentes nas dependências.

Com a aquisição de placas em braile, pisos e mapas táteis, visa-se proporcionar a utilização de maneira autônoma, independente e segura do ambiente e da edificação à maior quantidade possível de pessoas, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção, atendendo assim as normas de acessibilidade estabelecidas pela ABNT NBR 9050:2015 e atualizadas.

### **NOVAS OBRAS PREVISTAS:**

#### **Contratação de empresa de engenharia para a Construção do Salão do Júri do Fórum da Comarca de Santa Luzia do Paruá - MA**

O prédio onde funciona o Fórum da Comarca de Santa Luzia do Paruá possui formato padrão com área construída igual à 452,53 m<sup>2</sup>, edificação térrea, própria, constituído por 01 (uma) Vara, sendo necessário a construção do Salão do Juri para atender as necessidades do jurisdicionado..

#### **Principais características:**

- Execução de espaço adequado para realização de reuniões do Conselho de Sentença, júris, reuniões locais, etc.;
- Execução de espaços para acomodações de diversas pessoas em julgamentos;
- Execução de espaço livre para Pessoas com deficiência -PCD.

#### **Reforma e ampliação do Fórum da Comarca de Zé Doca – MA**

A área construída da edificação a ser reformada é de 256,37 m<sup>2</sup> (prédio principal) e a área a ser ampliada (nova construção) é de 590,85 m<sup>2</sup>, passando a ser constituída por 2 (duas) unidades judiciais, 01 (um) salão do júri com nova estrutura com capacidade para 40 (quarenta) pessoas, depósitos judiciais/arquivos e estacionamento.

#### **Principais características:**

- Modernização de toda a fachada principal;
- Construção de 01 (um) Salão do Júri com capacidade para 40 pessoas;
- Construção de espaços físicos para o funcionamento adequado de 02 (duas) Varas judiciais;
- Melhorias na acessibilidade, conforme NBR 9050 e atualizações.

### **Construção/Ampliação do Fórum da Comarca de Açailândia e Revitalização da Edificação Existente**

O prédio onde funciona o Fórum da Comarca de Açailândia possui área construída igual à 639,94 m<sup>2</sup>, em uma edificação térrea e própria. Inicialmente, o imóvel foi projetado para abrigar 04 (quatro) varas e 01 (um) salão do juri, entretanto, atualmente a Comarca possui 07 (sete) varas judiciais, que funcionam em espaços físicos totalmente reduzidos, inadequados e precários.

O novo projeto do Fórum terá área construída igual à 4.325,62 m<sup>2</sup>. A área construída da edificação a ser reformada/revitalizada possui 535,33 m<sup>2</sup> (prédio principal) e a área a ser ampliada (nova construção) possui 3.782,61 m<sup>2</sup>, passando a ser constituída por 09 (nove) unidades judiciais (pavimento térreo e superior), 01 (um) salão do juri com nova estrutura com capacidade para 89 (oitenta e nove) pessoas, bloco para restaurante e depósitos judiciais/arquivos, guarita e estacionamento, entre outros. O novo projeto segue às recomendações da Resolução 114/2010 do Conselho Nacional de Justiça.

#### **Principais características:**

- Construção de nova edificação onde funcionará o Fórum de Açailândia;
- Substituição da infraestrutura elétrica e de transmissão de dados e voz;
- Instalação de aparelhos de ar condicionado tipo split em todos os ambientes;
- Execução de acessibilidade as Pessoas Com Deficiência – PCD, conforme NBR 9050;
- Modernização da fachada principal.

### **Construção do Fórum da Comarca de Itinga do Maranhão – MA.**

O prédio onde funciona o Fórum da Comarca de Itinga do Maranhão possui área construída igual à 386,72 m<sup>2</sup>, edificação com dois pavimentos (térreo e superior), alugado, constituído por 01 (uma) vara.

O novo projeto do Fórum terá área construída 784,02 m<sup>2</sup>, composto por uma vara e salão do juri, com capacidade para 42 (quarenta e dois) lugares, situado na Rua Ipê Roxo, s/n, Bairro Planalto, Itinga do Maranhão/MA.

#### **Principais características:**

- Adequação nas instalações elétricas e cabeamento de rede lógica;
- Adequação da edificação às normas técnicas de acessibilidade, com instalação de piso tátil, rampas de acesso, balcões de atendimento, banheiros para Pessoas com Deficiência – PCD;
- Instalação de aparelhos de ar condicionado tipo split em todos os ambientes;
- Colocação grades em todos os vãos com acesso à área externa;
- Reutilização de águas pluviais para limpeza e irrigação do Fórum;
- Implantação do Fraldário;
- Instalação de lâmpadas LED.

# DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

## **PROGRAMAS E PROJETOS**

### **PROGRAMA DE EQUALIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO E DINAMISMO DA PRODUTIVIDADE**

#### **RECRUTAMENTO E SELEÇÃO**

##### **Concurso de Ingresso**

O Concurso Público para Ingresso no âmbito do Poder Judiciário do Maranhão foi regulamentado pelo edital EDT-GP-32019, publicado na Edição nº 140/2019 do Diário da Justiça Eletrônico de 02/08/2019, que dispõe sobre a Abertura de Inscrições no concurso público para provimento de cargos vagos e à formação de cadastro de reserva do quadro de pessoal efetivo do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

O concurso, que foi realizado pela Fundação Carlos Chagas, recebeu o total de 65.221 inscrições, das quais 812 foram de candidatos com deficiência e 13.560 de candidatos negros.

As vagas no mencionado concurso público foram distribuídas para os cargos de Analista Judiciário – Analista de Sistemas – Desenvolvimento; Analista Judiciário – Analista de Sistemas – Suporte e Rede; Analista Judiciário – Engenheiro Mecânico; Analista Judiciário – Direito; Analista Judiciário – Assistente Social; Analista Judiciário – Psicólogo; Analista Judiciário – Psiquiatra; Oficial de Justiça; Técnico Judiciário – Apoio Técnico Administrativo; Técnico Judiciário – Técnico em Contabilidade; Técnico Judiciário – Técnico em Edificações; Técnico Judiciário – Técnico em Informática – Hardware; Técnico Judiciário – Técnico em Informática – Software.

Foram convocados no Concurso Público de Ingresso de Servidores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, regido pelo EDT-GP-32019, no período de janeiro a novembro de 2021, o total de 93 (noventa e três) candidatos, a saber:

- 27 (vinte e sete) para o cargo de Analista Judiciário – Direito;
- 01 (um) para o cargo de Analista Judiciário – Assistente Social;
- 02 (dois) para o cargo de Analista Judiciário – Analista de Sistemas – Desenvolvimento;
- 24 (vinte e quatro) para Oficial de Justiça;
- 34 (trinta e quatro) para Técnico Judiciário – Apoio Técnico Administrativo;
- 02 (dois) para Técnico Judiciário – Técnico em Contabilidade;

02 (dois) para Técnico Judiciário – Técnico em Edificações

01 (um) para Técnico Judiciário – Técnico em Informática – Software.

STATUS: O concurso foi homologado e as nomeações encontram-se em andamento.

### **Projeto Ambientação dos Novos Servidores**

Tem por propósito proporcionar aos recém-nomeados uma visão sistêmica da Instituição, bem como, prepará-los eficazmente para exercer o serviço público nas unidades de trabalho, com a finalidade da contínua melhoria da prestação jurisdicional.

No período de janeiro a novembro de 2021, foram ambientados 75 (setenta e cinco) novos servidores.

STATUS: Em andamento.

### **Concurso de Remoção de Servidores Efetivos**

O Concurso de Remoção tem por propósito a equalização da força de trabalho com foco nas unidades prioritárias, em atenção a Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, instituída pela Resolução do Conselho Nacional de Justiça – CNJ n.º 194, de 26 de maio de 2014, considerando os requisitos de distribuição de casos novos e da taxa de congestionamento, definidos pela Resolução n.º 219, de 26 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

Encontram-se em andamento os XV, XVI e XVII Concursos de Remoção de Servidores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, publicados por meio dos seguintes editais: EDT-GP-192021, o qual ofertou 109 (cento e nove) vagas para diversos cargos; EDT-GP-272021, o qual ofertou 33 (trinta e três) vagas para diversos cargos; e EDT-GP-372021, o qual ofertou 38 vagas para diversos cargos.

STATUS: Os três concursos encontram-se em andamento.

### **Programa de Estágio**

O Programa de Estágio tem por objetivo oferecer aos estudantes regularmente matriculados em instituições públicas ou privadas conveniadas ao Tribunal de Justiça do Maranhão a oportunidade de complementarem sua formação escolar por meio de experiências profissionais e ações de desenvolvimento de futuros profissionais.

Divide-se em duas modalidades: estágio obrigatório (curricular e não remunerado) e estágio não obrigatório (extracurricular e remunerado).

### **Estágio de Nível Médio**

Atualmente, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) conta com 04 (quatro) estagiários de Nível Médio remunerados, lotados em unidades funcionais da Comarca da Ilha de São Luís.

### **Estágio de Nível Superior**

Apesar dos efeitos negativos advindos da pandemia de Covid-19, foram en-

caminhados 138 (cento e trinta e oito) estagiários para cumprimento de estágio obrigatório curricular nos órgãos e unidades do Poder Judiciário Maranhense, no período de janeiro a novembro de 2021.

Por outro lado, encontra-se em andamento processo seletivo que ofertou 187 (cento e oitenta e sete) vagas de estágio remunerado para Nível Superior nas áreas de Psicologia, Serviço Social, Direito, Administração, Ciências Contábeis, Pedagogia, Ciências da Computação, Arquitetura, Engenharia Civil, Engenharia ou Gestão Ambiental, Biblioteconomia, Comunicação Social e História.

Foram contempladas com os estagiários recrutados as unidades jurisdicionais que apresentam alta distribuição de casos novos ou elevada taxa de congestionamento e que estejam no raio de até 100 km das instituições de ensino, bem como as unidades administrativas que solicitaram estagiários em resposta à consulta feita pela DRH.

STATUS: O processo encontra-se em andamento.

### **Estágio de Nível Pós-Graduação – Projeto Residência em Prática Jurídica**

Instituição do Programa de Estágio para Alunos de Pós-Graduação em Direito, com previsão de 47 (quarenta e sete) vagas a serem ofertadas por meio de processo seletivo.

Esse projeto favorece a liberação de servidores para assumir cargo de liderança ou assessoramento sem prejuízo para unidade. Dessa forma, os servidores em destaque poderão ter ascensão na carreira e melhor desempenho de suas habilidades e de seus talentos.

Unidades contempladas: unidades jurisdicionais em que haja Analista Judiciário – Direito exercendo cargo comissionado ou função gratificada e unidades com alta taxa de congestionamento.

STATUS: O processo encontra-se em andamento.

### **Programa Voluntários da Justiça**

Instituído o Programa Voluntários da Justiça, por meio da RESOL-GP-412020, para a prestação de serviços voluntários no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, a serem realizados em atividades e tarefas vinculadas às áreas de interesse deste Tribunal e compatíveis com o conhecimento e experiências profissionais.

Considera-se serviço voluntário a atividade não remunerada, prestada espontaneamente ao Poder Judiciário, sem vínculo empregatício, funcional ou qualquer obrigação de natureza trabalhista, previdenciária, tributária ou afim, por pessoa física.

Apesar dos efeitos negativos advindos pela pandemia de Covid-19, foram encaminhados 101 (cento e um) voluntários para as Unidades do Poder Judiciário do Maranhão, no período de janeiro a novembro de 2021.

**Principal Vantagem Estratégica:** promover a melhoria do clima organizacional, desenvolver e acentuar a noção de trabalho em equipe e gera maior comprometimento e aumento de produtividade.

## **PROGRAMA DE GESTÃO DOS BENEFÍCIOS, INCENTIVOS E VALORIZAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL**

### **PROGRAMA DE DESCONTOS E VANTAGENS**

Através desse programa, o Tribunal de Justiça do Maranhão, visa oferecer a magistrados, servidores, e dependentes, descontos e vantagens em estabelecimentos comerciais credenciados de variados setores.

Em 2021 foram firmadas parcerias com a Urge – Clínica Médico-Odontológico, Colégio Adventista de Imperatriz, Centro Educacional Educare, Selfit Academias, Clínica Otomed, Ipog, Immuno Group Vacinas, Idea, Clínica DiAx, Self English, Unopar, Lugano, Letur Locação e Turismo Ltda, Le Romantique Studio e Colégio Batista Maranhense.

Atualmente, são 184 empresas parceiras.

A relação com todas as empresas e os descontos e vantagens oferecidos pode ser encontrada no portal do RH, dentro do site do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

### **AUXÍLIO BOLSA**

Instituído por meio da RESOL-GP-12017, publicada na Edição nº 8/2017 do Diário da Justiça Eletrônico de 19/01/2017, o Auxílio-bolsa de Estudos consiste na concessão de auxílio financeiro aos servidores para cursos de graduação e de pós-graduação no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão. O Auxílio é concedido, de acordo com o art. 67 do Estatuto dos Servidores Públicos do Estado do Maranhão, aos servidores efetivos do Poder Judiciário que estiverem regularmente matriculados em cursos devidamente reconhecidos pelo Ministério da Educação - MEC, em níveis de graduação e pós-graduação, lato e stricto sensu, que se desenvolvam regularmente sob a forma de metodologia presencial, semipresencial ou a distância, no âmbito do território do Estado do Maranhão ou em cidade pertencente a outra Unidade da Federação, desde que comprovada a possibilidade de realização dos estudos sem prejuízo das atividades desenvolvidas pelo servidor. (Redação alterada pelo art. 1º da RESOL-GP-182021).

O Auxílio-bolsa de Estudos dá-se mediante Processo Seletivo aos servidores interessados em receber da Administração do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, por meio de reembolso mensal e parcial, o valor de mensalidade e taxa de matrícula, referentes a cursos de graduação e de pós-graduação, na forma do disposto na RESOL-GP-182021. A concessão do Auxílio-bolsa é destinada aos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, que tenham sido regularmente aprovados no estágio probatório e que se encontrarem em pleno exercício de suas atividades.

Em 16/03/2021, na Edição nº 46/2021 do Diário de Justiça Eletrônico, foi publicada a RESOL-GP-182021, que dispõe sobre a concessão de Auxílio-bolsa de Estudos aos servidores para cursos de graduação e de pós-graduação no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão. Trata-se, pois, da nova resolução sobre

esse benefício, ficando revogada, conseqüentemente, a RESOL-GP-12017. O novo regramento decorreu da necessidade de serem feitos ajustes pontuais na concessão do benefício aos servidores, considerando, dentre outros aspectos, a extensão da abrangência a todas as modalidades de ensino, o contexto da pandemia do Covid-19 e a análise de aspectos que reiteradamente careciam de mudanças burocráticas.

Em 2021, foi realizado o 4º Processo Seletivo para Concessão de novos Auxílios-Bolsa de Estudos, regido pelo EDT-GDG-12021, publicado na Edição nº 107/2021 do Diário da Justiça Eletrônico de 18/06/2021, foi realizado o 4º Processo Seletivo para a concessão de Auxílio-bolsa de Estudos. No certame, foram ofertadas as seguintes bolsas e modalidades de estudo:

<b>MODALIDADE</b>	<b>TETO DO BENEFÍCIO</b>	<b>VAGAS</b>
Graduação	R\$ 700,00	23 + CR
Especialização	R\$ 800,00	14 + CR
Mestrado	R\$ 1.000,00	13 + CR
Doutorado	R\$ 1.500,00	05 + CR

Até a data deste relatório, foram contemplados pelo Auxílio-bolsa 184 (cento e oitenta e quatro) servidores, distribuídos nas quatro modalidades da seguinte forma:

- a) nível de graduação: 109
- b) nível de pós-graduação / modalidade Especialização: 38
- c) nível de pós-graduação / modalidade Mestrado: 28
- d) nível de pós-graduação / modalidade Doutorado: 09

### **CARTILHA DO SERVIDOR**

A Cartilha do Servidor é uma publicação que visa disponibilizar, de maneira clara e objetiva, aos servidores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, informações acerca das legislações que tratam sobre sua carreira funcional, direitos, deveres, benefícios e proibições. É possível, ainda, ter acesso a fluxos de tramitação de diversos assuntos. A Cartilha está na sua 2ª edição, que foi publicada em 2018.

Contudo, para oferecer sempre um conteúdo sempre atualizado, a Diretoria de Recursos Humanos, na atual gestão, vem trabalhando na elaboração da 3ª edição. Para tanto, já revisou e atualizou alguns temas. Diligenciou também outros setores para revisarem assuntos de sua competência. Estas unidades já responderam e as atualizações realizadas. Os fluxos também já foram revistos.

Atualmente, a Cartilha está na fase final de normalização. Após, irá para a diagramação. Em breve, a 3ª edição estará disponível para consulta.

### **PROGRAMA DE GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS**

#### **GESTÃO POR COMPETÊNCIAS**

O Programa de Gestão por Competências (Programa GPC), no âmbito do Tribu-

nal de Justiça do Estado do Maranhão – TJMA, foi instituído pela Resolução RESOL-GP – 642018, publicada na Edição nº 226/2018, do Diário da Justiça Eletrônico de 14/12/2018. Trata-se de um programa sistematizado que envolve atividades de planejamento, acompanhamento e diagnóstico, desenvolvido no sentido de definir e adequar perfis profissionais que proporcionem mais produtividade e mais satisfação, de modo a identificar os pontos de excelência e os de carência, suprir lacunas e agregar conhecimentos e experiências, tendo por base critérios objetivamente mensuráveis.

**O Programa GPC do Judiciário Maranhense tem por base as seguintes finalidades gerais:**

I - aferir o desempenho dos servidores e gestores, identificando potencialidades ou deficiências;

II - instrumentalizar o gestor na gestão de desempenho dos seus servidores, visando ao desenvolvimento profissional e ao aperfeiçoamento da equipe de trabalho;

III - possibilitar aos servidores e gestores posicionamento crítico sobre o próprio desempenho e a qualidade de seus resultados para facilitar ações necessárias ao seu autodesenvolvimento;

IV - subsidiar ações de gestão de pessoas, atendendo às necessidades da Administração e a bem do serviço público;

V - prover as áreas de gestão de pessoas e de formação continuada e/ou de ações de treinamento com informações sobre as lacunas de competências por meio de trilhas de aprendizagem, visando ao desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes dos servidores e gestores do Judiciário.

**3.1 Evolução do Programa GPC**

**Atividades Finalizadas:**

a) Mapeamento das Unidades Judiciárias e Administrativas da Justiça do 1º Grau;

b) Realização do Diagnóstico e Autodiagnóstico das Unidades do 1º Grau;

c) Mapeamento das Unidades da Diretoria de Informática;

d) Mapeamento das Unidades da Corregedoria Geral da Justiça;

e) Mapeamento das Unidades da Diretoria Judiciária;

f) Mapeamento das Unidades da Coordenadoria de Direito e Deveres;

g) Mapeamento das Unidades da Coordenadoria de Acompanhamento e Desenvolvimento na Carreira;

h) Mapeamento das Unidades da Diretoria de Recursos Humanos;

i) Mapeamento das Unidades da Diretoria Administrativa;

j) Mapeamento da Biblioteca Central;

l) Mapeamento das Unidades do FERJ;

m) Mapeamento das Unidades da Diretoria de Auditoria Interna;

n) Mapeamento das Unidades da Assessoria de Gestão Estratégia e Modernização;

- o) Mapeamento das Unidades da Coordenadoria da Folha de Pagamento;
- p) Mapeamento das Unidades da Diretoria Financeira;
- q) Mapeamento das Unidades da Coordenadoria de Material e Patrimônio;

### **Atividades planejadas para o Programa GPC para 2022**

- a) Mapeamento das Unidades da Diretoria de Engenharia, Obras e Serviços;
- b) Mapeamento das Unidades da Diretoria de Segurança Institucional;
- c) Mapeamento das Unidades da ESMAM.
- d) Mapeamento das Unidades Judiciais do 2º Grau (área fim);
- e) Mapeamento do Juizado Especial da Fazenda Pública do Termo Judiciário de São Luís;
- f) Mapeamento da Secretaria Judicial Única Digital das Varas Cíveis (SEJUD Cível) do Termo Judiciário de São Luís;
- g) Mapeamento da Secretaria Judicial Única das Varas da Fazenda Pública (SEJUD Fazenda) do Termo Judiciário de São Luís;

### **3.2 GESTÃO DO DESEMPENHO**

#### **3.2.1 - PROPOSTA DO NOVO MODELO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO**

Foi proposto novo modelo de avaliação de desempenho, estruturado a todos os servidores que exercem atividade no TJMA, objetivando instrumentalizar o gestor na gestão de desempenho dos seus servidores, estimulando práticas gerenciais baseadas no diálogo, identificando potencialidades ou défices e alinhando as informações para subsidiar as ações de desenvolvimento.

STATUS: Em andamento – elaboração da minuta da resolução e desenvolvimento do sistema informatizado a ser implantado sob a responsabilidade da empresa PDCase.

### **PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO MODELO DE FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO**

Decorrente da necessidade de revisão do instrumento de mensuração do desempenho atualmente adotado, a Divisão de Avaliação de Desempenho elaborou novo Formulário de Avaliação de Desempenho com o objetivo de minimizar a subjetividade empregada nos processos de avaliação, evitando distorções e adequando-o ao novo formato de realização das atividades pelos servidores – o teletrabalho –, adotado pelo Judiciário Maranhense a partir do contexto da pandemia.

STATUS: Formulário implantados por meio do Ato da Presidência nº 11/2021.

### **PROGRAMA MERITUS**

Instituído pela RESOL-GP-572018, alterada pela RESOL-GP-662019, o Programa de Valorização dos Servidores – MERITUS – consiste em um “sistema de incentivos e de recompensas”, cujo objetivo é reconhecer o mérito de determinadas ações desempenhadas no ambiente organizacional, gerando o acúmulo dos créditos meritórios para posterior utilização dos benefícios institucionais elencados, a depender da pontuação obtida pelo servidor participante.

STATUS: Apuração da 3ª edição do Programa.

## **PROGRAMA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DE PESSOAS**

### **PROJETO “FALE COM O RH”**

O Projeto Fale com o RH foi planejado para ser apresentado mensalmente por meio de lives, transmitidas pelas plataformas virtuais utilizadas pelo Tribunal de Justiça do Maranhão – Youtube e Instagram -, com temas específicos de interesse dos servidores do Judiciário Maranhense.

#### **Até o momento, foram realizadas as seguintes edições:**

**“Desafios e Produtividade em tempos de Pandemia”** – live transmitida em 07/04/2021, com a psicóloga Ingrid Fernandes (CRP 23/00135) e Talga Rylla Araújo, Secretária Judicial, com o propósito de discutir o conteúdo temático e apresentar soluções às novas formas de atividades que estão sendo implementadas por meio do trabalho remoto.

**“Bate-papo sobre Merecimento Feminino”** – live transmitida em 09/03/2021, como parte da programação alusiva ao Dia Internacional da Mulher. Teve como palestrante Danielle Mesquita Melo e mediadora Renata Desterro. Após a transmissão da live, foi realizado sorteio no qual foram contempladas 30 (trinta) mulheres, dentre servidoras e magistradas. A relação completa das sorteadas foi divulgada no dia 11/03/21, no Portal do Judiciário Maranhense.

**“O atendimento às Mulheres em Situação de Violência”** -live promovida pela Diretoria de Recursos Humanos e Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEMULHER/TJMA). Foi transmitida em 11/03/2021, como parte da programação alusiva ao Dia Internacional da Mulher. Contou com a palestrante Maria José Sousa Alves, Assistente Social da 2ª Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Termo Judiciário de São Luís e foi mediada pela psicóloga da equipe multidisciplinar da CEMULHER, Edla Ferreira.

### **CIRCUITO SEXTA CULTURAL**

Projeto criado com o objetivo de desenvolver ações para a promoção da qualidade de vida dos servidores e magistrados por meio de atrações artístico-culturais, como forma de atenuar os impactos sociais e emocionais gerados pelo contexto da pandemia de Covid-19 na rotina de trabalho, proporcionando o lazer e o bem-estar.

STATUS: Projeto lançado e com agenda a partir de dezembro/2021.

## **SEMANA DO SERVIDOR PÚBLICO DO JUDICIÁRIO MARANHENSE – EDIÇÃO 2021**

No período de 25 a 28 de outubro, a DRH e a CAEDNC promoveram em São Luís e outras Comarcas programações em homenagem ao dia do servidor:

COMARCA	DIA	PROGRAMAÇÃO	PALESTRANTE
Bacabal	26/10/21	Palestra “O Poder da Ação”	João Paulo Cordeiro – Servidor CGJ
Imperatriz	25/10/21	Palestra Febracis “ Gestão das Emoções” entre outras	Lia Silva –Diretora Febracis São Luis
Itapecuru - Mirim	26/10/21	Palestra “Saúde mental –O trabalho adocece ?”	Ingrid Rodrigues -Psicóloga TJMA -DRH
Santa Inês	26/10/21	Palestra “O Poder da Ação”	Jocelmo Costa -Servidor Santa Luzia Paruá
Timon	26/10/21	Palestra Febracis “ Perfil Comportamental” entre outras	Fábio Pinheiro –Diretora Febracis São Luis
São Luís	27/10/21	Almoço com atração musical e sorteio de prêmios	Fala do Presidente Des. Lourival Serejo, anunciando aumento dos auxílio saúde e alimentação e o reajuste da tabela salarial
Balsas	28/10/21	Roda de Conversa “ Valorização do servidor no Poder Judiciário e Gestão de Pessoas no TJMA” entre outras	Diana Teles – Servidora CAEDNC - DRH

## PROJETO RODA DE CONVERSA

Iniciado em 2018, o Projeto Roda de Conversa integra o Programa Gestão por Resultados no TJMA, envolvendo servidores e magistrados na discussão de temas de interesse comum em suas rotinas de trabalho, visando desenvolver as competências necessárias das equipes de trabalhos e alinhar esforços para o alcance dos objetivos organizacionais. Trata-se de um projeto que consiste na troca de experiências entre unidades de trabalho de funcionamento e/ou de atribuições correlatas visando aprimorar e/ou uniformizar práticas positivas nas rotinas de trabalho. A partir dessas trocas, espera-se que os servidores possam otimizar os procedimentos e os resultados em suas unidades funcionais.

### Encontros realizados:

“Trocando Experiências com Secretários Judiciais” – Encontro realizado no dia 23/03/2021, por meio de videoconferência, na plataforma Zoom. Participaram do evento 33 secretários judiciais das diversas unidades funcionais da Justiça de 1º Grau da capital e do interior do estado. O encontro contou, também, com a participação da diretora de RH, Danielle Mesquita, da coordenadora de acompanhamento e desenvolvimento na carreira, Rita Nóvoa. Essa edição da Roda de Conversa virtual foi mediada pela psicóloga Ingrid Fernandes, analista judiciária lotada na Divisão Médica do TJMA, que já vem desenvolvendo esse projeto desde 2018.

**“Produtividade no Judiciário Maranhense por meio do Teletrabalho”** – Encontro realizado no dia 20/04/2021, por meio de videoconferência, na plataforma Zoom. Participaram do evento 21 secretários judiciais das diversas unidades funcionais da Justiça de 1º Grau da capital e do interior do estado. O encontro contou, também, com a participação da diretora de RH, Danielle Mesquita, da coordenadora de acompanhamento e desenvolvimento na carreira, Rita Nóvoa e com a presença do presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo. A edição da Roda de Conversa virtual foi mediada pela psicóloga Ingrid Fernandes, analista judiciária lotada na Divisão Médica do TJMA, que já vem desenvolvendo esse projeto desde 2018.

### **PROJETO “FALE COM PSI”**

Projeto que consiste em realizar encontros virtuais com magistrados, magistradas, servidores e servidoras que necessitam de apoio psicológico. Conforme o plano de ações, os encontros serão realizados quinzenalmente, às quintas-feiras, de 10h30 às 12h, pela plataforma Zoom. A mediação dos encontros será realizada pela psicóloga Ingrid Fernandes (CRP 23/00135), analista judiciária lotada na Divisão Médica do TJMA.

A ideia de concretização desse projeto surgiu em virtude da crescente demanda de atendimentos de servidores/servidoras e magistrados/magistradas observados pela Divisão Médica e pela Coordenadoria de Acompanhamento e Desenvolvimento na Carreira deste Tribunal.

### **Encontros realizados:**

**“A Importância do Atendimento Psicológico no Judiciário”** - A edição inaugural do projeto, realizada em 14/04/2021, abordou a importância do atendimento e acompanhamento psicológico para a qualidade de vida de magistrados e servidores do Poder Judiciário do Maranhão. A psicóloga Ingrid Fernandes aproveitou a oportunidade do lançamento do projeto para compartilhar algumas práticas exitosas no atendimento psicológico pela Divisão Médica do TJMA.

**“Bate-papo sobre Merecimento Feminino”** – live transmitida em 09/03/2021, como parte da programação alusiva ao Dia Internacional da Mulher. Teve como palestrante Danielle Mesquita Melo e mediadora Renata Desterro. Após a transmissão da live, foi realizado sorteio no qual foram contempladas 30 (trinta) mulheres, dentre servidoras e magistradas. A relação completa das sorteadas foi divulgada no dia 11/03/21, no Portal do Judiciário Maranhense.

### **AÇÕES DE TREINAMENTO**

No período de janeiro a novembro de 2021, a CAEDNC, em parceria com a Diretoria de RH, a ESMAM e outros órgãos e/ou instituições, promoveu as ações de treinamento constantes do quadro demonstrativo a seguir:

<b>AÇÃO DE TREINAMENTO</b>	<b>PERÍODO</b>	<b>MODALIDADE</b>	<b>PÚBLICO-ALVO</b>	<b>C.H.</b>	<b>VAGAS</b>
RH Business Partner	24 a 26/05/2021	EaD Síncrono	Servidores da DRH	12h	30
Coaching para Metas	23/06/2021	EaD Síncrono	Servidores TJMA	8h	200
O Poder da Ação	14/07/2021	EaD Síncrono	Servidores TJMA	8h	200
Gestão de Indicadores Estratégicos – Turma 1	09 e 10/08/2021	EaD Síncrono	Servidores TJMA	8h	50
Gestão de Indicadores Estratégicos – Turma 2	13 e 14/09/2021	EaD Síncrono	Servidores TJMA	8h	50
Perfil Comportamental	21/09/2021	EaD Síncrono e Presencial	Servidores TJMA	6h	50
Poder e Alta Performance na Prática	28 e 29/09/2021	EaD Síncrono	Servidores TJMA	16h	200
Foco na Prática	16 e 17/11/2021	EaD Síncrono e Presencial	Servidores TJMA	16h	200

## **PROGRAMA DE QUALIDADE DE VIDA E BEM ESTAR NO JUDICIÁRIO**

### **ATIVIDADES PSICOSSOCIAIS**

Realizamos a Campanha Janeiro Branco que promoveu a discussão da relevância da saúde mental, ofertando uma “live” no Instagram oficial @tjma com tema “Janeiro Branco: Saúde Mental, Criatividade e Sentido da Vida”, que teve a participação da médica psiquiatra Sâmia Jamile Damous Dualibe e a moderação da psicóloga Tatiana Oliveira de Carvalho, lotada nesta divisão.

Em continuidade à nossa programação, disponibilizamos na mídia da instituição um e-book sobre saúde mental contendo informações básicas sobre a temática e a respeito da disponibilização dos nossos serviços.

Disponibilização de melhorias no sistema Salus para atender as demandas da Divisão Psicossocial.

Com a suspensão das atividades pela Portaria nº 195/2021, Portaria 223/2021 e Portaria nº 281/2021, os atendimentos continuaram sendo prestados por videoconferência para melhor atender os servidores, dependentes e magistrados.

Publicamos texto da psicóloga Tatiana Oliveira de Carvalho intitulado “Saúde Mental, Criatividade e Sentido da Vida”, no intuito de despertar reflexão dos servidores dos desafios enfrentados no contexto da pandemia.

Entre os contatos com a rede de parcerias, destacamos intervenções junto ao HEMOMAR – Hemocentro do Maranhão, ações do nosso projeto “Doe Sangue”, que busca desenvolver atitudes solidárias e de altruísmo dentro da instituição e atuações junto a representantes da Defensoria Pública sobre programa de saúde institucional.

Iniciamos atendimentos por telefone e videoconferência para os servidores que foram acometidos por COVID e/ou que perderam familiares.

Participamos de reuniões com os Comitês da Diversidade, Núcleo Socioambiental e o Bate Papo “on line”, com a Comissão e Núcleo Permanentes de ACESSI-

bilidade e Inclusão de Pessoa com Deficiência e com a Empresa Falconni que está prestando consultoria em planejamento estratégico para a instituição.

Encaminhamos algumas demandas para a Roda de Conversa realizada pela Coordenadoria de Acompanhamento e Desenvolvimento na Carreira.

Realizamos a Campanha de Setembro Amarelo com a publicação do “e-book” no site do Tribunal de Justiça MA e visita em todas as salas do Tribunal de Justiça prédio sede, administrativo e na Corregedoria, deixando um item amarelo em cada setor visitado, como forma de lembrar a campanha “Dizer sim à vida”, visando a prevenção ao suicídio.

No que se refere a Campanha “Doar é vida”, publicamos um agradecimento aos servidores que participaram da campanha e sensibilizamos para a importância da doação de sangue.

No que se refere a Campanha “Doar é vida”, foi publicada, em parceria com a Comunicação institucional, matéria com agradecimento aos servidores que participaram da campanha e de sensibilização para a importância da doação de sangue.

Atualmente, está em trâmite o convênio da Universidade Federal do Maranhão com o TJMA, relativo a sustentabilidade e qualidade de Vida no Trabalho – Eixo Saúde.

Atualmente, está em trâmite, na fase de anexo de documentos da conveniente, o processo entre a Universidade Federal do Maranhão e o TJMA, relativo a sustentabilidade e qualidade de Vida no Trabalho – Eixo Saúde.

No período compreendido entre 07 de janeiro a 30 de novembro registramos 957 agendamentos de atendimentos psicológicos, sendo que 561 atendimentos foram realizados, 177 não efetivados devido não comparecimento do usuário do serviço, 28 cancelados pelos servidores, 191 remarcados pelos servidores.

### **ATIVIDADE ODONTOLÓGICA**

Durante a pandemia a Divisão Odontológica do TJMA encontrou muitas dificuldades para o retorno de suas atividades, onde os atendimentos odontológicos estão no grupo de risco da transmissão do vírus COVID-19. Abaixo mencionamos algumas atividades nesse período:

Geração de conteúdo informativo e publicação de artigos na intranet, com foco em medidas de prevenção e controle da saúde bucal e temas diversos em Odontologia.

Atendimento remoto aos servidores por meio do whatsapp institucional, fornecendo orientações nos casos de urgência, realizando anamnese pré-clínica e procedendo os agendamentos;

Análise dos pedidos de licença saúde por causa odontológicas e encaminhamento dos processos;

Atendimento odontológico, preventivos, curativos e de urgência.

### **PRODUTIVIDADE DA DIVISÃO**

A produtividade de atendimento é controlada através de boletim de produtividade, no SALUS, a mesma é calculada pelo sistema a cada mês, individualmente

para cada odontólogo. Constando abaixo nas seguintes tabelas o somatório dos dentistas em atividade:

<b>BOLETIM DE PRODUTIVIDADE - JAN a DEZ. 2021</b>			
N.º	PROCEDIMENTO REALIZADO		
1	AJUSTE OCLUSAL	A. O.	82
2	APLICAÇÃO TÓPICA DE FLÚOR	A.T.F	215
3	ATENDIMENTO DE URGENCIA	URG	354
4	CAPEAMENTO DIRETO	C.D	06
5	CAPEAMENTO INDIRETO	C.I	24
6	CIMENTAÇÃO DE PROVISÓRIO	C.P	00
7	ENCAMINHAMENTO PARA ESPECIALISTA	ENC	22
8	EXAME CLÍNICO	E.C	119
9	EXODONTIA PERMANENTE	EXO.P	05
10	GENGIVECTOMIA	GECT	00
11	ORIENTAÇÃO DE HIGIENE BUCAL	O.H.B	204
12	PERÍCIA ODONTOLÓGICA	PER	00
13	POLIMENTO DE RESTAURAÇÃO	POL. RA	402
14	PRESCRIÇÃO MEDICAMENTOSA	P.M.	20
15	PROFILAXIA ORAL	P.O	216
16	PULPOTOMIA DE DECÍDUO	PULPO	00
17	RADIOGRAFIA PERIAPICAL	RX	63
18	RASPAGEM FECHADA	R. F	794
19	REPARO EM RESINA	RER	109
20	RESTAURAÇÃO DE AMÁLGAMA	R. AM	73
21	RESTAURAÇÃO DE IONÔMERO	R. I	73
22	RESTAURAÇÃO DE RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL	R.R.F	602
23	RESTAURAÇÃO PROVISÓRIA	R.P.	63
24	SELANTE	SE	10
*	TOTAL DE PROCEDIMENTOS	T.P	3.705
*	TOTAL DE PACIENTES ATENDIDOS	T.P.A	648

Durante o período de Janeiro a Dezembro de 2021 como demonstra o quadro de produtividade foram realizados um total de 3.705 procedimentos, em 648 pacientes atendidos, correspondendo a 100% dos pacientes agendados.

## **ATIVIDADES MÉDICAS**

### **Consultas médicas:**

Realização de atendimento médico nas modalidades: presencial, serviço de teleorientação e serviço de consultas por webconferência.

Total: 963 atendimentos realizados

**Relatório de acompanhamento de processos no setor:**

Total: 7394 movimentações de processos

**Participação em eventos promovidos pelo TJMA**

**Disponibilização de equipe médica para participar de:**

Evento do dia do servidor no Hotel Blue Three

ENCOGE – Encontro de Nacional do Colégio de Corregedores-Gerais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal no Hotel Blue Three

**Atividades para promoção da saúde**

**Vídeos do Saúde no Judiciário:**

Disponibilização de vídeos nas plataformas do TJMA com o objetivo de combater o adoecimento por doenças preveníveis de servidores e magistrados e colaborar para a gestão do absenteísmo em relação à saúde mental;

**Títulos:**

Obesidade Infantil

Hipertensão Arterial Sistêmica

Diabetes

Mudança de hábitos na prevenção: práticas de atividade física e alimentação saudável

Psicóloga aborda ressignificação da relação com o trabalho em vídeo

Campanha do TJ em Setembro Amarelo aborda suicídio

Psicóloga aborda trabalho remoto como fator de prevenção ao suicídio

Campanha trata da conscientização de prevenção ao câncer de mama

Vídeo reforça a importância dos exames anuais de saúde.

Agilidade emocional é o tema do vídeo desta semana de campanha do TJMA

Como transformar o trabalho em algo mais envolvente e satisfatório?

Efeitos do estresse na saúde bucal

Campanha aconselha equilíbrio na relação com o estresse no trabalho

Autoeficácia é o tema da semana em vídeo com a psicóloga Ingrid Rodrigues.

Aprenda a avaliar a satisfação com o trabalho e é possível ressignificar o trabalho

Qual foi a última vez que você refletiu sobre o seu trabalho? Ressignificar a relação com o trabalho

A importância para a saúde de não ficar aquém nem além dos limites. Conhecer nossos extremos faz com que a gente entenda quando precisa economizar energia e quando esta atitude é prejudicial

A importância de uma atitude diferente e fazer algo novo diariamente

Campanha ensina a criar estratégia para gerenciar o estresse

A importância de estabelecer metas próprias

Questiona o que aprendemos em um ano e meio de pandemia

Aborda a falta de perspectiva para o fim da pandemia  
Higiene do sono (Parte 2)  
Higiene do sono (Parte 1)  
A importância do sono e a insônia  
Sugere a importância da positividade no retorno ao trabalho  
Como lidar com a ansiedade durante a pandemia  
Como se preparar para as constantes transições no trabalho remoto para o presencial ou de revezamento  
Importância dos filtros mentais durante a pandemia  
O processo de luto enfrentado pra quem perdeu a dor da perda  
Formas de lidarmos com a tristeza, desesperança e as oscilações de humor  
Instruções sobre o atendimento do setor, durante o período de teletrabalho na Justiça  
Ressignificar: reaprender, dar outro significado para um momento ou situação da sua vida  
Em tempos de novos picos de COVID-19, é importante organizar o funcionamento mental  
Campanha de saúde reforça medidas contra a COVID-19

### **Acesso ao Portal da Saúde**

Disponibilização do canal e informações dos serviços de saúde para servidores e magistrados, combatendo as principais doenças preveníveis encontradas nas licenças médicas e exames periódicos;

### **Palestras**

Retomada na realização de ciclo de palestras presenciais no auditório do Centro Administrativo da Rua do Egito, com arrecadação de produtos de higiene pessoal, doados à casa de apoio do Hospital Aldenora Belo.

Alusão ao outubro rosa

Alusão ao novembro azul

### **Realização de testes para detecção de Covid-19;**

Disponibilização de testagem para Covid-19, através de RT-PCR e teste rápido com pesquisa de antígenos e anticorpos

### **Campanha através de e-mail institucional**

Envio regular de email-s informativos e lembretes com objetivo de estimular os magistrados e servidores a realizarem sua avaliação médica periódica.

Envio de textos e cartilhas sobre as principais alterações de saúde detectadas nas licenças médicas e/ou nas Avaliações Anuais de Saúde: rinite alérgica, diabetes, obesidade infantil, colesterol

### **Campanha de vacinação**

Realização de campanha de vacinação contra H1N1 – 284 doses aplicadas



# DIRETORIA DE INFORMÁTICA

## PROJETOS E AÇÕES REALIZADOS

### **Tribunal passa a utilizar o Diário da Justiça Eletrônico Nacional – DJEN, para publicação de documentos de processos judiciais.**

O Diário de Justiça Eletrônico Nacional – DJEN, foi implantado nos sistemas do Judiciário maranhense em janeiro de 2021. O Judiciário maranhense passou a adotar o Diário de Justiça Eletrônico Nacional como instrumento de comunicação oficial, publicação e divulgação dos atos judiciais produzidos nos sistemas processuais do TJMA, nos termos da Resolução CNJ nº 234, em substituição ao Diário de Justiça Eletrônico (DJe).

### **Turmas Recursais e Juizados com competência criminal passam a utilizar o PJe Criminal.**

O protocolo, o registro, a distribuição, a autuação, a tramitação e as comunicações nos processos judiciais da competência criminal, bem como a prática dos atos processuais e respectiva representação por meio eletrônico, serão feitos exclusivamente pelo Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe) em todas as turmas recursais e nos juizados com competência criminal.

### **Tribunal inicia a operação do sistema Acessus para controle de visitantes.**

O Tribunal lançou em janeiro de 2021 o sistema Acessus. O novo software permite o registro de visitantes que acessam as dependências das unidades do Judiciário. O Acessus, desenvolvido a pedido da Diretoria de Segurança, armazena dados básicos, registros de visitas e fotos dos visitantes, permitindo o seu controle e acompanhamento.

### **Tribunal instala novos servidores de arquivos nas áreas administrativa e judicial.**

O Tribunal instalou novos servidores para o armazenamento de arquivos na Sede do TJMA, Corregedoria e Centro Administrativo. Os novos equipamentos, responsáveis por conter as pastas de rede de todas as unidades, utilizam tecnologia de software livre, não gerando gastos adicionais com licenciamento.

### **Central de Custódia de São Luís inicia operação de sala de audiência de custódia por videoconferência.**

A Central de Custódia de São Luís começou a operar uma sala de videoconferência montada especialmente para audiências de custódia. As audiências de custódia por videoconferência foram disciplinadas pelo Conselho Nacional de Justiça, através da Resolução nº 357.

### **Comarcas de entrância intermediária passam a utilizar o Módulo Criminal do sistema PJe.**

O protocolo, o registro, a distribuição, a autuação, a tramitação e as comunicações nos processos judiciais da competência criminal, bem como a prática dos atos processuais e respectiva representação por meio eletrônico, serão feitos exclusivamente pelo Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe) em diversas comarcas de entrância intermediária.

### **Tribunal implanta novo módulo do sistema de material e patrimônio.**

O Tribunal implantou em fevereiro o módulo de controle de suprimentos do sistema Materiales. O novo módulo permite o controle de estoques de materiais e suprimentos e a requisição, pelas unidades, de novos suprimentos para seu uso.

### **Tribunal amplia sua capacidade de backup de dados e arquivos.**

O Tribunal ampliou em fevereiro sua capacidade de backup de dados e arquivos. Com a aquisição de um novo robô para gravação de backup em fita, o TJMA ampliou em mais de 50% sua capacidade de armazenamento de cópias de segurança dos dados de seus sistemas.

### **Unidades judiciais de 1º e 2º Graus já estão atendendo através da plataforma do Balcão Virtual.**

Por meio da plataforma de videoconferência “Balcão Virtual”, as unidades de 1º e 2º Graus prestam atendimento ao público, durante o horário de expediente forense. O atendimento eletrônico se dá em tempo real e sem solicitação prévia, aos advogados, às advogadas, partes e interessados, com procedimento similar ao do balcão de atendimento comum.

### **Tribunal implanta plataforma Zoom para sessões por videoconferência.**

O Tribunal implantou a plataforma Zoom Meetings, para as sessões por videoconferência, em substituição ao software Lifesize. A plataforma Zoom, uma das soluções mais utilizadas no mundo, vai permitir o uso de salas virtuais para os órgãos julgadores do TJMA.

### **Tribunal finaliza projeto de modernização da rede lógica do Fórum de São Luís.**

O Tribunal concluiu em março o projeto de modernização da rede lógica e do CPD do Fórum de São Luís. Durante a execução do projeto, cuja primeira fase iniciou ainda em 2019, foram substituídos equipamentos de conexão, instalados novos servidores, novos equipamentos de armazenamento de dados, organizados

racks, bem como implantados novos links de fibra ótica.

### **Tribunal implanta robôs de Inteligência Artificial e Automação para agilização de tramitação processual.**

O Tribunal finalizou em abril a etapa de implantação de módulos de IA que atuam em conjunto com o PJe. As soluções utilizam abordagens de Inteligência Artificial e de Automação para agilizar a tramitação processual.

### **Tribunal lança App para abertura e acompanhamento de chamados de suporte a TI.**

O Tribunal lançou um App para solicitação de suporte de TI, o SDesk. A proposta é substituir as ligações telefônicas e e-mails, por cadastramento direto de solicitações no App, usando o celular. O SDesk permite anexar fotos, vídeos, voz e arquivos de texto ao chamado, abrir e acompanhar o atendimento, usando apenas o celular.

### **Tribunal conclui projeto de modernização do Datacenter do Fórum de São Luís.**

O Tribunal concluiu em abril o projeto de modernização do Datacenter do Fórum de São Luís. Durante a execução do projeto foram instalados novos servidores, novos equipamentos de armazenamento de dados, organizados racks, bem como implantadas novas ligações de fibras óticas.

### **Tribunal lança novos Hotsites de Programas e Ações.**

O Tribunal lançou em maio os novos hotsites para os Programas e Ações do Judiciário. A proposta é substituir os sites usados por setores, programas e ações, por apresentações mais modernas e aderentes ao formato do novo portal. Os novos hotsites podem ser acessados a partir do Portal do Judiciário ([www.tjma.jus.br](http://www.tjma.jus.br)), através do menu “PROGRAMAS E AÇÕES”.

### **Tribunal amplia serviço de suporte remoto aos usuários de TI.**

O Tribunal ampliou em maio o seu serviço de atendimento ao usuário de TI, com a ampliação do atendimento remoto para todas as comarcas. A partir de agora os atendimentos de TI serão realizados prioritariamente de forma remota, acessando à distância os equipamentos dos usuários.

### **Sistemas são adequados à Resolução nº 270 do CNJ, que trata do uso do nome social.**

O Tribunal está realizando a adequação dos seus sistemas de informação, para dar cumprimento à Resolução nº 270 do CNJ, que estabelece o uso do nome social. A Resolução assegura a possibilidade de uso do nome social às pessoas trans, travestis e transexuais usuárias dos serviços judiciários, aos magistrados, aos estagiários, aos servidores e aos trabalhadores terceirizados do Poder Judiciário, em seus registros funcionais, sistemas e documentos.

### **Tribunal instala novo scanner para digitalização do acervo histórico.**

O Tribunal instalou em maio um novo equipamento de digitalização (scanner) na Coordenadoria de Arquivo e Gestão Documental. O novo equipamento possui características especiais para a digitalização de documentos históricos, permitindo a realização do serviço, sem causar dano ao documento.

### **Tribunal amplia capacidade de processamento do Datacenter.**

O Tribunal ampliou em maio a capacidade de processamento do Datacenter, com a instalação de novos servidores da marca Lenovo. A medida está em alinhamento com a Meta 8 da Administração, que visa implementar ferramentas tecnológicas para a excelência do parque de TI do Tribunal.

### **Tribunal implanta nova versão do PJe, com integração com o SISBAJUD.**

O Tribunal implantou no mês de julho a versão 2.1.5 do sistema PJe. A versão traz novas funcionalidades e diversas correções. Uma das novidades da nova versão do PJe é a integração com o sistema SISBAJUD, permitindo a automação do envio das ordens judiciais e análise das respostas encaminhadas pelas instituições financeiras.

### **Lançada a primeira versão do sistema Magistratus.**

O Tribunal lançou a primeira versão do sistema Magistratus, desenvolvido por solicitação da CGJ, e que tem como objetivo distribuir os magistrados auxiliares, nos afastamentos dos magistrados titulares de entrância final, de forma igualitária, transparente e democrática.

### **Tribunal lança módulo de casamento comunitário no Regesta.**

O Tribunal desenvolveu um novo módulo para o sistema Regesta, o “Casamento Comunitário”. O novo módulo atende à necessidade de otimização das inscrições, agendamentos e registros das informações referentes ao Projeto Casamentos Comunitários.

### **Tribunal reforça suas defesas cibernéticas com novos Firewalls.**

O Tribunal adquiriu e instalou dois novos equipamentos do tipo Firewall, para proteção do ambiente computacional do Judiciário contra invasões. Um firewall é um equipamento de segurança que monitora a rede de dados e permite bloquear tráfegos suspeitos, protegendo contra acessos indevidos. Em inglês, o termo “firewall” é o nome das portas antichamas usadas nas passagens para as escadarias dos prédios.

### **Tribunal lança nova versão do sistema para as Contadorias Judiciais.**

O CONJUD é um sistema de informação que permite o controle dos trabalhos das contadorias judiciais, gerenciando as entradas e saídas dos processos e os responsáveis pelos cálculos aplicados. O CONJUD trabalha de forma integrada aos sistemas Themis e PJe, capturando informações dos processos desses siste-

mas, permitindo que os servidores das contadorias, registrem suas atividades em perfeita sincronia com os dados das unidades judiciais.

### **Tribunal atualiza datacenter para aumentar a capacidade de processamento e memória.**

Em consonância com seu projeto de modernização de TI, o Tribunal instalou novos equipamentos servidores no datacenter, com a finalidade de ampliar a capacidade de processamento e a memória. Os novos equipamentos, da marca Lenovo, permitirão aumentar a velocidade de execução dos sistemas e serviços, pois possuem maior quantidade de processadores e mais memória.

### **Tribunal elabora seu Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC.**

Com o objetivo de prover soluções tecnológicas céleres, modernas e transparentes, o Tribunal aprovou o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC, que orientará os projetos e ações de TI no âmbito do Judiciário estadual até o ano de 2023, conforme Portaria nº 647/2021.

### **Tribunal instala novos servidores de rede em Caxias e Timon.**

Com o objetivo de prover soluções tecnológicas céleres, modernas e transparentes, o Tribunal aprovou o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC, que orientará os projetos e ações de TI no âmbito do Judiciário estadual até o ano de 2023, conforme Portaria nº 647/2021.

### **Tribunal instala novas salas de videoconferência nas comarcas de entrância inicial.**

Em consonância com seu projeto de modernização de TI, e atendendo aos critérios da Resolução CNJ nº 354, o Tribunal instalou novos equipamentos de videoconferência, em comarcas de entrância inicial. O serviço de videoconferência é utilizado para a realização de audiências, reuniões administrativas, eventos e para o cumprimento de diversos atos processuais, conectando as unidades do Judiciário, evitando deslocamentos e agilizando a comunicação de magistrados e servidores.

### **Tribunal inicia a implantação do sistema PJe Mídias.**

Após a conclusão, pela Corregedoria Geral de Justiça, da etapa de homologação da ferramenta do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para armazenamento dos arquivos de áudio e vídeo dos processos do PJe, o Tribunal iniciou a implantação da solução nas unidades de 1º Grau. A ferramenta padronizada pelo CNJ permite armazenar os arquivos de mídia e compartilhá-los com advogados, Ministério Público, Defensoria Pública, dentre outros interessados.

### **Tribunal lança novo sistema de comunicação do Telejudiciário com o público.**

O Tribunal lançou um novo sistema de comunicação do Telejudiciário com a população, por meio de uma plataforma de comunicação em nuvem que otimiza a

operação de atendimento multicanal, de forma simultânea, por chat, e-mail e Telegram, que se somam ao serviço de voz, já oferecido por ligação telefônica.

### **Tribunal instala rede WIFI e novo servidor de rede no fórum de Imperatriz.**

Em consonância com seu projeto de modernização de TI, e atendendo aos critérios da Resolução CNJ nº 370, o Tribunal instalou em outubro a rede sem fio (WIFI) e o novo servidor de rede do Fórum de Imperatriz. I EM NÚMEROS

Os gráficos a seguir representam a produtividade dos diversos setores da Diretoria de Informática, possibilitando avaliar a demanda de trabalho em cada coordenadoria e a efetividade no atendimento das solicitações de magistrados e servidores.

### **Manutenção de Equipamentos**

	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	total
Entrada	613	407	259	377	524	657	613	1485	847	1228	874		7.884
Saída	592	419	249	408	519	617	613	1458	865	1169	877		7.786

### **Atendimentos ao Usuário**

	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	total
aberto	6414	5740	5729	5783	6658	5424	6936	6743	4920	4691	5260		64.298
fechado	6102	5532	5564	5494	6546	5349	6963	6618	5001	4656	5092		62.917

### **Infraestrutura de Redes, Datacenter e Telefonia**

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Aberto	201	251	383	364	449	313	367	344	316	319	268		3.575
Fechado	185	255	364	310	502	298	349	369	300	335	267		3.534

### **Sistemas de Informação e Banco de Dados**

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
ABERTO	953	952	998	976	1047	921	1126	1270	1031	1072	1006		11.352
FECHADO	735	1013	954	936	994	879	1062	1259	976	858	1141		10.807

# COMITÊ DE DIVERSIDADE

O Comitê de Diversidade foi instituído pela Res. GP 47/2020, como um órgão auxiliar permanente de promoção de políticas institucionais antidiscriminatórias e de direitos humanos, com a atribuição de propor objetivos estratégicos, ações, metas e indicadores de melhoria e igualdade voltadas para o público interno e externo deste Tribunal, estabelecendo um diálogo permanente com organizações da sociedade civil e órgãos estatais com objetivos similares.

A instituição do Comitê está alinhada às metas de gestão do biênio 2020/2022 da Mesa Diretora do TJMA, e visa materializar especificamente a meta 22 que preconiza “assegurar o respeito aos direitos fundamentais aos diversos grupos da sociedade, assegurando-lhes o acesso à justiça contra qualquer tipo de preconceito e violência”. O Comitê de Diversidade tem como objetivo orientar a criação e consolidação de políticas públicas judiciais que contribuam para a erradicação do racismo, violência de gênero, lgbtfobia, capacitismo, etarismo, gordofobia e demais formas de discriminação, estabelecendo um diálogo permanente com organizações da sociedade civil e órgãos estatais com objetivos similares.

A abordagem de temáticas antidiscriminatórias encontra-se em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), obedecendo ao compromisso do Poder Judiciário Brasileiro celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e ONU em 2019.

As ações realizadas pelo Comitê de Diversidade são uma forma de mobilizar e sensibilizar servidores(as) e magistrados (as) para a importância do respeito às diferenças.

<b>AÇÕES E EVENTOS REALIZADOS</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>AGENDA 2030 / ODS</b>
1. I Seminário Estadual de Diversidade e Antidiscriminação: 06 a 08 de agosto/2021, contemplando os eixos de atuação do Comitê (racismo, Lgbtfobia, etarismo, capacitismo, sexismo e gordofobia).	Evento realizado em parceria com a ESMAM, que teve como temática a democratização do acesso à justiça na perspectiva antidiscriminatória e reunindo especialistas que são referência na defesa dos direitos humanos, identificação e combate à discriminação, preconceito e outras expressões de desigualdade.	4- Educação de qualidade; 5- Igualdade de gênero; 10- Redução das desigualdades; 16- Paz, justiça e instituições eficazes.

<b>AÇÕES E EVENTOS REALIZADOS</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>AGENDA 2030 / ODS</b>
2. Lançamento do Prêmio Luiz Alves Ferreira, Luizão, de promoção à diversidade e combate à discriminação. Eixo contemplado: racismo	Prêmio instituído pelo TJMA que objetiva valorizar práticas institucionais que promovam a diversidade e estimulem atitudes antidiscriminatórias no âmbito do Poder Judiciário.	4- Educação de qualidade; 5- Igualdade de gênero; 10- Redução das desigualdades; 16- Paz, justiça e instituições eficazes; 17- Parcerias e meios de implementação.
3. Chamada de artigos para publicação de E-book sobre Diversidade e Antidiscriminação, contemplando todos os eixos de atuação do Comitê. Eixos contemplados: racismo, LGBTfobia, sexismo, etarismo, gordofobia e capacitismo.	Seleção de estudos teóricos, relatos de experiências, ensaios e resultados de pesquisas. Os artigos submetidos à publicação deverão estar de acordo com um dos eixos temáticos do livro: racismo, sexismo, lgbtfobia, etarismo, capacitismo e gordofobia.	4- Educação de qualidade; 5- Igualdade de gênero; 10- Redução das desigualdades; 16- Paz, justiça e instituições eficazes; 17- Parcerias e meios de implementação.
4. Dia internacional da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha e Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra. Eixos contemplados: racismo, sexismo;	Roda de conversa “Mulher negra, espaço de poder, vivências e conquistas” em alusão ao Dia Internacional da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha e ao Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra.	4- Educação de qualidade; 5- Igualdade de gênero; 10- Redução das desigualdades; 16- Paz, justiça e instituições eficazes;
5. Curso de Formação “Gordofobia, gênero e raça”. Eixos contemplados: racismo, LGBTfobia, sexismo, etarismo, gordofobia).	Capacitação destinada aos servidores e servidoras do Judiciário por meio da plataforma EAD-ESMAM, de <b>27 de agosto a 4 de setembro</b> , síncronas e assíncronas, sob a tutoria da professora Karina Vanessa Muniz. Conteúdos abordados: conceitos de <b>raça e racismo</b> , debatendo sobre as questões de <b>gênero e sexualidade</b> no âmbito do Judiciário, interrelacionadas com a <b>gordofobia</b> .	3- Saúde e bem-estar; 4- Educação de qualidade; 10- Redução das desigualdades; 16- Paz, justiça e instituições eficazes; 17- Parcerias e meios de implementação.
6. Curso de Formação “Conflitos agrários e comunidades tradicionais”.	Capacitação sugerida pelo Comitê e destinada aos servidores e servidoras do Judiciário por meio da plataforma EAD-ESMAM, sob a tutoria de Vanessa Cristina Ramos Fonsêca da Silva.	03- Saúde e bem-estar; 4- Educação de qualidade; 5- Igualdade de gênero; 8- Trabalho decente e crescimento econômico; 10- Redução das desigualdades; 16- Paz, justiça e instituições eficazes; 17- Parcerias e meios de implementação.

<b>AÇÕES E EVENTOS REALIZADOS</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>AGENDA 2030 / ODS</b>
7. Apresentação das ações do Comitê de Diversidade a policiais militares que atuam nos prédios do Poder Judiciário na Comarca da Ilha de São Luís e no TJMA. Eixo contemplado:	Atendendo a solicitação da Diretoria de Segurança Institucional (DSI) que teve como objetivo contribuir para o aperfeiçoamento do atendimento e da abordagem policial, nas dependências do Judiciário, considerando a diversidade e o pluralismo dos públicos interno e externo.	3- Saúde e bem-estar; 5- Igualdade de gênero;  10- Redução das desigualdades; 16- Paz, justiça e instituições eficazes; 17- Parcerias e meios de implementação.
8. Lançamento da “Campanha Sou solidário, Sou sustentável”; Eixo contemplado: etarismo	Ação com o objetivo de sensibilizar servidores, servidoras, magistrados, magistradas, jurisdicionados e jurisdicionadas para a necessidade de combate à violência e à discriminação contra idosos e idosas, por meio da doação de alimentos e materiais de limpeza e higiene pessoal, dentre eles fraldas geriátricas, como forma de melhorar a qualidade de vida das pessoas que vivem em instituições de acolhimento. Em troca das doações foram entregues Kits de Ecopads (discos de crochê utilizados na limpeza facial).	3- Saúde e bem-estar; 8- Trabalho decente e crescimento econômico; 10- Redução das desigualdades; 12- Consumo e produção responsáveis; 16- Paz, justiça e instituições eficazes; 17- Parcerias e meios de implementação.
9. Lançamento da “Campanha de Combate à Violência Menstrual” em parceria com a UMF (Unidade de Monitoramento Carcerário). Eixo contemplado: racismo.	Evento realizado com a participação de várias instituições teve como objetivo arrecadar absorventes descartáveis para serem entregues a meninas dos Bairros do Coroadinho e Liberdade e mulheres em situação de cárcere.	3- Saúde e bem-estar; 4- Educação de qualidade; 5- Igualdade de gênero; 10- Redução das desigualdades; 16- Paz, justiça e instituições eficazes; 17- Parcerias e meios de implementação.
10. Celebração de parceria com o SENAC para oferta de cursos para a comunidade LGBTQIA+, visando inserção no mercado de trabalho. Eixo contemplado: LGBTfobia	Apresentação de sugestões de cursos enviados por representantes da população LGBTQIA+ após pesquisa realizada em 20 municípios pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP) e abrangem as áreas de beleza, informática e área administrativa. A previsão é de que os cursos aconteçam a partir de janeiro de 2022.	4- Educação de qualidade; 5- Igualdade de gênero; 8- Trabalho decente e crescimento econômico; 10- Redução das desigualdades; 16- Paz, justiça e instituições eficazes; 17- Parcerias e meios de implementação.

<b>AÇÕES E EVENTOS REALIZADOS</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>AGENDA 2030 / ODS</b>
11. Entrega das doações arrecadadas na Campanha Sou Solidário - Sou Sustentável, beneficiando 22 idosos(as) do Asilo de Mendicidade. Eixo contemplado: Etarismo	A ação foi a culminância da “Campanha Sou solidário, Sou sustentável”, iniciativa do Comitê de Diversidade do TJMA e da Vara Especial do Idoso. O evento ofereceu um café da manhã aos idosos e apresentação musical na Sede do Asilo.	3-Saúde e bem-estar; 10-Redução das desigualdades; 12-Consumo e produção responsáveis; 16-Paz, justiça e instituições eficazes; 17-Parcerias e meios de implementação.
12. Apresentação das ações do Comitê de Diversidade para estudantes e professores em São Luís e São José de Ribamar. Eixos contemplados: racismo, sexismo, gordofobia, lgbtobia, etarismo e capacitismo.	A convite da Secretaria Municipal de Educação de São José de Ribamar, o Comitê apresentou seu trabalho e ações como parte da programação pedagógica do município alusiva ao Dia da Consciência Negra, comemorado dia 20 de novembro. Na oportunidade foi concedida uma entrevista para o Programa Ligados que é coordenado pela SEMED.	3-Saúde e bem-estar; 4-Educação de qualidade; 5-Igualdade de gênero; 8-Trabalho decente e crescimento econômico; 10-Redução das desigualdades; 12-Consumo e produção responsáveis; 16-Paz, justiça e instituições eficazes; 17-Parcerias e meios de implementação.
13. Semana da Consciência Negra: Para além do dia 20 de novembro: Diga não ao racismo! Eixo contemplado: racismo	Realizado no Fórum Des. Sarney Costa, em alusão ao Dia da Consciência Negra, o evento contou com uma vasta programação cultural incluindo a participação da cordelista Raimunda Frazão, caracterização de estudantes de João do Vale e Maria Firmina, personagens da cultura negra do Maranhão, exposição do Projeto “Black Lives Matter – Vidas negras importam” desenvolvido por estudantes da Escola Pública Estadual C.E. Lúcia Chaves, apresentação da cartilha “Agó Yagó Oluko: educação afro-brasileira para além do 20 de novembro”, por meio da professora Nila Michele e da aluna Thamires Mikaela da Silva (IFMA de Pedreiras), palestra “Saúde mental da população negra” e apresentação do Grupo Akomabu, do Centro de Cultura Negra do Maranhão (CNN).	3-Saúde e bem-estar; 4-Educação de qualidade; 5-Igualdade de gênero; 8-Trabalho decente e crescimento econômico; 10-Redução das desigualdades; 12-Consumo e produção responsáveis; 16-Paz, justiça e instituições eficazes; 17-Parcerias e meios de implementação.

<b>AÇÕES E EVENTOS REALIZADOS</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>AGENDA 2030 / ODS</b>
14. Lançamento de Dicionário Antirracista elaborado por estudantes da Escola Estadual C.E Lúcia Chaves. Eixo contemplado: racismo	Produzido pelos estudantes da Escola Pública Estadual C.E. Lúcia Chaves sob a orientação da professora de inglês Marcélia Leal, o dicionário pode ser apresentado e distribuído ao público participante.	3- Saúde e bem-estar; 4- Educação de qualidade; 5- Igualdade de gênero; 8- Trabalho decente e crescimento econômico; 10- Redução das desigualdades; 12- Consumo e produção responsáveis; 16- Paz, justiça e instituições eficazes; 17- Parcerias e meios de implementação.
15. Lançamento da Cartilha “Agó Yagó Oluko: educação afro-brasileira”, Eixo contemplado: racismo	Apresentação da cartilha “Agó Yagó Oluko: educação afro-brasileira para além do 20 de novembro”, elaborada pela professora Nila Michellle e aluna Thamires Mikaela ( IFMA – Pedreiras), que objetiva ampliar o ensino de História africana e afro-brasileira nas escolas.	3- Saúde e bem-estar; 4- Educação de qualidade; 5- Igualdade de gênero; 8- Trabalho decente e crescimento econômico; 10- Redução das desigualdades; 12- Consumo e produção responsáveis; 16- Paz, justiça e instituições eficazes; 17- Parcerias e meios de implementação.
16. Visita dos estudantes da Escola Estadual C. E. Lúcia Chaves : -Tribunal de Justiça do MA; -Museu “Desembargador Lauro de Berrêdo Martins”; -Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís; -Vara 9ª Vara da Fazenda Pública de São Luís; -Juizado Especial Cível. Eixo contemplado:	Como parte da programação alusiva ao Dia da Consciência Negra - “Para além do dia 20 de novembro”, estudantes, professores e professoras do Centro de Ensino Lúcia Chaves, escola pública localizada no bairro Vila Esperança realizaram uma visita ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Lourival Serejo, puderam conhecer o Museu do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão “Desembargador Lauro de Berrêdo Martins” e, em seguida, se dirigiram até o Fórum Des. Sarney Costa.	4- Educação de qualidade; 5- Igualdade de gênero; 8- Trabalho decente e crescimento econômico; 10- Redução das desigualdades; 12- Consumo e produção responsáveis; 16- Paz, justiça e instituições eficazes; 17- Parcerias e meios de implementação.
17. Evento de Premiação do Prêmio Luiz Alves Ferreira, Luizão, de promoção à diversidade de combate à discriminação. Eixo contemplado: Eixos contemplados: racismo, LGBTfobia, sexismo, etarismo, gordofobia e capacitismo.	Cerimônia de entrega ao vencedor na categoria “Público Interno” e das menções honrosas às personalidades indicadas e de anúncio do vencedor da categoria “Público Externo”.	4- Educação de qualidade; 5- Igualdade de gênero; 8- Trabalho decente e crescimento econômico; 10- Redução das desigualdades; 16- Paz, justiça e instituições eficazes; 17- Parcerias e meios de implementação.

WEBINÁRIOS/LIVES PROMOVIDAS	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
1. Dia Nacional da Visibilidade Trans;	Evento realizado em alusão ao <b>Dia Nacional da Visibilidade Trans</b> , com o objetivo de promover a conscientização da população e debater a respeito da visibilidade trans e do combate à violência contra esse segmento social, que carrega estigmas e preconceitos, sofrendo violência e discriminação;	<a href="https://www.tjma.jus.br/midia/tj/noticia/502010">https://www.tjma.jus.br/midia/tj/noticia/502010</a> – transmissão no instagram do TJMA), com repercussão no site do CNJ; <a href="https://www.cnj.jus.br/poder-judiciario-se-engaja-para-promover-a-visibilidade-trans/">https://www.cnj.jus.br/poder-judiciario-se-engaja-para-promover-a-visibilidade-trans/</a> -link da arte no instagram: <a href="https://www.instagram.com/p/CKgxbSmp7qq/">https://www.instagram.com/p/CKgxbSmp7qq/</a>
2. Dia Mundial das Doenças Raras;	Em parceria com o Núcleo Permanente de Acessibilidade e Inclusão da Pessoa com Deficiência, o evento teve como objetivo conscientizar a população sobre a importância da temática e os inúmeros desafios enfrentados pelas pessoas que sofrem com doenças raras, contribuindo para a inclusão, igualdade e erradicação de qualquer tipo de preconceito;	<a href="https://www.tjma.jus.br/midia/tj/">https://www.tjma.jus.br/midia/tj/</a>
3. “Dia da Mulher Maranhense: Live dando destaque à trajetória da professora e escritora Maria Firmina dos Reis”;	O evento integrou a programação alusiva ao “ <b>Dia da Mulher Maranhense</b> ”, promovida pelo <b>Comitê de Diversidade do Tribunal de Justiça do Maranhão e Escola Superior da Magistratura (ESMAM)</b> ;	<a href="https://www.tjma.jus.br/midia/esmam/noticia/502361">https://www.tjma.jus.br/midia/esmam/noticia/502361</a> – transmissão no instagram da ESMAM <a href="https://www.instagram.com/tv/CMTA9QWpQKX/">https://www.instagram.com/tv/CMTA9QWpQKX/</a> )
4. “Dia Internacional em Memória das Vítimas da Escravidão e do Tráfico Transatlântico de Escravos”;	Live realizada para marcar o “ <b>Dia Internacional em Memória das Vítimas da Escravidão e do Tráfico Transatlântico de Escravos, 25 de março</b> ”, em parceria com a Escola Superior da Magistratura (ESMAM);	<a href="https://www.tjma.jus.br/midia/esmam/noticia/502463">https://www.tjma.jus.br/midia/esmam/noticia/502463</a> , <a href="https://www.instagram.com/p/CMhbUcBJTml/">https://www.instagram.com/p/CMhbUcBJTml/</a> – transmissão no instagram da ESMAM: <a href="https://www.instagram.com/tv/CM3HL_LpzoF/">https://www.instagram.com/tv/CM3HL_LpzoF/</a> )
5. Live “Mulheres Indígenas e o Sistema de Justiça”;	Live realizada com a proposta de promover reflexão sobre a preservação da cultura, língua e costumes indígenas;	<a href="https://www.tjma.jus.br/midia/tj/noticia/502858">https://www.tjma.jus.br/midia/tj/noticia/502858</a> – transmissão no Youtube do TJMA <a href="https://www.youtube.com/watch?v=g0_rfGSUe3g">https://www.youtube.com/watch?v=g0_rfGSUe3g</a> ) Público: 156 visualizações.

<b>WEBINÁRIOS/LIVES PROMOVIDAS</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>REFERÊNCIA</b>
6. “70 anos da Lei Afonso Arinos: A primeira norma contra o racismo no Brasil”;	Live realizada em alusão às lutas e conquistas históricas da população negra para implementação de leis com eficácia no combate à discriminação e garantia de direitos individuais e coletivos no Brasil, tendo como ponto de partida a <b>Lei Nº 1.390</b> , de autoria do deputado federal Afonso Arinos de Melo Franco (UDN), promulgada em 3 de julho de 1951, e que tornou a discriminação por raça ou cor crime de contravenção penal;	<a href="https://www.tjma.jus.br/midia/portal/noticia/504030">https://www.tjma.jus.br/midia/portal/noticia/504030</a> - transmissão no Youtube da ESMAM/EAD <a href="https://www.youtube.com/watch?v=Ui4xVBGyXhA">https://www.youtube.com/watch?v=Ui4xVBGyXhA</a> ) Público: 169 visualizações.
<b>7. “Direitos da População LGBTI+ à luz da Jurisprudência do STF”</b> – Parte da programação em alusão ao <b>Dia Internacional do Orgulho LGBTI+</b> ;	Conversa virtual realizada como parte da programação em alusão ao <b>Dia Internacional do Orgulho LGBTI+</b> , comemorado no dia 28 de junho;	<a href="https://www.tjma.jus.br/midia/portal/noticia/504016">https://www.tjma.jus.br/midia/portal/noticia/504016</a> - transmissão no Youtube do TJMA ( <a href="https://www.youtube.com/watch?v=crUANZfpzOY">https://www.youtube.com/watch?v=crUANZfpzOY</a> ) Público: 305 visualizações.
8. Palestra Magna: “Democratização do acesso à Justiça”, como parte da programação do I Seminário Estadual de Diversidade e Antidiscriminação;	Webinar gratuito aberto ao público onde foi discutida a democratização do acesso à justiça na perspectiva antidiscriminatória;	<a href="https://www.youtube.com/">https://www.youtube.com/</a>
9. Palestra “Direitos Humanos e Diversidade”, como parte da programação do I Seminário Estadual de Diversidade e Antidiscriminação;	Palestra promovida com o objetivo de disseminar informações e o debate voltado para as questões relacionadas ao respeito à diversidade, promovendo a conscientização, formação e aperfeiçoamento de magistrados, servidores, operadores do Direito e da sociedade, a partir das perspectivas antidiscriminatórias;	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=Z-xjO9EDn50">https://www.youtube.com/watch?v=Z-xjO9EDn50</a> - transmissão no Youtube do EAD ESMAM; Público: 612 visualizações.
10. Palestra “Racismo Estrutural e Institucional”, como parte da programação do I Seminário Estadual de Diversidade e Antidiscriminação;	Palestra promovida com o objetivo de disseminar informações e o debate voltado para as questões relacionadas ao racismo estrutural, promovendo a conscientização, formação e aperfeiçoamento de magistrados, servidores, operadores do Direito e da sociedade, a partir das perspectivas antidiscriminatórias;	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=Z-xjO9EDn50">https://www.youtube.com/watch?v=Z-xjO9EDn50</a> - transmissão no Youtube do EAD ESMAM; Público: 612 visualizações.

<b>WEBINÁRIOS/LIVES PROMOVIDAS</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>REFERÊNCIA</b>
11. Palestra “Enfrentamento à LGBTQFOBIA”, como parte da programação do I Seminário Estadual de Diversidade e Antidiscriminação;	Palestra promovida com o objetivo de disseminar informações e o debate voltado para as questões relacionadas à LGBTQFOBIA, promovendo a conscientização, formação e aperfeiçoamento de magistrados, servidores, operadores do Direito e da sociedade, a partir das perspectivas antidiscriminatórias;	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=Z-xjO9EDn50">https://www.youtube.com/watch?v=Z-xjO9EDn50</a> ) - transmissão no Youtube do EAD ESMAM; <b>Público: 612 visualizações.</b>
12. Palestra “Etarismo: Atuação da Vara do Idoso na Promoção dos Direitos Humanos”, como parte da programação do I Seminário Estadual de Diversidade e Antidiscriminação;	Palestra promovida com o objetivo de disseminar informações e o debate voltado para as questões relacionadas ao etarismo, promovendo a conscientização, formação e aperfeiçoamento de magistrados, servidores, operadores do Direito e da sociedade, a partir das perspectivas antidiscriminatórias;	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=3qLWg0-zvHs">https://www.youtube.com/watch?v=3qLWg0-zvHs</a> ) - transmissão no Youtube do EAD ESMAM; <b>Público: 363 visualizações.</b>
13. Palestra “Capacitismo, inclusão e sistema de justiça”, como parte da programação do I Seminário Estadual de Diversidade e Antidiscriminação;	Palestra promovida com o objetivo de disseminar informações e o debate voltado para as questões sobre capacitismo, promovendo a conscientização, formação e aperfeiçoamento de magistrados, servidores, operadores do Direito e da sociedade, a partir das perspectivas antidiscriminatórias;	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=3qLWg0-zvHs">https://www.youtube.com/watch?v=3qLWg0-zvHs</a> ) - transmissão no Youtube do EAD ESMAM; <b>Público: 363 visualizações.</b>
14. Palestra “Agenda 2030 e os desafios do judiciário”, como parte da programação do I Seminário Estadual de Diversidade e Antidiscriminação;	Palestra promovida com o objetivo de disseminar informações sobre a Agenda 2030, promovendo a conscientização, formação e aperfeiçoamento de magistrados, servidores, operadores do Direito e da sociedade, a partir das perspectivas antidiscriminatórias;	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=3qLWg0-zvHs">https://www.youtube.com/watch?v=3qLWg0-zvHs</a> ) - transmissão no Youtube do EAD ESMAM; <b>Público: 363 visualizações.</b>
15. “Roda de Conversa: Mulher negra, espaço de poder, vivências e conquistas”.	Em alusão ao Dia Internacional da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha e ao Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra – comemorados no dia 25 de julho.	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=YamBLWAJ0vM">https://www.youtube.com/watch?v=YamBLWAJ0vM</a> ) - com transmissão ao vivo pelo youtube/tjmaoficial. <b>Público: 533 visualizações.</b>

<b>PARTICIPAÇÕES EM EVENTOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES</b>	<b>REFERÊNCIA</b>
1. Palestra “Racismo e Direito” -Juiz de Direito Marco Adriano Ramos Fonseca, Coordenador do Comitê de Diversidade do TJMA (Evento organizado pelo NEABI -IFMA CAMPUS TIMON);	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=OljRy9UAd10">https://www.youtube.com/watch?v=OljRy9UAd10</a> -O evento foi transmitido pelo canal do IFMA CAMPUS TIMON no Youtube. Data: 25 de fevereiro.
2. Webinário “Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância: Perspectivas e Repercussões”;	Live promovida pela Comissão de Igualdade Racial da OAB Bahia e ESA/OAB-BA. Site ESA/OAB-BA (Ao vivo Plataforma Zoom). Data: 23 de março de 2021.
3. Entrevista para o Programa “Direito no Ar”;	Programa promovido pela Rádio Timbira e Associação dos Magistrados do Maranhão. Data: 17 de abril.
4. Webinário “Questões Étnico-Raciais e os desafios da luta antidiscriminatória”	Evento virtual promovido pela Defensoria Pública. Data: 17 de junho de 2021.
5. Palestra no IV Seminário Internacional Procad- Amazônia. Tema: Representatividade Racial nas Instituições do Sistema de Justiça;	Evento promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da UFMA Data:18 de junho de 2021.
6. Participação em sessão solene da Câmara de Vereadores de São Luís com o tema “Um Diálogo sobre Políticas LGBTQIA+”;	Transmitido pela Plataforma do Youtube / camaraslz Data: 24 de junho de 2021.
7. Seminário “Simone Diniz: racismo entre nós”, promovido pelo Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE);	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=_om3HmJgrnl">https://www.youtube.com/watch?v=_om3HmJgrnl</a> -O evento foi transmitido pelo canal do TJSE EVENTOS no Youtube. Data: 23 de julho.
8. Palestra no Painel “Direito e Tecnologia” do 1º Encontro Nacional Mulheres Negras de Carreira Jurídica;	Evento promovido pelo IJB – Instituto de Juristas Brasileiras e ABMCJ Nacional – Associação Brasileira das Mulheres de Carreiras Jurídicas Data: 03 de setembro.
9. Reconhecimento nacional da atuação do Comitê de Diversidade e ASCOM do TJMA pelo Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça 2021, logrando o 3º lugar com a série “Mulheres Negras no Poder Judiciário”;	Evento promovido pelo Fórum Nacional de Comunicação e Justiça, publicado no site do TJMA entre 24 a 31 de julho de 2020, alusiva ao Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha. Premiação entregue no dia 22 de outubro de 2021 ( <a href="https://fncj.org.br/noticias/confira-os-vencedores-e-suas-classificacoes-na-19-edicao-do-premio-nacional-de-comunicacao-e-justica.html">https://fncj.org.br/noticias/confira-os-vencedores-e-suas-classificacoes-na-19-edicao-do-premio-nacional-de-comunicacao-e-justica.html</a> ).
10. Participação no Painel “Eleições como meio de inclusão social –o protagonismo das minorias”, no 2º Congresso Nacional de Direito Eleitoral;	Evento promovido pelo TRE/MA e ABRADep Data: 25 de outubro de 2021.

<b>PARTICIPAÇÕES EM EVENTOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES</b>	<b>REFERÊNCIA</b>
11. Participação no Painel “Direito à Saúde Mental e Racismo: das máscaras às peles de Fanon”, no 5º ENAJUN – Encontro Nacional de Juízas e Juizes Negros e 2º FONAJURD – Fórum Nacional de Juizes contra o Racismo e Todas as Formas de Discriminação;	Evento promovido pela AMB, AJURIS-RS e AJUFE, com apoio da AMMA. Data: 27 de outubro de 2021.
12. Aula Palestra: “Educação das relações étnico-raciais, combate ao racismo no Maranhão e políticas de ações afirmativas”, promovido pela FAESF ( Faculdade de Educação São Francisco);	<b>Realizado de forma on-line pelo Google Meet.</b> <b>Data: 16 de novembro.</b>
13. Apresentação das ações do Comitê de Diversidade para estudantes e professores em São Luís e São José de Ribamar a convite de gestores de escolas públicas ( SEMED de São José de Ribamar);	Transmitido na plataforma de educação à distância da Secretaria Municipal de Educação e no <b>canal 6.2 da TV Aberta, no dia 18 de novembro.</b>
14. Seminário promovido pelo Mestrado em Direito e afirmação de vulneráveis. Tema: “Ações afirmativas, antirracismos e políticas públicas para inclusão e proteção de vulneráveis”.	Evento realizado de forma presencial na Universidade CEUMA – Campus Renascença. Data: 20 de novembro.
15. I Seminário Estadual sobre Direitos Humanos das Pessoa com Deficiência – I Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. Tema: “Agenda 2030 como instrumento de uma sociedade inclusiva interseccionalidade”;	O evento foi transmitido pelo canal EAD ESMAM no Youtube. ( <a href="https://www.youtube.com/watch?v=3yiU6w7qR80">https://www.youtube.com/watch?v=3yiU6w7qR80</a> ). Data: 23 de novembro.
16. I Semana Estadual do Trabalho, Renda, Empreendedorismo e Empregabilidade LGBTQI+.	Evento realizado de forma presencial no Convento das Mercês. Data: 25 e 26 de novembro.
17. Participação em Mesa Redonda: “Justiça e Diversidade nas Organizações - IFMA Campus de Barra do Corda;	( <a href="https://www.youtube.com/watch?v=bmEaAHOnrU4">https://www.youtube.com/watch?v=bmEaAHOnrU4</a> ) Data: 30 de novembro.
18. “Potências Pretas”, evento que busca intensificar as pautas raciais para além do novembro negro.	Evento realizado de forma presencial na Pracinha da Ilhinha (Av. Ferreira Goulart). Data: 04 de dezembro

# DIRETORIA JUDICIÁRIA

O presente relatório tem por objetivo positivar as principais atos e realizações da Diretoria Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, no período de 01.01 a 30.11.2021.

Diversas ações foram empreendidas, principalmente com as alterações nas rotinas em razão da pandemia pelo coronavírus, nesse contexto, dentre as atividades desenvolvidas pela equipe da DJUR no decorrer de 2021, destacam-se:

Priorizamos a digitalização e virtualização do acervo de processos judiciais de natureza cível, que tramitam em meio físico para o Sistema Processo Judicial eletrônico - PJe 2º Grau, de março a novembro do ano em curso, alcançando as sete Câmaras Cíveis Isoladas, Seção Cível, Câmaras Reunidas e Tribunal Pleno;

Iniciamos, cumprindo o cronograma, a digitalização e virtualização do acervo de processos judiciais de natureza criminal em novembro, com previsão de finalização em fevereiro do ano de 2022, alcançando assim as duas Câmaras Criminais Isoladas e as Câmaras Criminais Reunidas;

Foram expedidos pela DJUR: 331 (trezentos e trinta e um) ofícios/circulares/memorandos; cumpridas 26 (vinte e seis) Cartas de Ordens, com expedição de 118 (cento e dezoito) mandados de intimações, e 55 (cinquenta e cinco) mandados de citações; realizadas 496 (quatrocentos e noventa e seis) convocações, com expedição de respectivo documento; 5 (cinco) escalas dos plantões e 62 (sessenta e dois) expedição de comunicados semanais; e, 670 (seiscentos e setenta) busca e expedição de certidões;

Realizamos reuniões com coordenadores no intuito de garantir o aperfeiçoamento dos procedimentos existentes, com propostas para maior agilidade nos trâmites judiciais: expedição de informações, notificações, citações e intimações; emissão de certidões, atos e termos processuais; remessa de processos ao relator, à distribuição, à origem, ao arquivo e aos Tribunais Superiores;

Ao longo do ano detectamos várias inconsistências nos sistemas de acompanhamento processual e apresentamos soluções, tanto no sistema PJE, quanto no Themis SG, através de ofícios encaminhados a Coordenação do Processo Judicial Eletrônico;

Solicitamos reparos estruturais nas salas que abrigam a Coordenação das Câmaras Cíveis Isoladas, a Coordenação de Recursos Constitucionais, a Coordenação de Protocolo e a Divisão de Digitalização, além da sala que abriga a DJUR, com recuperação das paredes e novas pinturas;

Realização de serviço extraordinário, no mês de novembro/dezembro, tendo em

vista o espetacular número de processos julgados nos meses de outubro (7.277) e novembro (7.598), ultrapassando 7.000 (sete mil) processos julgados no mês, o que abarrotou as secretarias no cumprimento das determinações judiciais. Uma equipe com 22 servidores foi escalada para dar vazão a esse acúmulo, sendo que em apenas dois fins de semana, foram movimentados: 17.705 (dezesete mil, setecentos e setecentos e cinco) tramitações como intimações, expedição de mandados, ofícios, etc;

**Vejamos a produção no Segundo Grau, data limite 30.11.2021:**

**A. PROCESSOS NOVOS DISTRIBUÍDOS:**

DISTRIBUÍDOS NO SEGUNDO GRAU	64.329 (sessenta e quatro mil, trezentos e vinte e nove)
------------------------------	---

**B. PROCESSOS JULGADOS/ DECISÕES:**

JULGADOS NO SEGUNDO GRAU	53.182 (cinquenta e três mil, cento e oitenta e dois)
--------------------------	--

**C. PROCESSOS FINALIZADOS COM MOVIMENTAÇÃO DE BAIXA:**

BAIXAS NO SEGUNDO GRAU	57.089 (cinquenta e sete mil, e oitenta e nove )
------------------------	---

**D. ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO NO SEGUNDO GRAU:**

ACERVO ATUAL DE PROCESSOS NO SEGUNDO GRAU	72.593 (setenta e dois mil, quinhentos e noventa e três)
---	---

**E. SESSÕES REALIZADAS (virtuais – videoconferência - extraordinárias):**

SESSÕES REALIZADAS	
Câmaras Cíveis Isoladas	487 (quatrocentos e oitenta e sete)
Câmaras Criminais Isoladas	213 (duzentos e treze)
Câmaras Cíveis e Criminais Reunidas e Seção Cível	111 (cento e onze)
Total	811 (oitocentos e onze)

**F. QUANTITATIVO DE PROCESSOS FÍSICOS DIGITALIZADOS E MIGRADOS PARA O AMBIENTE ELETRÔNICO NO TJMA:**

COORDENAÇÃO DE PROTOCOLO E DIVISÃO DE DIGITALIZAÇÃO E VIRTUALIZAÇÃO DE PROCESSOS	
Total de processos migrados do meio físico para o ambiente eletrônico	12.771 (doze mil, setecentos e setenta e um)

**G. PROCESSOS REMETIDOS AOS TRIBUNAIS SUPERIORES (após as etapas de higienização, digitalização e indexação):**

COORDENAÇÃO DE RECURSOS CONSTITUCIONAIS	
Recursos remetidos ao STF e STJ	3.321 (três mil trezentos e vinte e um)

**H. DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO:**

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO	
Diários da Justiça gerados (e suplementos)	222 (duzentos e vinte e dois)
Matérias publicadas	22.322 (vinte e dois mil, trezentos e vinte e dois)
Pautas publicadas	1.648 (um mil, seiscentos e quarenta e oito)

**I. Os OFICIAIS DE JUSTIÇA**, lotados na DJur, desempenharam suas funções com afinco e responsabilidade junto às Câmaras Cíveis e Criminais, isoladas e reunidas, Seção Cível. A equipe, formada por apenas 17 (dezesete) Oficiais de Justiça, cumpriram 19.121 (dezenove mil, cento e vinte e um) ordens, dentre mandados, ofícios, alvarás, expedindo, em todos, respectiva certidão, além de atuarem no plantão judicial do Segundo Grau, e nas sessões administrativas do Pleno;

**J. A DIVISÃO DE GRAVAÇÃO E REGISTRO** acompanhou a gravação de 408 (quatrocentos e oito) sessões realizadas, efetuando o apanhamento, por notas taquigráficas e estenotipadas, dos pronunciamentos proferidos nas sessões das Câmaras Isoladas, Reunidas, Pleno, Seção Cível e nas audiências realizadas no âmbito do Tribunal de Justiça. Foram transcritos 29 pronunciamentos, com expedição da respectiva certidão, e realizados 538 atendimentos de disponibilização de áudios, aos gabinetes e secretarias, e cópias de áudios, quando autorizado, às partes.

Além das atribuições institucionais desta Diretoria Judiciária, realizadas pelas unidades integrantes da estrutura organizacional, são igualmente desenvolvidas atividades diversas, comprovando o comprometimento de todos os seus colaboradores no sentido de cumprir fielmente as atribuições que lhe foram conferidas, contribuindo efetivamente com função jurisdicional do Tribunal de Justiça do Maranhão.

<b>Tipos de documentos</b>	<b>quantidade</b>
Tramitações realizadas pelos servidores da DJUR, suas SECRETARIAS/COORDENAÇÕES/DIVISOES nos processos físicos e eletrônicos:	2.189,653 (dois milhões, cento e oitenta e nove mil, seiscentos e cinquenta e três)

Oportuno observar que novos desafios surgem diariamente e que são enfrentados com igual determinação e afinco. Todavia, o reconhecimento de tantas conquistas ainda que em tempos de pandemia provoca o irrenunciável agradecimento a cada servidor, secretários de câmara, coordenadores, diretores, desembargadores e, em especial ao Presidente, sem cujo empenho e colaboração nada ou muito pouco teria sido realizado.

Segue abaixo, um quadro comparativo de novas demandas distribuídas, julgamento/decisões e processos finalizados com “baixa” no Tribunal de Justiça do Maranhão nos últimos três anos:

Por fim, enfatizamos que o nosso comprometimento com o cumprimento da atividade-fim, é um valor que não pode ser quantificado e mensurado com exatidão, porém os resultados decorrentes da nossa atuação visando contribuir para a efetivação de valores sociais realmente importantes, tem sido nosso maior desafio e conseqüente satisfação como pode ser comprovado pelos resultados extraídos dos sistemas de acompanhamento processual onde captamos o quantitativo de DOIS MILHÕES, CENTO E OITENTA E NOVE MIL, SEISCENTOS E CINQUENTA E TRÊS movimentações eletrônicas realizadas pelos servidores lotados nesta diretoria judiciária.

# NÚCLEO DE CONCILIAÇÃO

## **Intensificação da utilização do Sistema de Webconferência**

Após um ano de 2020 tumultuado em virtude da pandemia do COVID-19, o ano de 2021 foi repleto de mudanças significativas em vários setores da sociedade, com modificações nítidas nas estruturas laborais, não ficando o Judiciário a parte nessa ressignificação de alguns serviços.

O Judiciário em si nunca foi tão demandado, os conflitos se mostraram cada vez mais latentes e como forma de dirimir e continuar prestando um serviço de qualidade e contínuo, a justiça brasileira teve que buscar uma nova forma de intensificar alternativas remotas de solução dos conflitos e que não podem esperar.

Diante deste cenário é que o Judiciário maranhense e o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais intensificaram a utilização das audiências por videoconferência, que já eram utilizadas e que se consolidaram durante a pandemia.

Frisa-se ainda, que tais audiências foram realizadas em um sistema próprio desenvolvido pela Coordenadoria de Informática do Tribunal, chamado de Webconferência e que facilitaram e possibilitaram o acesso dos jurisdicionados de forma ampla, bem como dos mediadores e conciliadores nas tratativas dos conflitos.

## **Levantamento**

O levantamento feito nesse relatório leva em conta dados colhidos no Sistema Sentinela do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, nas suas versões ATENDE que coleta os dados de todos os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSCs em atividade no Maranhão, TERMOJURIS, que informa o total de decisões de Julgamento e Homologações nos Juizados Cíveis e de Trânsito, das Varas Cíveis e de Família de São Luís e Imperatriz, pois nas demais comarcas as multiplicidades de competência poderia levar a informações imprecisas.

Por integrar uma política de estímulo ao uso dos meios digitais de solução de conflitos, foi feito levantamento sobre número de reclamações registradas e avaliadas como resolvidas no sistema consumidor.gov, site mantido pela Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça.

## **Resultados apresentados:**

O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos foi instituído desde 12/11/2012, composto por 04 Centros Judiciários de Solução de Conflitos vinculados ao Tribunal de Justiça do Maranhão e 15 Centros, vinculados a Instituições de Ensino parceiras.

As demandas processuais e pré processuais, cadastradas no ano 2021, até a presente data, implicam em um índice de resolutividade de 63,52% no ambiente dos Centros de Conciliação.

### CEJUSC'S

O relatório abaixo reflete o levantamento das demandas apresentadas em todos os Centros em atividade no Estado, inclusive nas ações de itinerância, no ano de 2021.

### GERAL

<b>RESULTADO DA CONCILIAÇÃO – MARANHÃO</b>		
Nº	DADO	TOTAL
01	Total de Agendamentos	15.620
02	Audiências Realizadas	8.320
03	Audiências Realizadas com Acordo	3.524
05	Audiências Realizadas sem Acordo	6.180
07	Audiências não realizadas	9.300

### PROCESSUAIS

01	Total de Agendamentos	11.230
02	Audiências Realizadas	8.623
03	Audiências Realizadas com Acordo	2.152
05	Audiências Realizadas sem Acordo	4.635
07	Audiências não realizadas	2.523
01	Total de Agendamentos	12.523

### PRÉ-PROCESSUAL

Nº	DADO	TOTAL
01	Total de Agendamentos	7.034
02	Audiências Realizadas	2,520
03	Audiências Realizadas com Acordo	2.320
05	Audiências Realizadas sem Acordo	145
06	Audiências Realizadas sem Acordo	65,04%
07	Audiências não realizadas	3.725

### Projeto Conciliação Itinerante

O Projeto Conciliação Itinerante é uma iniciativa do NUPEMEC, com a finalidade de levar o trabalho da Conciliação a diversos municípios do interior do estado, com a locomoção de uma equipe especializada formada por conciliadores, juiz, coletador de DNA e grupo de apoio, são oferecidos diversos serviços à po-

pulação como: atendimento ao público, realização de tentativas conciliatórias em demandas de divórcios, dissolução de união estável, fixação de alimentos, reconhecimento espontâneo de paternidade, investigação de paternidade com coleta de DNA, dentre outros.

Após um ano de 2020 atípico, sem atividades desenvolvidas pelo projeto, em virtude da pandemia de Covid 19, as viagens foram retomadas a partir de setembro do corrente ano, com obtenção de dados expressivos, tanto em processos das comarcas onde ocorreram o projeto, como em demandas pré-processuais, sendo sua maioria na área de direito de família.

Abaixo seguem dados das itinerâncias realizadas no segundo semestre de 2021:

Nº	DADO	TOTAL
01	Audiências Realizadas	1.036
02	Audiências Realizadas com Acordo	328
03	Audiências Realizadas sem Acordo	422
04	Coletas de DNA	74
05	Atendimentos	753

### **Mutirão**

EMPRESA	TOTAL DE ACORDOS
Condomínio Bella Cintra	29



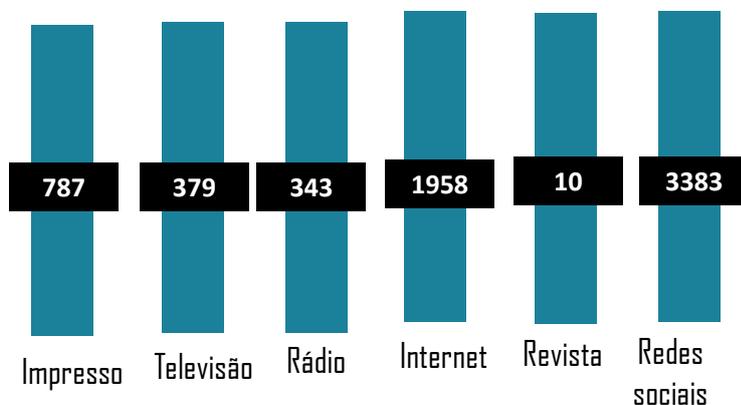
# COORDENADORIA DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES E SINDICÂNCIAS

<b>PROCESSOS REMANESCENTES DO EXERCÍCIO DE 2020</b>	<b>27</b>
Finalizados e conclusos para decisão	22
Em andamento	02
Sobrestados	03
<b>PROCESSOS INSTAURADOS NO EXERCÍCIO DE 2021 ATÉ 03.12.2021</b>	<b>124</b>
Finalizados e conclusos para decisão	89
Em andamento	33
Sobrestados	02
<b>EXPEDIENTES DO SETOR (CPADES) ATÉ 03.12.2021</b>	<b>6.985</b>
Certidões	1.398
Despachos	600
Informas	146
Portarias	451
Mandados de Citação	97
Mandados de Intimação	817
Notificações	136
Atas	736
Relatórios	84
Ofícios	1.585
Memorandos	226
Termos de Ajustamento De Conduta	05
Termos de Autuação	130
Termos de Instalação	106
Termos de Indiciamento	64
Termos de Conclusão	290
Termos de Deliberação	28
Termos de Juntada	72
Autos de Diligências	14



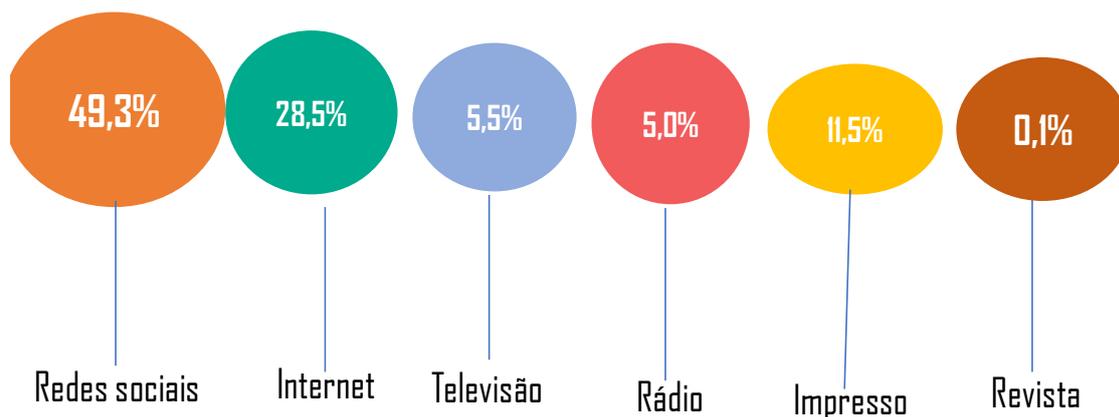
# ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

## TOTAL DE INSERÇÕES



No período em análise foram monitoradas 6.860 publicações positivas diretamente ou de interesse do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão nas mídias impresso, tv, rádio, internet, revista e redes sociais.

## PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS MÍDIAS



As redes sociais se consolidaram como as que mais repercutiram pautas, com 49,3% do total das inserções registradas no período.

**Impresso**

Nos impressos, o Jornal Pequeno (247) foi o responsável pela maioria das publicações positivas, seguido por Jornal O Estado do Maranhão (211), Imparcial (86) e Atos e Fatos (49). Na mídia regional, o jornal O Progresso foi responsável por 113 inserções positivas. Enquanto nacionalmente, o Estado de São Paulo publicou 1 informações positivas, o maior quantitativo favorável, dentre os impressos monitorados.

**Rádio**

No período analisado a rádio Timbira AM (97) foi a emissora que repercutiu o maior número de pautas positivas, com o mesmo quantitativo segue a Rádio Mirante AM (92). Na mídia regional, a Nativa de Imperatriz (9), seguida das rádios Guanaré de Caxias (4), foram as responsáveis pelo maior número de informações favoráveis nos municípios dos quais fazem parte e região.

**Televisão**

Nos televisivos, a TV Mirante (92), TV Cidade (77), TV Band (44) e TV Difusora (42), foram responsáveis por repercutir o maior número de pautas positivas. Na mídia regional, destaque para as emissoras TV Mirante de Imperatriz (26) e TV Guanaré de Caxias (8) que registraram o maior número de informações favoráveis. Já na mídias nacional, não teve inserções com esse teor.

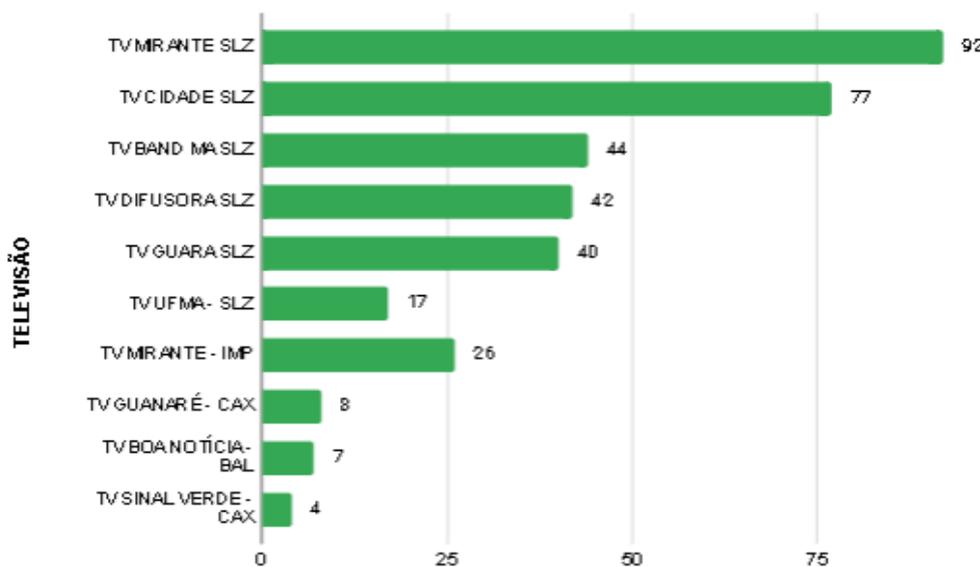
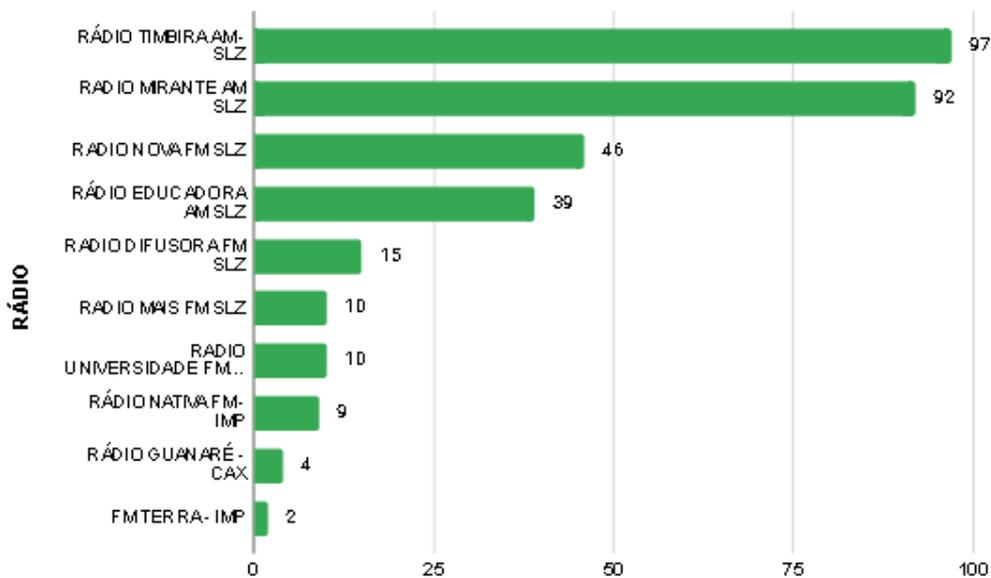
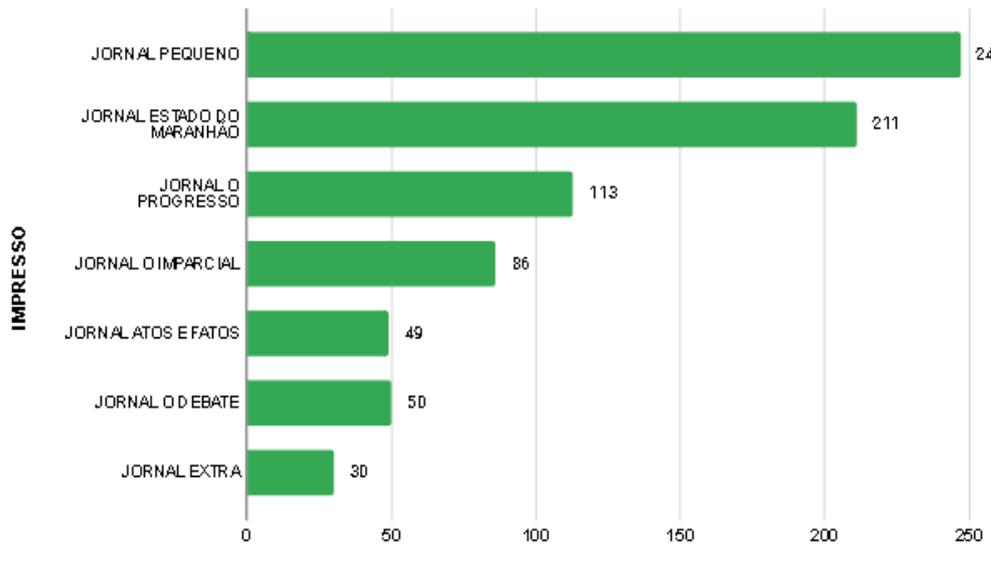
**Internet**

Na mídia internet, o site O Maranhense (417) e o site do Jornal O Estado do Maranhão (187) figuraram como os veículos com maior volume de informações positivas nesse período. Já os blogs Eduardo Ericeira (78) e Blog do Minard (45) apresentaram o maior quantitativo favorável.

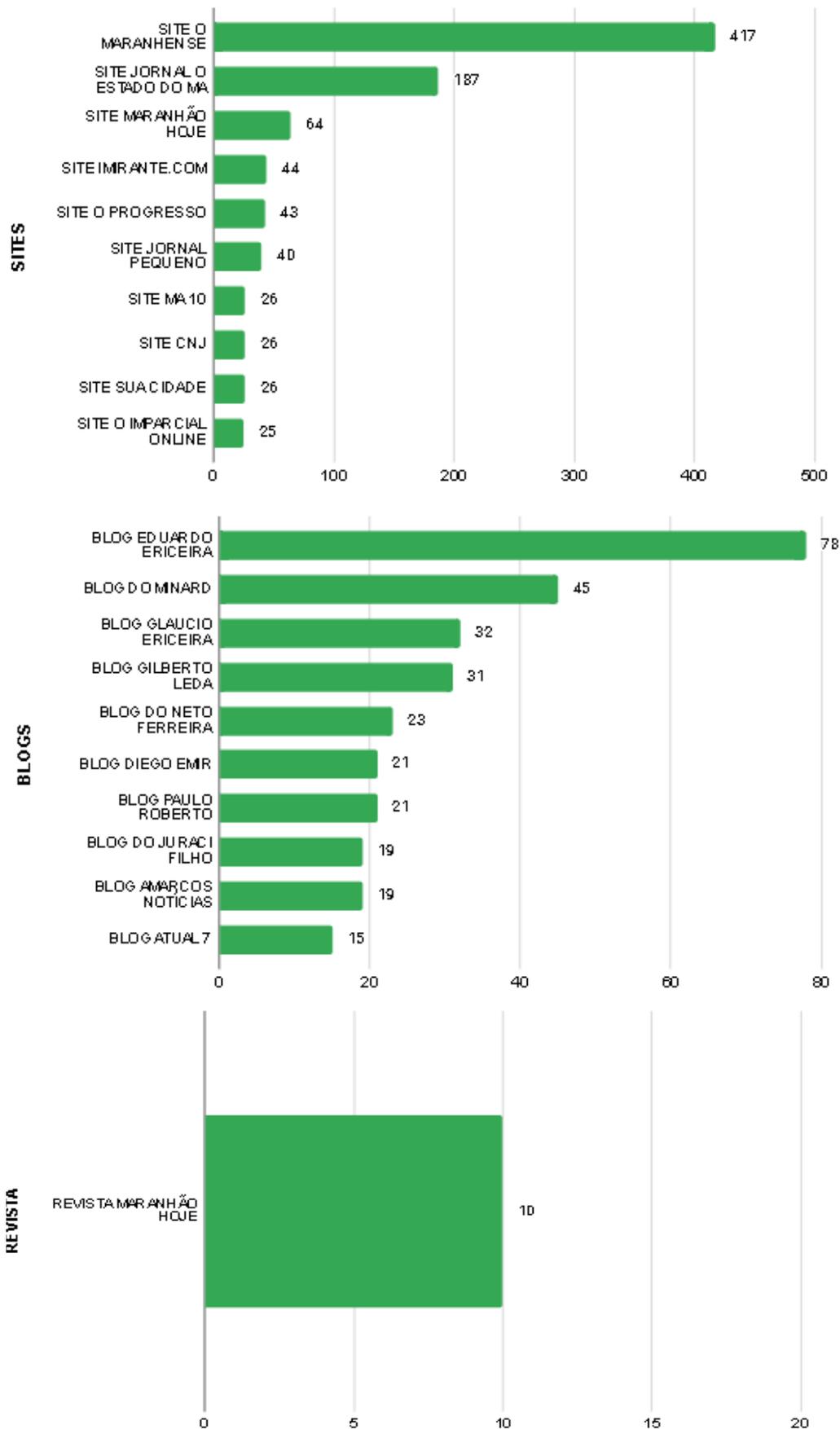
**Revistas**

No período em questão, a revista Maranhão Hoje (10) registrou o maior número de inserções favoráveis.

### TOP VEÍCULOS - Inserções Positivas



### TOP VEÍCULOS - Inserções Positivas



## TOP 20 RÁDIO E TV - Programas Inserções Positivas

BOM DIA MIRANTE	59
ENTREMSTA.COM MO...	30
JORNAL DA GUARÁ	25
BOM DIA MA	17
BALANÇO GERAL	17
BAND CIDADE 1ED- SLZ	16
JMTV 1ª EDIÇÃO- SLZ	16
JORNAL DA UFMA- SLZ	16
JMTV 1ª EDIÇÃO- IMP	15
JMTV 2ª EDIÇÃO	15
JORNAL DA CIDADE	14
BAND CIDADE 2ED- SLZ	13
FALAMA	12
JMTV 2ª EDIÇÃO- IMP	11
HORAD	7
JORNAL DA BOA NOTÍCI	7
OS ANALISTAS	7
JORNAL DA DIFUSORA	7
BORAMA- SLZ	6
BRASIL URGENTE MA	6

COMANDO DA MANHÃ	38
FALA TIMBIRA	34
PONTO FINAL	28
ABRINDO O VERBO	23
JORNAL NOVA MANHÃ	21
PANORAMA	21
PONTO CONTINUANDO	17
RODAVIVA	14
CONTRAPONTO	11
QUESTÃO DE ORDEM	10
BOM DIA DIFUSORA	9
JORNAL RÁDIO UNIVERS	9
JORNAL DO MARANHÃO	9
JORNAL DA MIRA	8
CONEXÃO 560	8
ACORDA MARANHÃO	7
BOM DIA 1290	7
RÁDIO ALTERNATIVO- IMP	7
OPINIÃO LIVRE	7
PASSANDO A LIMPO FM	6

## Pautas Positivas do Período

- TJMA reforça luta pelo combate ao feminicídio;
- Jaime Araújo assume a vice-presidência do TJMA;
- Abertas inscrições para três vagas de desembargador;
- Seletivo do Tribunal de Justiça oferece 220 oportunidades ;
- Cleones Carvalho será homenageado em livro sobre Direito Eleitoral ;
- TJMA autoriza agências do Banco do Brasil a fecharem;
- Esmam inicia inscrições nos cursos de formação para juízes do TJMA;
- Tribunal de Justiça do Maranhão empossa três novos desembargadores da Corte;
- Eleito novo diretor da Escola Superior da Magistratura;
- Tribunal de Justiça do Maranhão aprova projeto de lei sobre erradicação do sub-registro;
- Justiça institui campanha em combate à violência sexual infantil;
- TJMA lança rede de apoio a egressos(as) do sistema prisional no Maranhão;
- Parceria entre o Senac MA e TJ garante cursos para a comunidade LGBTQIA+;
- Carteira de vacinação de Covid é obrigatória para entrada no TJMA;
- Poder Judiciário decreta ponto facultativo 11 de outubro;
- Judiciário promove fiscalização em serventias extrajudiciais ;
- Evento discutirá garantia da democracia e dos direitos fundamentais;
- Justiça institui campanha em combate à violência sexual infantil em Balsas;
- CNJ realizará de 8 a 12 de novembro inspeção no Judiciário e cartórios do Estado do Maranhão;
- TJMA em parceria com Igreja digitaliza 2 milhões de páginas de documentos históricos;
- Desembargadores visitam instalações da 7ª Câmara Cível do TJMA;
- Conciliação Itinerante resolve conflitos da população de Coroatá;
- 5ª edição do projeto Conciliação Itinerante inicia nesta segunda, 29;
- TJMA paga mais de 6 milhões de reais em precatórios de 25 municípios;
- Maranhão realiza treinamento para identificação biométrica no sistema prisional
- TJMA apresenta projeto Município Amigo da Justiça em Santa Inês e Bacabal;
- Inscrições para Concurso Literário Maria Firmina dos Reis seguem abertas;
- TJMA em luto pelas 300 mil mortes pela Covid-19;
- TJMA discute o Dia Mundial da Água com palestra virtual;
- Lourival Serejo aponta ações significativas inovadoras no Judiciário;
- Cemulher contabiliza 60 casos de feminicídios no Maranhão em 2020;
- Judiciário celebra Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa;
- Jaime Araujo assume vice-presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão;
- Unidade de Monitoramento Carcerário do TJMA reúne-se com instituições
- Livro em homenagem ao desembargador Cleones Cunha será lançado virtualmente em março;
- Presidente do TJMA comunica sobre lançamento do Programa Justiça 4.0;
- Nova diretoria da ESMAM toma posse nesta sexta (19);
- TJMA antecipa primeira parcela do 13º para o dia 15 de abril;• TJMA lança Progra-

ma contra violência doméstica voltado a homens;

- Obra sobre direitos humanos e fraternidade homenageia o ministro Reynaldo Soares da Fonseca do STJ;
- TJ-MA abre inscrições para o I Concurso Literário Maria Firmina dos Reis;
- Lourival Serejo anuncia que o TJMA atingiu 100% na implantação do PJE;
- Tribunal de Justiça implantará usina de energia solar;
- TJMA divulga metas de redução de consumo do Selo Verde para 2021 ;
- Centro de Mediação de Saúde do TJMA tem 1ª sessão processual;
- TJ/MA desenvolve atividades na área de sustentabilidade;
- CNJ promove evento sobre inclusão da pessoa com deficiência no Judiciário ;
- Evento discutirá ações contra o abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes ;
- Poder Judiciário realiza Jornada Socioambiental de 5 a 11 de junho;
- TJMA publica regimento para a efetiva prática da Justiça;
- CNJ abre inscrições de Caravana Virtual no Maranhão;
- Presidente do TJ/MA, Lourival Serejo, afirma ser totalmente contra a reintrodução do voto impresso.



4 DE NOVEMBRO DE 1813

**TJMA**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO